

# Seminário

## Revolução Permanente e Revolução Brasileira



## Apostila 4

Os diferentes  
projetos e  
programas  
para o Brasil

2017

# ÍNDICE

V Encontro do PT – 1987 – Programa Democrático e Popular (PDP) .....03 <i>Partido dos Trabalhadores (PT)</i>	03
Carta ao Povo Brasileiro – 2002..... 14 <i>Luís Inácio Lula da Silva</i>	14
O Socialismo Petista..... 16 <i>Parte do Documento do III Congresso do PT de 2007</i>	16
A refundação da esquerda brasileira e a revolução democrática..... 24 <i>Juarez Guimarães (Democracia Socialista – DS-PT)</i>	24
Cartilha 18 – Programa estratégico..... 27 <i>Consulta Popular</i>	27
Sete teses sobre a revolução brasileira ..... 42 <i>Plínio de Arruda Sampaio Jr. (PSOL)</i>	42
Um partido à altura do povo brasileiro ..... 45 <i>Ação Popular Socialista (APS-PSOL)</i>	45
Manifesto por uma nova corrente revolucionária ..... 51 <i>Insurgência (PSOL)</i>	51
Notas à teoria de Lenin sobre a revolução de 1905 ..... 55 <i>Movimento Esquerda Socialista (MES-PSOL), por Roberto Robaina</i>	55

## V Encontro do PT – 1987 – Programa Democrático e Popular (PDP)

Partido dos Trabalhadores (PT)

(...)

**23.** Nessa conjuntura, o Partido precisa apresentar-se como real para o povo. Isso significa a alternativa à política econômica do governo e aos projetos de rearranjo institucional do Regime. O PT deve, então, apresentar um programa a todas as forças políticas e sociais que queiram dar um basta ao Governo Sarney e seus apoiadores, à transição conservadora e à Nova República. No que se refere ao rearranjo institucional do regime, o PT terá de intervir de maneira consistente, expressando as posições políticas de interesse dos trabalhadores, ao longo de todo o complexo processo de reordenação jurídica que se seguirá à promulgação da nova Constituição do País, e que envolverá a elaboração das futuras Constituições Estaduais e Leis Orgânicas Municipais e de toda a legislação complementar e ordinária de âmbito federal, estadual e municipal.

**24.** A realização de eleições diretas gerais em 1988, qualificadas por um programa democrático e popular de mudanças e reformas econômico-sociais com garantia de liberdades políticas e sindical, para a construção de um amplo movimento sindical e socialista de trabalhadores, é nossa resposta aos problemas sociais no momento atual da luta de classes. A crise da transição conservadora é a crise específica de uma certa forma de dominação burguesa, e não a crise geral do Estado ou do regime, uma crise de tipo revolucionário. O que está em questão é a possibilidade de conquista de um governo democrático e popular, com tarefas eminentemente antimonopolistas, antiimperialistas, antilatifundiárias, de democratização radical do espaço e da sociedade – tarefas estas que se articulam com a negação da ordem capitalista e com a construção do socialismo.

### O Programa Democrático-Popular

**25.** O programa democrático-popular abrange, resumidamente, os seguintes pontos básicos:

- Diretas-Já para presidente da República, acompanhadas de eleições gerais em todos os níveis;
- Revogação da Lei de Segurança Nacional, da Lei de Greve e da Lei de Imprensa;
- Fim de qualquer forma de censura;
- Revogação das salvaguardas, do estado de emergência, do estado de sítio, das medidas de emergência e supressão, no atual projeto de Constituição, do estado de defesa;
- Eliminação, na Constituição, do conceito de segurança nacional; caracterização do papel constitucional das Forças Armadas como exclusivamente de defesa contra eventual agressão de inimigo externo; desativação do SNI e do aparelho repressivo; desmilitarização das polícias militares e extinção dos tribunais especiais para o julgamento de crimes cometidos ao País; fim da atribuição da repressão política à Polícia Federal; fim de competência dos tribunais militares para julgamentos civis;
- Reforma administrativa, saneando os serviços públicos, aumentando sua eficiência através de concurso público e de um plano de carreira e escala de vencimentos;
- Liberdade de associação, organização, manifestação de opinião, organização partidária e autonomia sindical com direito de greve;
- Pelo rompimento com o FMI; pela realização de auditoria interna e contra o pagamento da dívida externa;
- Sistema eleitoral proporcional, que garanta igualdade na proporção dos eleitos por Estado; controle do poder econômico; igualdade de acesso aos meios de comunicação;
- Controle das remessas de lucros ao Exterior;
- Desvalorização da dívida interna, criando assim uma nova fonte de investimentos em áreas sociais;
- Reforma tributária como instrumento para aumentar a arrecadação de impostos e distribuir a renda, gravando o capital, a grande propriedade territorial, as heranças e as doações;
- Exclusividade do Fundo Nacional de Desenvolvimento e dos fundos sociais para investimentos nas áreas sociais, com proibição de repasse desses recursos para empreendimentos privados;
- Direito ao ensino público e gratuito em todos os níveis para todos, com a proibição de o Estado destinar verbas para escolas privadas;
- Criação de um sistema único de saúde estatal, público, gratuito, de boa qualidade, com participação, em nível de decisão, da população, por meio de suas entidades representativas; estatização da indústria farmacêutica;
- Estatização dos serviços de transportes coletivos;
- Estatização da indústria do cimento, para viabilizar um vasto programa de construção de habitações populares;
- Estatização do sistema financeiro, garantindo crédito ao pequeno e médio produtor agrícola e industrial;
- Reforma agrária sob controle dos trabalhadores, com fixação de módulo máximo da propriedade rural regional e definição de planos agrícolas com a participação dos trabalhadores;

- Reforma urbana que assegure o direito de todos à moradia, com desapropriação de terras ociosas a baixo custo e pagamento a longo prazo, além de financiamento da casa própria à população, sem juros e compatível com a renda familiar;
- Prioridade na destinação de recursos dos fundos sociais para o Nordeste, combate à indústria da seca e aos privilégios concedidos aos grandes proprietários e aplicação de investimentos capazes de gerar emprego na área;
- Devolução das prerrogativas do Legislativo, restituindo-lhe o direito de legislar sobre matéria econômica, financeira e orçamentária, e de criar despesas; direito de iniciativa popular para legislar e garantia de consultas e referendos populares;
- Congelamento dos preços dos gêneros de primeira necessidade sob controle popular e estabelecimento de critérios sociais para tarifas, taxas e serviços públicos;
- Direito aos trabalhadores de se organizarem em comissões de empresas e acesso dos trabalhadores às informações econômicas e contábeis das empresas;
- Política de elevação dos salários, buscando rapidamente repor as perdas salariais e devolver o poder de compra de acordo com os índices calculados pelo DIEESE;
- Definição de políticas urbanas claras, visando a melhoria da qualidade de vida da população e criando instrumentos de democratização do exercício do poder municipal;
- Reajuste mensal automático de salários e remunerações, pensões e proventos dos aposentados de acordo com os cálculos do DIEESE;
- Aposentadoria aos 30 anos de serviço para homens e aos 25 anos para mulheres, sem limite mínimo de idade e sem prejuízo para as aposentadorias especiais conquistadas por algumas categorias de trabalhadores;
- Jornada semanal máxima de 40 horas, sem redução de salários;
- Estabilidade no emprego;
- Contra o programa nuclear paralelo e todas as iniciativas que resultam em deterioração do meio ambiente e da ecologia.

### **Objetivo estratégico do PT: Socialismo**

**26.** A conquista do socialismo e a construção de uma sociedade socialista no Brasil são os principais objetivos estratégicos do PT. Isso parece ser consenso, tanto em vista das resoluções aprovadas nas convenções nacionais, quanto da crescente pressão da militância para que definamos o tipo de socialismo que queremos e estabeleçamos as relações correspondentes entre nossa luta do dia a dia e a luta mais geral pelo socialismo.

**27.** Na luta pelo socialismo, é preciso distinguir dois momentos estratégicos que, apesar de sua estreita relação de continuidade, são de natureza diferente. O primeiro diz respeito à tomada do poder político. O segundo refere-se à construção da sociedade socialista sobre as condições materiais, políticas etc. deixadas pelo capitalismo.

### **A conquista do Socialismo**

**28.** Para extinguir o capitalismo e iniciar a construção da sociedade socialista, é necessário, em primeiro lugar, realizar uma mudança política radical; os trabalhadores precisam transformar-se em classe hegemônica e dominante no poder de Estado, acabando com o domínio político exercido pela burguesia. Não há qualquer exemplo histórico de uma classe que tenha transformado a sociedade sem colocar o poder político – Estado – a seu serviço.

**29.** Evidentemente, a construção da sociedade socialista não é algo totalmente novo e diferente em relação às formas de luta e de organização dos trabalhadores no seu dia-a-dia atual. Quando falamos que o socialismo e o poder se constroem na luta cotidiana, estamos nos referindo ao fato de que muitas das formas econômicas, sociais e políticas da construção socialista surgirão, sem dúvida, da experiência da luta de classe contra o capitalismo. Muitas dessas formas que hoje não conseguem desenvolver-se em virtude da opressão capitalista, como as pequenas cooperativas, as compras comunitárias, as comunidades locais, os conselhos populares etc., provavelmente encontrarão um campo fértil para crescer nas novas condições socialistas. Mas as formas de organização fundamentais que surgem na luta cotidiana no interior da sociedade burguesa e que têm maior importância para a luta socialista são as que nascem da auto-organização dos trabalhadores, as formas de luta pelo controle operário nas fábricas (a partir da generalização das comissões de fábrica e empresa) e de controle popular nos bairros.

**30.** Essas formas embrionárias de poder proletário são escolas de auto-organização e participação política dos trabalhadores, que apontam no sentido da construção de um socialismo efetivamente democrático, em que o poder seja exercido pelos próprios trabalhadores e não em seu nome.

**31.** Entretanto, essas experiências, em si, não resolvem a contradição do socialismo com o capitalismo. Mesmo porque, quanto mais amplas elas se tornam, maior é a resistência da burguesia dominante à sua existência. Repressão e concessões, em geral, se combinam para a burguesia continuar mantendo sob sua influência ideológica e política as grandes massas de trabalhadores e evitar o desenvolvimento das experiências populares e as mudanças. Para resolver as contradições sociais e políticas do sistema capitalista é fundamental que todas essas experiências de luta e de organização operárias, populares e democráticas sirvam como eixo de preparação e organização das classes trabalhadoras para a conquista do poder e a construção da nova sociedade.

**32.** Por isso, no enfrentamento cotidiano contra as táticas repressivas e/ou de concessões da burguesia, os trabalhadores terão que empregar táticas que retirem as massas da influência da burguesia e as levem a conquistar o poder. Nesse sentido, é preciso distinguir as atividades que partem da situação existente em cada momento e procuram fazer com que os trabalhadores tomem consciência da necessidade de conquista do poder das atividades que se destinam à conquista imediata do próprio poder.

**33.** Muitos companheiros não fazem essa distinção, não compreendem o processo de mediação que deve existir entre o momento atual, por exemplo, em que as grandes massas da população ainda não se convenceram de que é preciso acabar com o domínio político da burguesia, e o momento em que a situação se inverte e se torna possível colocar na ordem do dia a conquista imediata do poder.

Dessa forma, seu discurso, pretensamente revolucionário, não é entendido pela população e pelos trabalhadores e, em vez de contribuir para a organização e a luta no sentido da conquista do poder e da construção socialista, a desorganizam e a transformam na luta de pequenos grupos conscientes e vanguardistas.

**34.** Por outro lado, companheiros que consideram inevitável a adoção de uma via revolucionária para a conquista do poder contrapõem essa escolha à tática dos movimentos sociais que lutam por reformas. Reforma e revolução são consideradas por eles como termos e práticas antagônicas. Entretanto, nenhum país que tenha feito revolução deixou de combinar essas lutas, dando maior ênfase a uma ou outra de acordo com a situação política concreta. A luta por reformas só se torna um erro quando ela acaba em si mesma. No entanto, quando ela serve para a educação das massas, através da própria experiência de luta, quando ela serve para demonstrar às grandes massas do povo que a consolidação, mesmo das reformas conquistadas, só é possível quando os trabalhadores estabelecem seu próprio poder, então ela serve à luta pelas transformações sociais e deve ser combinada com esta.

**35.** Nesse sentido, para definir uma estratégia de luta pelo socialismo, não basta definir a via principal de luta, nem as táticas para a conquista do poder. É preciso, em especial, ter clareza sobre o inimigo ou inimigos principais contra quem nossa luta se dirige, as alianças de classes (estratégicas) para derrotar tais inimigos e o programa de transformações a ser implantado (que serve de base à mobilização popular e às alianças).

**36.** Esclarecer tais problemas, na realidade, não é algo que possa ser decidido arbitrariamente. Depende do conhecimento da estrutura social brasileira, das contradições que existem nessa estrutura e do grau que tais contradições alcançaram como resultado de todo um processo histórico de lutas. Isso inclui o conhecimento do papel e da força do Estado burguês e do grau de desenvolvimento da cultura política dos trabalhadores e, em particular, o conhecimento das tendências do movimento de cada um desses aspectos e de sua resultante.

**37.** Existe um certo consenso, entre os militantes e filiados do PT, de que a burguesia é a inimiga principal das mudanças sociais e dos trabalhadores. É uma certeza intuitiva, que resulta da experiência concreta de enfrentamento com a burguesia. O problema, porém, não é esse. O problema reside no fato de que, por uma insuficiente análise das classes existentes na sociedade brasileira, muitos companheiros colocam no campo da burguesia parcelas significativas de pequenos e microempresários urbanos e rurais e mesmo as camadas assalariadas que não trabalham diretamente na produção fabril ou agrícola. Com isso, não levam em conta que tais camadas possuem profundas contradições com o capital e, por isso, podem se incorporar à luta por transformações sociais no sentido socialista.

**38.** Por outro lado, ao tomar a classe burguesa como inimiga principal, estratégica, muitos militantes são levados a se oporem a que se aproveitem as contradições momentâneas entre os diversos setores da burguesia. Colocam-se contra qualquer aliança política, tática ou pontual, com alguns desses setores. Mas o que importa aqui é que tais posturas são reflexos também de um conhecimento insuficiente ou mesmo de um desconhecimento das contradições internas que movem as classes em sua luta, e que muitas vezes podem colocar em oposição diferentes setores da própria burguesia. Esse conhecimento insuficiente é uma das razões principais que explicam por que o PT, como um todo, ainda não avançou suficientemente nas definições estratégicas.

**39.** Para que o processo de definições estratégicas do PT conte com a participação democrática dos militantes e filiados, é imprescindível que o Partido organize o estudo e o debate sobre as classes e as contradições de classes da sociedade brasileira; o papel da pequena burguesia urbana e rural; a definição dos pontos programáticos que garantam a atração dos setores sociais que têm contradições com a burguesia; a via principal de transformação social e as táticas a serem empregadas para realizá-la; e a relação entre a estratégia do Partido e as diversas táticas para implementá-la. Esses são problemas colocados pelo atual avanço da luta

de classes no Brasil, que devem ser tratados adequadamente. Tratá-los não é uma tarefa de alguns intelectuais e dirigentes, ou mesmo de uma corrente política dentro do Partido. Essa é uma tarefa que deve envolver o conjunto da militância petista.

### **A construção do Socialismo**

**40.** O desenvolvimento desigual e desequilibrado do capitalismo no Brasil coloca diante dos trabalhadores uma série de questões relacionadas com a construção socialista após a conquista do poder. Questões que aparecem, desde já, em função das propostas programáticas do PT e das alianças estratégicas que devem ser realizadas para obter a hegemonia contra a burguesia. Evidentemente, o desenvolvimento intenso do capitalismo nos últimos 30 anos colocou bases firmes para o estabelecimento de um sólido setor socialista na economia. Nas grandes cooperativas agroindustriais capitalistas, grandes empresas comerciais e de serviços e bancos, a socialização com a apropriação privada dos resultados da produção permite sua transformação imediata em empresas socialistas, estatais ou coletivas.

**41.** Por outro lado, subsiste no Brasil um vasto setor que, embora seja em ampla medida subordinado ao grande capital, procura desenvolver-se com absorção de mão de obra e com atendimento a uma série enorme de bens de serviços considerados secundários e de baixa rentabilidade. Constituído por milhões de pequenas empresas, pequenos negócios, serviços e autônomos, desempenha um papel econômico de grande importância no atual sistema capitalista brasileiro, o que obriga a um processo permanente de destruição e recriação desse setor – papel que deve continuar desempenhando mesmo depois de iniciarmos a construção socialista no Brasil. Desse modo, um dos aspectos-chave do processo de construção socialista, mesmo tendo como a parte essencial da economia o seu setor socialista, estatal ou coletivo, consiste em conhecer a capacidade do Estado em atender às reais necessidades sociais e adaptar uma política econômica que complemente, de forma integral, aquela capacidade para isso. O único caminho, até hoje, consiste em permitir que a pequena economia mercantil ainda se desenvolva em uma certa escala, e que seu próprio desenvolvimento natural e contraditório conduza à concentração e centralização econômica e sua transformação socialista por meios administrativos.

**42.** A pequena produção serve para que a sociedade desenvolva suas forças produtivas, contribua para que não haja escassez de bens e serviços e permita incorporar ao trabalho o conjunto da população economicamente ativa, sem prejudicar a eficiência das empresas socialistas nem a constante redução da jornada de trabalho. Essa política de desenvolvimento da capacidade produtiva da sociedade, utilizando todas as forças econômicas, é a base da aliança dos trabalhadores assalariados com a pequena burguesia urbana e rural. Essa aliança é, pois, uma questão estratégica, referente tanto à destruição do capitalismo quanto à construção do socialismo.

**43.** Evidentemente, essa é uma contradição própria do desenvolvimento das classes no Brasil, do mesmo modo que é impossível, dadas as atuais condições, que o socialismo possa extinguir todas as classes de imediato. O processo de construção socialista para alcançar a almejada sociedade igualitária, sem classes, sem opressão e dominação, vai enfrentar, durante certo tempo, a exigência de diferentes desigualdades, como herança do capitalismo. E vai obrigar a agir, não no sentido de extinguir administrativamente as desigualdades, mas de evitar que elas se polarizem e se tornem antagônicas em relação ao socialismo. Tais contradições no terreno econômico e social da construção socialista geram diferentes contradições no terreno da política. Isso nos remete, basicamente, para a relação do socialismo com a democracia.

### **Socialismo e democracia**

**44.** A permanência de diferentes classes e camadas sociais no processo de construção socialista, por um tempo difícil de prever de antemão, coloca para nós a necessidade de reconhecer a existência de diferentes expressões políticas na sociedade socialista. É fundamental compreender que, mesmo que não se concretizem ingerências externas à coexistência de diferentes partidos e associações políticas, assim como de diferentes propostas para a construção socialista, torna extremamente aguçada a disputa política, disputa que pode polarizar-se e ter consequências graves, se não forem tratadas como merecem, ou seja, disputas que, na sua maior parte, estão dentro de um mesmo campo socialista, e não disputas entre inimigos.

**45.** O fato de que na Nicarágua, a partir do programa da Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN), apesar do cerco imperialista e da oposição militar dos contras, existia liberdade sindical, de organização partidária, de comissões de empresa, das milícias, dos comitês populares e que, inclusive, foram realizadas eleições democráticas, indica a atualidade da relação entre a luta pelo socialismo e a democracia. Longe de a democracia ser uma concessão, ela é parte componente de uma revolução viva e fator de combate contra a burocratização.

**46.** A ausência de democracia, do direito à livre organização dos trabalhadores, é contraditória com o socialismo pelo qual lutamos. Ainda mais quando sabemos, a partir de várias experiências históricas, que essa ausência foi alçada quase que a um princípio permanente, cujas consequências podem ser vistas, hoje, num certo impasse que vivem vários países que fizeram a revolução e que está na base, por exemplo, da luta dos

trabalhadores poloneses em torno do Solidariedade, que o PT tem apoiado. Solidário com as lutas dos povos por sua libertação, o PT defende o rompimento de relação com o regime racista da África do Sul e com a ditadura do general Pinochet, do Chile.

**47.** Além disso, é preciso levar em conta que a sociedade brasileira já foi capaz de desenvolver razoavelmente algumas organizações da sociedade civil, que jogam determinado peso na determinação das políticas do Estado. E de que o Estado brasileiro, embora tenha se reforçado muito, contando com modernos aparelhos coercitivos (Forças Armadas, Serviços de Informação etc.) e de concessões e participação (Legislativos, assistência social, centros comunitários etc.) não tem condições de se fechar completamente à participação das classes subalternas em seu interior. Ao contrário, a própria magnitude do Estado moderno brasileiro só é viável se a burguesia for buscar, na massa das outras classes, os funcionários do Estado. E se, para conseguir consenso e legitimidade para esse mesmo Estado, for obrigada a abrir, pelo menos formalmente, o Estado à disputa das diversas classes.

**48.** Na sociedade civil ocorre algo idêntico. A burguesia construiu organizações sólidas (Fiesp, CNA, CNI etc.), que atuam tanto para manter a hegemonia de sua classe sobre as outras quanto para manter o domínio do aparelho do Estado. Em contraposição a isso, tanto os assalariados quanto as camadas médias da população também criaram organizações de sociedade civil que participam daquela disputa pela hegemonia e pelo poder. Em grande medida, o movimento contraditório dessas diversas organizações da sociedade civil (e também dentro delas) em relação ao Estado e a disputa no interior do próprio Estado causa os avanços e recuos da democracia, sua ampliação e retração.

**49.** O PT rejeita a concepção burocrática do socialismo, a visão do partido único, por considerar incorreta a ideia de que cada classe social é representada por um único partido, e que outros partidos existentes na sociedade que emergir de uma revolução serão necessariamente partidos que representarão interesses de classes diferentes dos da classe trabalhadora.

**50.** Seria ingenuidade supor que, conquistado o poder pelos trabalhadores, essa situação estaria resolvida. Embora a liquidação da burguesia, como classe, compreenda também a liquidação de suas organizações civis e de seu Estado, grande parte das organizações da sociedade civil hoje existentes continuarão presentes na nova sociedade e não podem (nem devem) ser abolidas por decreto. Isso significa que no processo de construção do socialismo deverão existir não só diversos partidos e diversas organizações da sociedade civil, como também que as relações de organizações com o poder socialista serão não só de colaboração e participação, mas também de oposição.

**51.** Nessas condições, o Estado socialista terá de desenvolver esforços tanto para estabelecer uma legalidade nova, democraticamente construída e válida para todos, como manter e/ou criar mecanismos de participação e consulta popular nos mais diferentes níveis e nas relações entre tais níveis. A participação operária e popular na gestão das fábricas, das granjas e fazendas, dos bairros e conjuntos residenciais, das comunidades, vilas e distritos é de suma importância para o funcionamento de uma extensa democracia de base. Entretanto, talvez essa não seja a questão-chave da democracia no socialismo. Os problemas mais sérios vão aparecer nas relações entre os mecanismos democráticos de participação e consulta na base com os mecanismos de participação e consulta nos níveis intermediários e superiores do poder.

**52.** O projeto socialista pelo qual lutamos, de outro lado, deve incorporar as perspectivas colocadas pelos diferentes movimentos sociais que combatem opressões específicas, como os das mulheres, dos negros, dos jovens e dos homossexuais, e suas expressões ideológicas, em particular o feminismo, indispensáveis para golpear importantes pilares da dominação exercida pela burguesia e engajar, em profundidade, a maioria da população brasileira num processo de transformação revolucionária. Deve, também, integrar movimentos de âmbitos culturais nacionais ou ambientais, que procuram responder às agressões que o capitalismo realiza contra a população e o meio ambiente, movimentos anticapitalistas e progressistas, que sensibilizam parcelas crescentes do povo. Deve, ainda, incorporar o questionamento de outros mecanismos vitais para a reprodução da dominação de classe. A incorporação dessas lutas no projeto político proletário, desde hoje, permite barrar o avanço da burguesia, que procura esvaziá-las do seu conteúdo crítico e questionador de instituições e valores da ordem burguesa.

**53.** Sem um tratamento correto dessas questões, no sentido de manter abertos os canais de participação das massas trabalhadoras no poder de Estado e a observância dos direitos individuais dos membros da sociedade e, ao mesmo tempo, garantir a existência do Estado socialista como instrumento fundamental para a construção socialista, será impossível transformar as liberdades políticas e a democracia formais, próprias do capitalismo, nas liberdades e na democracia real que deve ser própria do socialismo.

### **As táticas do PT**

**54.** O capitalismo viveu no Brasil um período de acelerada expansão, nas últimas décadas. Desenvolveu um parque industrial moderno, expandiu a rede de serviços e criou as condições para que o capital financeiri-

ro e a economia mercantil penetrassem nas áreas rurais. Esse crescimento, contudo, deu-se por meio da ampliação da dependência do País em relação ao capitalismo internacional, bem como da superexploração do trabalho e da prevalência do capital monopolista nos segmentos econômicos mais importantes.

Além disso, acentuou algumas desigualdades históricas do País, tendo concentrado grande parte de seu parque industrial e o seu setor mais dinâmico nas regiões Sul e Centro-Sul. Nas demais regiões, a produção industrial se encontra relativamente dispersa em pequenas e médias empresas; a centralização da produção capitalista, aliás, não se realizou de maneira plena, nem mesmo nas regiões mais desenvolvidas, onde sobrevive um grande número de pequenas empresas voltadas para a produção de serviços e de bens industriais. Isto vale, igualmente, para o campo no qual o latifúndio capitalista e a agroindústria convivem com milhões de pequenos produtores rurais.

### **As classes sociais**

**55.** Esse modelo de expansão produziu uma massa de assalariados heterogênea, integrada por um setor operário industrial e agrícola relativamente numeroso e concentrado; por um extenso e numeroso setor ligado às áreas de serviços, comércio e sistema financeiro; por novos segmentos assalariados, empregados públicos e privados, alguns muito qualificados e com rendimentos consideráveis; bem como por um contingente de trabalhadores sujeitos ao desemprego e ao subemprego estruturais na cidade e no campo.

**56.** Paralelamente, a expansão capitalista no Brasil deu origem a um vasto setor de pequenos proprietários e produtores, que são, ao mesmo tempo, proprietários de meios de produção e trabalhadores. Normalmente designado pelos nomes de pequena burguesia ou de setores médios, este setor possui grande importância política e social, incluindo o pequeno produtor agrícola, o trabalhador autônomo, o pequeno proprietário, o profissional liberal qualificado etc.

**57.** Finalmente, a burguesia, grande beneficiária do crescimento econômico, fortaleceu-se nas últimas décadas. Isso se deu, em particular, com seu setor monopolista, vinculado à indústria de exportação e ao capital financeiro. Ao aumento de poder econômico e da consistência da burguesia como classe correspondeu o avanço de sua organização e a expansão de seus mecanismos de controle ideológico e político da sociedade.

**58.** O Estado brasileiro também se modernizou e se fortaleceu, tanto como produtor de bens e serviços quanto como aparelho coercitivo/repressor.

**59.** Apesar da força que tem, a burguesia brasileira enfrenta conflitos internos que, em certos momentos, chegam a comprometer – ou, no mínimo, atrasar sua unificação em torno de um projeto político de gestão do País. São disputas deste tipo que produzem, hoje, divergências entre os vários lobbies burgueses que agem sobre a Constituinte; ou iniciativas como o Pensamento Nacional das Bases Empresariais, uma ação de empresários à margem da Fiesp [Federação das Indústrias do Estado de São Paulo] e de outras entidades tradicionais do patronato. O maior problema da burguesia brasileira, contudo, decorre da própria história da formação do capitalismo no Brasil.

**60.** Ao contrário de outros países, entre nós o capitalismo tem-se desenvolvido respeitando o monopólio da propriedade da terra, recorrendo constantemente à força repressiva do Estado para mediar as relações entre o trabalho e o capital e integrando-se de modo subordinado ao mercado e ao sistema financeiro do imperialismo. A incapacidade do capitalismo brasileiro incorporar, ainda que minimamente, milhões de pessoas aos frutos do desenvolvimento limita a possibilidade da burguesia exercer a hegemonia política na sociedade, o que está na raiz das frequentes intervenções militares na vida do País.

**61.** Quanto aos trabalhadores do campo e da cidade, o aumento de sua força social e política foi notável nos últimos anos. Construiu-se a CUT, expandiu-se o sindicalismo rural e os trabalhadores passaram a jogar um peso decisivo na vida política nacional.

### **O PT e seu Programa**

**62.** Contudo, a organização dos trabalhadores não se estendeu à maior parte da classe. Nos setores em que é melhor organizado, o movimento dos trabalhadores ainda está dividido sindicalmente entre CUT e CGT. No nível partidário, uma parcela considerável desses setores continua sob a influência do PMDB, principal partido de sustentação da Nova República.

**63.** Se é verdade que a burguesia, por meio de seus partidos, enfrenta dificuldades para legitimar o projeto de dominação que é a Nova República, é também verdadeiro que no campo das classes trabalhadoras ainda não se construiu um projeto alternativo a essa dominação, apesar da existência do PT. Essa é a principal tarefa do PT no período histórico em que vivemos. Dizendo com todas as letras: a disputa da hegemonia na sociedade brasileira, com base num programa democrático-popular, capaz de unificar politicamente os trabalhadores e conquistar a adesão dos setores médios das cidades e do campo. Tal programa deve sintetizar tanto a nossa oposição à Nova República e à transição conservadora quanto apontar no sentido da reorganização socialista de nossa sociedade.

**64.** Partido de caráter nacional, independente, com amplas bases sociais, principalmente entre os trabalhadores, o PT precisa realizar sua tarefa histórica, organizando e dirigindo sua base social e política na luta pela conquista do poder. Daí a necessidade de apresentar-se, urgentemente, como uma alternativa, tanto na luta sindical quanto na luta política. Só o crescimento sindical e popular e, principalmente, a mudança de qualidade da atuação política do PT pode criar essa alternativa.

**65.** A alternativa que o PT deve apresentar não pode se limitar a ser uma alternativa à Nova República. Ao contrário, trata-se de uma alternativa estratégica à dominação burguesa neste País, com o objetivo de realizar as transformações econômicas, sociais e políticas exigidas pelos trabalhadores e demais camadas sociais exploradas pelos monopólios.

### **Uma política de acúmulo de forças**

**66.** A luta por uma alternativa democrática e popular exige uma política de acúmulo de forças, que parte do reconhecimento de que não estão colocadas na ordem do dia, para as mais amplas massas de trabalhadores, nem a luta pela tomada do poder, nem a luta direta pelo socialismo. Essa política de acúmulo de forças pressupõe que o PT realize três atividades centrais:

- a) sua organização como força política socialista, independente e de massas;
- b) a construção da CUT, por meio de um movimento sindical classista, de massas e combativo, e a organização do movimento popular independente;
- c) a ocupação dos espaços institucionais nas eleições, como a eleição de deputados, vereadores e representantes nossos para os cargos executivos.

**67.** Embora a questão da tomada do poder não esteja colocada na ordem do dia, é fundamental que o PT não apenas se construa como um partido que tem por objetivo a construção do socialismo, mas que se apresenta para toda a sociedade como um partido socialista. Isso significa que uma das nossas tarefas fundamentais é a luta pela constituição do movimento dos trabalhadores como um movimento claramente socialista, de generalização de uma consciência socialista entre os trabalhadores. Isso implica não apenas as tarefas de educação e formação política de massa, mas, principalmente, abordar as tarefas de conjuntura do ponto de vista da luta pelo socialismo, introduzindo, sempre, um componente de denúncia e crítica anticapitalista na atividade de massa do PT.

**68.** O PT deve apresentar-se como uma opção real de governo, com um plano econômico de emergência, capaz de tirar o Brasil da crise em que está afundando e de melhorar a situação dos trabalhadores e da maioria do povo, bem como com propostas de real democratização do País, que se expressarão na luta por uma Constituição progressista, nas lutas por autonomia e liberdade sindical, por Diretas-Já etc.

**69.** O PT deve, igualmente, adotar táticas que permitam aumentar sua força eleitoral em 88. No atual quadro do País, considerando as expectativas que parte significativa da população deposita no PT como alternativa à Nova República e ao PMDB, o crescimento e as eventuais vitórias eleitorais do Partido são componentes importantes do processo de acumulação de forças.

### **A Alternativa Democrática e Popular e o Socialismo**

**70.** A alternativa que apresentamos à Nova República e à dominação burguesa no País é democrática e popular, e está articulada com nossa luta pelo socialismo.

**71.** Um governo e um programa democráticos e populares – os dois componentes de nossa alternativa – são o reconhecimento de que só uma aliança de classes, dos trabalhadores assalariados com as camadas médias e com o campo, tem condições de se contrapor à dominação burguesa no Brasil.

**72.** É por isso que o PT rejeita a formulação de uma alternativa nacional e democrática, que o PCB defendeu durante décadas, e coloca claramente a questão do socialismo. Porque o uso do termo nacional, nessa formulação, indica a participação da burguesia nessa aliança de classes – burguesia que é uma classe que não tem nada a oferecer ao nosso povo.

**73.** As propostas que proclamam a necessidade e a possibilidade imediata de um governo dos trabalhadores evitam a discussão sobre qual a tática, qual a política para alcançar esse objetivo. Na prática, separam a luta reivindicatória da luta política, por não compreenderem a necessidade da acumulação de forças. A retórica aparentemente esquerdista recobre a ausência de perspectivas políticas e uma concepção limitada, atrasada, das lutas reivindicatórias.

**74.** Na situação política caracterizada pela existência de um governo que execute um programa democrático, popular e antiimperialista, caberá ao PT e aos seus aliados criarem as condições para as transformações socialistas.

**75.** Nas condições do Brasil, um governo capaz de realizar as tarefas democráticas e populares, de caráter antiimperialista, antilatifundiário e antimonopólio – tarefas não efetivadas pela burguesia – tem um duplo significado: em primeiro lugar, é um governo de forças sociais em choque com o capitalismo e a ordem bur-

guesa, portanto, um governo hegemônico pelo proletariado, e que só poderá viabilizar-se com uma ruptura revolucionária; em segundo lugar, a realização das tarefas a que se propõe exige a adoção concomitante de medidas de caráter socialista em setores essenciais da economia e com o enfrentamento da resistência capitalista. Por essas condições, um governo dessa natureza não representa a formulação de uma nova teoria das etapas, imaginando uma etapa democrático-popular, e, o que é mais grave, criando ilusões, em amplos setores, na possibilidade de uma nova fase do capitalismo, uma fase democrática e popular.

### **A política de alianças do PT**

**76.** O PT surgiu marcando um rompimento com as tradições reformistas e/ou vanguardistas da esquerda brasileira. O princípio de identidade e independência de classe é o que o distingue dos partidos reformistas ligados a setores da classe trabalhadora. Ao vanguardismo, o PT contrapõe a política de organização aberta, democrática e de massas ligada à luta social. É esse espírito de independência de classe e de desilusão política com os partidos populistas – assim como os erros históricos do reformismo – que explica o receio do conjunto do PT em discutir uma política de alianças.

**77.** São muitas, no Brasil, as experiências de alianças dos trabalhadores assalariados com outras classes sociais. Na década de 20, os trabalhadores organizaram o Bloco Operário-Camponês. Depois da Segunda Guerra Mundial, o PCB atrelou os trabalhadores a uma suposta burguesia nacional em conflito com o imperialismo, e essa frente descambou em colaboração de classes e não numa política de alianças. Na década de 60, a Ação Popular propôs uma aliança operário-estudantil-camponesa, que tinha à frente o movimento estudantil e apresentava como plataforma um vago movimento contra a Ditadura e a solidariedade ao povo do Vietnã.

**78.** No entanto, no campo da luta dos trabalhadores, a esquerda brasileira, de maneira geral, sempre foi incapaz de estabelecer alianças – o que se refletiu na própria incapacidade de as diferentes correntes políticas de esquerda se unirem. O sectarismo, o fracionismo e a divisão, enquanto o Estado burguês se centralizava e a burguesia se unia, foram as marcas da esquerda brasileira.

**79.** Nas experiências das revoluções socialistas e de libertação nacional vitoriosas temos exemplos concretos de alianças, dentro e fora do campo dos trabalhadores. Os exemplos clássicos são a aliança operário-camponesa na Revolução Russa de 1917 e a união dos comunistas de Mao com os nacionalistas de Chiang Kai Shek, na guerra sino-japonesa.

**80.** Mais recentemente, a Nicarágua é um exemplo claro de uma política de alianças que leva à vitória da revolução. A FSLN [Frente Sandinista de Libertação Nacional] não só fez alianças durante o processo revolucionário, como as mantém diante das agressões do imperialismo e das necessidades concretas da reconstrução do país. A experiência histórica mostra que nenhum partido revolucionário chegou ao poder sozinho. Foram sempre necessárias alianças, ainda que parciais e por tempo determinado. Os programas desses partidos contemplam os reais interesses das classes e camadas às quais se propunha o estabelecimento de alianças.

### **Alianças com princípios**

**81.** O PT tem enfrentado muitas dificuldades para discutir a questão das alianças, em parte pela experiência negativa da esquerda brasileira, em parte pelo sentimento de independência de classe, mas é preciso reconhecer que o sectarismo e a intolerância também têm impedido que essa discussão avance no Partido. Toda vez que se levanta a necessidade de discussão, ou se propõe concretamente uma aliança, impede-se a discussão com acusações de “reformista” ou “aliado da burguesia”, sempre brandindo o fantasma da transformação do PT num partido reformista.

**82.** Esse comportamento tem trazido prejuízos ao PT. O exemplo mais sério foi a falta de iniciativa do Partido, em São Paulo, que permitiu a ação política proposta pelo MOMSP [Movimento de Oposição Metalúrgica de São Paulo] e, depois, assumida pela CUT, que levou à vitória de Luiz Antonio Medeiros, continuador da política pelega de Joaquinão. Não custa, sobre isso, lembrar que nas recentes eleições do Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro, graças à aplicação de uma política correta de alianças, obtivemos importante vitória.

**83.** Na prática, a realidade nos impõe alianças, e de fato as fazemos, como em 1984, na campanha das Diretas, quando o PT, objetivamente, fez uma aliança com a oposição liberal burguesa e setores da pequena burguesia contra a Ditadura Militar. A sobrevivência do Colégio Eleitoral e a instauração da Nova República não indicam que erramos por termos feito aliança, mostram apenas que, ao lado da imensa maioria do povo, fomos derrotados pelas classes dominantes.

**84.** Outro exemplo de aliança foi a tática eleitoral formulada para as eleições de 1986, em que se previa a possibilidade de coligações, desde que cumpridas as condições estabelecidas pelo Encontro Nacional. Era a reafirmação de nosso slogan “o PT não se funde, nem se confunde”, mas também uma resposta aos que nos acusam de sectários e puristas. Aliança não é uma questão de princípios para o PT, mas o PT só faz alianças com princípios.

**85.** Por tudo isso, é chegada a hora de o PT definir uma política de alianças, baseada em seu programa e na independência de classe dos trabalhadores, que leve em conta a correlação de forças hoje existente na sociedade brasileira. Essa política inclui alianças táticas e estratégicas com setores interessados no fim da dominação burguesa.

### **A Política de Alianças que Propomos**

**86.** O desenvolvimento do capitalismo brasileiro criou uma sociedade de classes complexa, em que, ao lado da classe trabalhadora, cujo centro é o operariado, existem amplos setores sociais e frações de classes com interesses contraditórios em relação às classes dominantes. Setenta milhões de brasileiros vivem excluídos, de fato, dos direitos sociais e políticos, do mercado de trabalho formal e à margem dos serviços sociais.

**87.** Esse quadro nos coloca a necessidade de construir uma política para a pequena produção e a pequena propriedade, ao lado da defesa de milhões de brasileiros excluídos e segregados pela lógica do mercado e da livre iniciativa, organizando a luta contra a fome e a miséria.

**88.** A partir de um programa da classe trabalhadora para conquistar o poder, dirigir o País e iniciar a construção do socialismo, o PT tem, então, que assumir uma política de alianças para o Brasil de hoje.

### **Alianças estratégicas: a Frente Única Classista**

**89.** Temos que buscar alianças com as forças que atuam no movimento operário e popular e, principalmente, dentro do movimento sindical, para nos opormos à burguesia e à ideologia dominante.

**90.** Isso significa que devemos tomar a iniciativa nas bases dos partidos que se reivindicam comunistas, socialistas e de trabalhadores, propondo, publicamente, a unidade de ação política da classe trabalhadora.

### **Alianças estratégicas: A Frente Democrática e Popular**

**91.** A frente única classista – que engloba todos os trabalhadores assalariados – não é suficiente para derrotar a dominação burguesa neste país. Para isso, é necessária uma aliança de todos os setores que, por suas contradições com a burguesia, estejam dispostos a marchar com os trabalhadores na luta pelo poder. Para o PT, não há aliança estratégica com setores da burguesia.

**92.** Os setores que chamamos normalmente de camadas médias e pequena burguesia – sendo, estes últimos, trabalhadores e também proprietários de seus meios de produção – embora tenham interesses comuns com a burguesia (por exemplo, algumas camadas de pequenos proprietários vivem da exploração do trabalho assalariado, ainda que em pequena escala) têm, também, profundas contradições com o capitalismo, que os coloca cotidianamente sob ameaça de arruinamento e de proletarização.

**93.** Na luta pelo socialismo, deverão ser levadas em conta reivindicações e interesses de outros setores populares, que são alijados de seus direitos e são vítimas da opressão, das injustiças e da violência do sistema capitalista. O proletariado urbano e rural é a força principal do processo de transformação para o socialismo. O operariado industrial é o seu setor mais importante, concentrado e capacitado a dirigir o processo revolucionário. Os camponeses pobres e os assalariados urbanos são os principais aliados do proletário. Setores amplos, como a camada semiproletarizada, marginalizada do mercado de trabalho e de consumo, que tem características explosivas de manifestação, precisam ser ganhos para uma perspectiva revolucionária. Há também setores urbanos numerosos que, por suas contradições com o sistema burguês, podem ser atraídos para o bloco revolucionário. Localizam-se aí a intelectualidade progressista e democrática e os pequenos proprietários.

**94.** É claro que, numa aliança desse tipo, haverá uma disputa permanente entre os trabalhadores assalariados e os setores pequeno-burgueses. Por isso, é fundamental que a classe trabalhadora forje sua unidade interna, para assim conseguir conquistar a hegemonia no conjunto da frente democrática e popular.

### **As alianças táticas**

**95.** A partir da definição geral das alianças estratégicas, que visam reunir e organizar em torno da classe trabalhadora os setores médios, teremos uma linha para estabelecer, aqui e agora, táticas em torno das lutas contra a Nova República na Constituinte e nas lutas sociais. Prevalecerá sempre a priorização das alianças dentro das classes trabalhadoras; mas não devemos – resguardada a independência do PT – deixar de realizar alianças táticas com forças políticas em torno de objetivos imediatos ou a médio prazo.

### **Alianças táticas na Constituinte**

**96.** A partir do projeto de Constituição do PT e das iniciativas populares aprovadas pelo Diretório Nacional, devemos fazer o mais amplo arco de alianças, para nos opormos à aliança conservadora, articulada por Sarney em torno do PFL e da direita do PMDB. É preciso articular a pressão e mobilização social sobre Brasília com uma política de alianças que nos permita enfrentar a direita e a reação latifundiária. Na defesa da soberania nacional, contra o pagamento da dívida externa e a submissão de nossa economia ao FMI, ao capital estrangei-

ro e ao Imperialismo, o nosso arco de alianças atinge até mesmo alguns setores burgueses e liberais. Devemos ter firmeza sobre a necessidade de tais alianças e, ao mesmo tempo, ter clareza de suas limitações.

**97.** Nossa força advém da formação com outras correntes políticas, sindicais e associativas, dos comitês de defesa do povo na Constituinte e do Plenário Pró- Participação Popular na Constituinte, e deve se expressar no Parlamento num bloco com os partidos progressistas e democráticos contra a reação e a direita.

### **Alianças táticas na luta contra a Nova República e o Governo Sarney**

**98.** Para nos contrapormos à transição conservadora e impor eleições diretas já, devemos articular alianças em torno da Campanha das Diretas, sem abandonar nossa campanha contra Sarney e a dívida e por Diretas-Já. Foi a partir de nossa mobilização e do aprofundamento da crise governamental que fomos capazes de atrair para nosso campo forças que, antes, estavam indefinidas em relação à Nova República ou que corriam em raia própria, como o PCdoB e o PSB, e mesmo o PMDB.

### **Alianças táticas na luta sindical e popular**

**99.** É no campo sindical e popular que o PT e seus militantes têm mais força – que nos leva, muitas vezes, a subestimar a necessidade de alianças políticas. As dificuldades aumentam no caso dos movimentos populares, em que muitas áreas políticas estão comprometidas com os governos estaduais e federal, e vacilam em se opor, como no caso da Prefeitura Janista [São Paulo]. Entretanto, devemos, sempre que possível, buscar a unidade de ação em torno das reivindicações populares, pressionando os governos e propondo alternativas às políticas de habitação, saúde, transportes, educação e saneamento, politizando e unificando os movimentos.

**100.** Mesmo que não façamos alianças, temos que trabalhar com todas as forças partidárias no movimento popular, respeitando as decisões das assembleias e dos encontros, mesmo quando nossa posição não prevalecer.

**101.** O movimento sindical é o espaço privilegiado para uma política de frente única contra a burguesia, já que se trata de uma luta política em que os trabalhadores identificam, de forma mais direta e precisa, seus principais exploradores. Dessa forma, defendemos o princípio de que devemos buscar essa unidade em torno dos interesses da classe trabalhadora, a partir dos organismos por local de trabalho, do sindicato, das centrais sindicais e de outras formas ou locais de organização dos trabalhadores.

### **Alianças no Parlamento**

**102.** Temos já algumas experiências em alianças pontuais ou parciais com outras forças políticas, nas Câmaras de Vereadores, Assembleias Legislativas e Congresso Nacional. O exemplo mais recente é a nossa atuação antijanista na Câmara dos Vereadores de São Paulo, em conjunto com parte do PMDB; ou na Assembleia Legislativa de São Paulo, em defesa do gatilho do funcionalismo público, quando nossa bancada, apoiada na luta dos funcionários, aplicou uma tática correta, que impôs ao Governo Quéricia uma grande derrota, arrastando PTB, PDS, PFL e PDT ao voto contra o governo e rachando o bloco situacionista PMDB-PFL.

### **Alianças eleitorais**

**103.** As alianças eleitorais são mais complexas e exigem uma discussão sobre cada processo, sobre a situação objetiva da cidade, do estado ou do País, sobre as regras eleitorais, os outros candidatos e os objetivos de nosso Partido em cada eleição.

**104.** De maneira geral, somos pelo lançamento de candidatura própria, com programas de governo e posição sobre os problemas nacionais. Entendemos necessário construir nossa própria força eleitoral e eleger candidatos petistas, mas não afastamos a hipótese de coligações, alianças eleitorais, frentes ou coalizões.

**105.** Nas eleições de 1986, fizemos uma aliança com o PV, tendo o companheiro Fernando Gabeira saído candidato pelo PT. Tratou-se, na verdade, de uma coligação que ganhou forma de aliança e que possibilitou ao PT a eleição de dois deputados federais e quatro estaduais, não inviabilizando nossa mensagem política, nem arranhando nossa independência e nossa proposta socialista.

**106.** Existem resoluções que estabelecem normas e regras de procedimentos para a realização de coligações e alianças eleitorais. O que é preciso, agora, é analisar cada realidade e situação, mantendo nossa posição contra a transição conservadora e o Governo Sarney, nossa independência e a proposta socialista.

**107.** Por outro lado, não podemos perder o espírito de vigilância petista, principalmente num ano de eleições municipais, em que nossa legenda cresce, já que ter uma política de alianças nada tem a ver com o inchaço ou a diluição de nosso Partido e de sua proposta.

(...)

### **O centenário da abolição**

**166.** A população negra constitui 44,5% da sociedade brasileira (IBGE-80). Os trabalhadores e trabalhadoras negros são 54,1% do setor da agropecuária e da produção extrativa vegetal e animal, 37,3% da indús-

tria de transformação e da produção extrativa mineral, 52,7% dos trabalhadores da construção civil, 30,9% dos trabalhadores do comércio, 50,8% dos que trabalham em prestação de serviços e 36,6% dos trabalhadores de transportes (FANAD-74). Os trabalhadores e trabalhadoras negros somam 54,5% dos que ganham até um salário mínimo e 3,8% dos que ganham mais do que cinco salários mínimos. Entre os trabalhadores e trabalhadoras brancos esses números são 31,4% e 15,6%, respectivamente (FANAD-82).

**167.** Os trabalhadores e trabalhadoras negros em ocupações não-manuais de nível superior (professores de 2º grau, médicos, dentistas, economistas etc.) ganham 64,3% da remuneração dos trabalhadores e trabalhadoras brancos; os negros em ocupações não-manuais de nível médio (professores primários, secretários, auxiliares de escritórios etc.), 65%; empregados na indústria de transformação, 75%; e os que trabalham no comércio, 74% (IBGE-80).

**168.** As oportunidades educacionais são desiguais para brancos e negros: os negros são a esmagadora maioria dos brasileiros que não têm acesso à escola (Raça e Classe – órgão de informação e divulgação da Comissão do Negro do PT/DF). De janeiro a setembro de 1982, em São Paulo, 432 cidadãos foram mortos; desses, até setembro, pelo menos 212 haviam sido liquidados pela ROTA. Um levantamento pormenorizado de 330 dessas vítimas apontam que 128 são negras, 48 menores de idade, cinco mulheres e, em muitos casos, trabalhadores e sem antecedentes criminais (Paulo Sérgio Pinheiro – Violência sem controle e militarização da polícia – 88).

**169.** Essa é, cem anos depois da escravidão, a situação do negro em nosso país. Esses dados, somados às péssimas condições em que vive esse segmento de nossa sociedade, demonstram que em se tratando de emprego, salário e condições de trabalho, educação e moradia, a população negra continua sendo o setor mais explorado de nossa sociedade.

**170.** O governo brasileiro está preparando um extenso calendário de atividades, que pretende imprimir ao Centenário da Abolição um tom festivo, visando fortalecer o discurso oficial da democracia racial, que tenta encobrir as péssimas condições de vida e trabalho a que os negros são submetidos em nosso país.

**171.** Uma farsa, a democracia racial, que começou a ser montada quando os governantes da época transformaram o 13 de maio de 1888 – uma conquista obtida pela luta dos negros trabalhadores escravos, com o apoio de setores da população livre – em um ato paternalista, cujo significado importante transformou-se num ato que servia aos interesses dos dominantes, e cujas consequências têm muito a ver com a realidade de nosso povo nos dias atuais.

**172.** O Partido dos Trabalhadores assume a oposição às festividades que estão sendo organizadas pelos governos estaduais e federal sempre que elas tomarem um caráter paternalista e discriminatório. O PT deve transformar o Centenário da Abolição num momento de avaliação das reais condições do trabalho, hoje, no Brasil, articulando, por meio de seus militantes, a mobilização do Movimento Negro com a mobilização dos trabalhadores em geral.

**173.** Um passo importante para que o Partido reconheça a questão racial como uma questão nacional e assumisse efetivamente a luta contra o racismo é entendê-la como de responsabilidade de todos aqueles que lutam por uma sociedade mais justa. O Partido deve apoiar e fortalecer as iniciativas de sua Secretaria Nacional de Movimentos Populares, visando envolver, em nível nacional, o conjunto de nossa militância nestas atividades.

(...)

### **A política de alianças eleitorais**

**185.** A política de alianças eleitorais do PT necessita estar de acordo com esses componentes relacionados ao conteúdo e aos objetivos gerais da campanha, servindo sempre ao princípio. Nesse sentido, os critérios políticos para eventuais alianças eleitorais devem ser:

- a) oposição ao Governo Sarney, à Nova República, à transição conservadora e à direita em geral;
- b) compromisso efetivo e seguro com os pontos centrais do programa municipal proposto pelo PT;
- c) apoio às reivindicações e participação nas lutas dos trabalhadores e movimentos populares.

**186.** Iniciativa, junto às bases dos partidos que se reivindicam comunistas, socialistas e de trabalhadores, propondo publicamente a unidade de ação política da classe trabalhadora.

**187.** Junto a isso, devemos avançar na construção de uma frente democrática e popular, o que significa sensibilidade e iniciativa do PT junto a setores de partidos não vinculados diretamente à classe trabalhadora, mas que, se estiverem em conflito com a política hegemônica da burguesia, podem reforçar a luta democrática dos trabalhadores.

a) Ao lado dessa orientação, definimos três objetivos gerais:

- derrotar a Nova República e a direita em todos os níveis (nacional, estadual e municipal);
- reforçar a luta democrática dos trabalhadores, aumentar as bases sociais e conquistar largos setores de massa para a proposta do PT;
- obter saldos políticos, organizativos e eleitorais para o PT.

b) Tomando esse conjunto de posições e de critérios, colocados a partir do item 185, decidimos:

- excluir composições eleitorais com partidos que dão sustentação à Nova República e ao conservadorismo direitista (PDS, PL, PTB, PFL, PMDB). No caso Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo Partido dos Trabalhadores ([www.pt.org.br](http://www.pt.org.br)) / Fundação Perseu Abramo ([www.fpabramo.org.br](http://www.fpabramo.org.br)) deste último, eventuais dissidências em oposição à linha oficial devem ser avaliadas caso a caso. No caso do PCB, embora seja um partido que dê sustentação à Nova República, é preciso levar em conta eventuais evoluções de sua política e de suas bases rumo à oposição. Quanto ao PCdoB e PSB, devemos tomar iniciativas políticas que possibilitem ou a evolução desses partidos para posições defendidas pelo PT ou a atração de setores desses partidos para apoio ou relação com o PT. Quanto ao PDT, é um partido de oposição à Nova República, favorável ao presidencialismo e às eleições diretas para presidente em 1988. No entanto, é um partido dominado pelo populismo, no qual convivem facções burguesas, setores socialistas e trabalhistas. Nesse sentido, qualquer aliança eleitoral com esse partido deve ser analisada pontualmente;
- avaliar a situação do PCB, PCdoB e PSB com o sentido de o PT tomar iniciativas políticas que possibilitem ou a evolução desses partidos para posições defendidas pelo PT ou a atração de setores desses partidos para apoio ou relação com o PT;
- a partir dos critérios definidos e da perspectiva de acúmulo de forças, o PT deve incluir em sua política de alianças o PH e o PV.

c) Uma vez estabelecida a política geral de alianças eleitorais, compete aos Diretórios Municipais sua aplicação, cabendo recursos ao Diretório Regional e ao DN, que acompanharão os encontros e as políticas de alianças em cada município.

**188.** Com a fragmentação da campanha eleitoral no nível dos inúmeros municípios, tende a ser menor o papel centralizador e polarizador da TV nessas eleições, e maior o peso das máquinas eleitorais dos partidos burgueses nos municípios. Nessas circunstâncias, adquire especial importância a realização, pelo PT, de uma campanha militante, na qual o número de ativistas, a organização, a garra, o espírito de iniciativa, a criatividade, o trabalho de massa, sejam trunfos capazes de compensar o poderio de recursos materiais dos nossos adversários.

**189.** Para o PT apresentar-se à população como alternativa real de governo é fundamental uma plataforma de campanha com propostas concretas para enfrentamento dos principais problemas locais. É necessário que o Partido se dirija ao conjunto da população e não apenas à parcela organizada da sociedade. É importante também mostrar que o Partido possui capacidade política, técnica e administrativa para exercer o governo local.

**190.** Entendemos que o programa de governo do PT deve expressar o conhecimento político e técnico acumulado pelo Partido em sua participação nas lutas dos trabalhadores (movimento sindical e popular), e permitir a incorporação de novas contribuições, ampliando a base social e militante do Partido.

**191.** A elaboração do programa é um momento oportuno para a mobilização do Partido e para engajar simpatizantes, conquistar novas adesões. Para isso, é necessário que o processo de sua elaboração seja aberto, coletivo, democrático e, principalmente, baseado na mobilização local, com a realização de seminários amplamente divulgados. Um processo desse tipo tem ainda a vantagem de transformar a elaboração do programa num evento político de campanha eleitoral, além de contribuir para impor uma discussão aos demais partidos. É uma maneira de demonstrar capacidade, envolver maior número de pessoas e colocar a disputa num campo mais propício para o PT.

(...)

## Carta ao Povo Brasileiro – 2002

Luís Inácio Lula da Silva

Publico aqui a Carta ao Povo Brasileiro que o então candidato à presidência Luiz Inácio Lula da Silva escreveu para acalmar os ânimos que estavam acirrados naquele ano, risco-país em alta, mercado financeiro maluco. Então pela importância deste documento está abaixo a reprodução total da carta.

O Brasil quer mudar. Mudar para crescer, incluir, pacificar. Mudar para conquistar o desenvolvimento econômico que hoje não temos e a justiça social que tanto almejamos. Há em nosso país uma poderosa vontade popular de encerrar o atual ciclo econômico e político.

Se em algum momento, ao longo dos anos 90, o atual modelo conseguiu despertar esperanças de progresso econômico e social, hoje a decepção com os seus resultados é enorme. Oito anos depois, o povo brasileiro faz o balanço e verifica que as promessas fundamentais foram descumpridas e as esperanças frustradas. Nosso povo constata com pesar e indignação que a economia não cresceu e está muito mais vulnerável, a

soberania do país ficou em grande parte comprometida, a corrupção continua alta e, principalmente, a crise social e a insegurança tornaram-se assustadoras.

O sentimento predominante em todas as classes e em todas as regiões é o de que o atual modelo esgotou-se. Por isso, o país não pode insistir nesse caminho, sob pena de ficar numa estagnação crônica ou até mesmo de sofrer, mais cedo ou mais tarde, um colapso econômico, social e moral. O mais importante, no entanto, é que essa percepção aguda do fracasso do atual modelo não está conduzindo ao desânimo, ao negativismo, nem ao protesto destrutivo. Ao contrário: apesar de todo o sofrimento injusto e desnecessário que é obrigada a suportar, a população está esperançosa, acredita nas possibilidades do país, mostra-se disposta a apoiar e a sustentar um projeto nacional alternativo, que faça o Brasil voltar a crescer, a gerar empregos, a reduzir a criminalidade, a resgatar nossa presença soberana e respeitada no mundo.

A sociedade está convencida de que o Brasil continua vulnerável e de que a verdadeira estabilidade precisa ser construída por meio de corajosas e cuidadosas mudanças que os responsáveis pelo atual modelo não querem absolutamente fazer. A nítida preferência popular pelos candidatos de oposição tem esse conteúdo de superação do impasse histórico nacional em que caímos, de correção dos rumos do país. A crescente adesão à nossa candidatura assume cada vez mais o caráter de um movimento em defesa do Brasil, de nossos direitos e anseios fundamentais enquanto nação independente.

Lideranças populares, intelectuais, artistas e religiosos dos mais variados matizes ideológicos declaram espontaneamente seu apoio a um projeto de mudança do Brasil. Prefeitos e parlamentares de partidos não coligados com o PT anunciam seu apoio. Parcelas significativas do empresariado vêm somar-se ao nosso projeto. Trata-se de uma vasta coalizão, em muitos aspectos suprapartidária, que busca abrir novos horizontes para o país.

O povo brasileiro quer mudar para valer. Recusa qualquer forma de continuísmo, seja ele assumido ou mascarado. Quer trilhar o caminho da redução de nossa vulnerabilidade externa pelo esforço conjugado de exportar mais e de criar um amplo mercado interno de consumo de massas. Quer abrir o caminho de combinar o incremento da atividade econômica com políticas sociais consistentes e criativas. O caminho das reformas estruturais que de fato democratizem e modernizem o país, tornando-o mais justo, eficiente e, ao mesmo tempo, mais competitivo no mercado internacional. O caminho da reforma tributária, que desonere a produção. Da reforma agrária que assegure a paz no campo. Da redução de nossas carências energéticas e de nosso déficit habitacional. Da reforma previdenciária, da reforma trabalhista e de programas prioritários contra a fome e a insegurança pública.

O PT e seus parceiros têm plena consciência de que a superação do atual modelo, reclama da enfaticamente pela sociedade, não se fará num passe de mágica, de um dia para o outro. Não há milagres na vida de um povo e de um país. Será necessária uma lúcida e criteriosa transição entre o que temos hoje e aquilo que a sociedade reivindica. O que se desfez ou se deixou de fazer em oito anos não será compensado em oito dias. O novo modelo não poderá ser produto de decisões unilaterais do governo, tal como ocorre hoje, nem será implementado por decreto, de modo voluntarista. Será fruto de uma ampla negociação nacional, que deve conduzir a uma autêntica aliança pelo país, a um novo contrato social, capaz de assegurar o crescimento com estabilidade.

Premissa dessa transição será naturalmente o respeito aos contratos e obrigações do país. As recentes turbulências do mercado financeiro devem ser compreendidas nesse contexto de fragilidade do atual modelo e de clamor popular pela sua superação. À parte manobras puramente especulativas, que sem dúvida existem, o que há é uma forte preocupação do mercado financeiro com o mau desempenho da economia e com sua fragilidade atual, gerando temores relativos à capacidade de o país administrar sua dívida interna e externa. É o enorme endividamento público acumulado no governo Fernando Henrique Cardoso que preocupa os investidores. Trata-se de uma crise de confiança na situação econômica do país, cuja responsabilidade primeira é do atual governo. Por mais que o governo insista, o nervosismo dos mercados e a especulação dos últimos dias não nascem das eleições.

Nascem, sim, das graves vulnerabilidades estruturais da economia apresentadas pelo governo, de modo totalitário, como o único caminho possível para o Brasil. Na verdade, há diversos países estáveis e competitivos no mundo que adotaram outras alternativas. Não importa a quem a crise beneficia ou prejudica eleitoralmente, pois ela prejudica o Brasil. O que importa é que ela precisa ser evitada, pois causará sofrimento irreparável para a maioria da população. Para evitá-la, é preciso compreender que a margem de manobra da política econômica no curto prazo é pequena. O Banco Central acumulou um conjunto de equívocos que trouxeram perdas às aplicações financeiras de inúmeras famílias. Investidores não especulativos, que precisam de horizontes claros, ficaram intranquilos. E os especuladores saíram à luz do dia, para pescar em águas turvas. Que segurança o governo tem oferecido à sociedade brasileira? Tentou aproveitar-se da crise para ganhar alguns votos e, mais uma vez, desqualificar as oposições, num momento em que é necessário tranquilidade e compromisso com o Brasil. Como todos os brasileiros, quero a verdade completa. Acredito que o atual governo colocou o país novamente em um impasse. Lembrem-se todos: em 1998, o governo, para não

admitir o fracasso do seu populismo cambial, escondeu uma informação decisiva. A de que o real estava artificialmente valorizado e de que o país estava sujeito a um ataque especulativo de proporções inéditas.

Estamos de novo atravessando um cenário semelhante. Substituímos o populismo cambial pela vulnerabilidade da âncora fiscal. O caminho para superar a fragilidade das finanças públicas é aumentar e melhorar a qualidade das exportações e promover uma substituição competitiva de importações no curto prazo. Aqui ganha toda a sua dimensão de uma política dirigida a valorizar o agronegócio e a agricultura familiar. A reforma tributária, a política alfandegária, os investimentos em infra-estrutura e as fontes de financiamento públicas devem ser canalizadas com absoluta prioridade para gerar divisas. Nossa política externa deve ser reorientada para esse imenso desafio de promover nossos interesses comerciais e remover graves obstáculos impostos pelos países mais ricos às nações em desenvolvimento. Estamos conscientes da gravidade da crise econômica. Para resolvê-la, o PT está disposto a dialogar com todos os segmentos da sociedade e com o próprio governo, de modo a evitar que a crise se agrave e traga mais aflição ao povo brasileiro.

Superando a nossa vulnerabilidade externa, poderemos reduzir de forma sustentada a taxa de juros. Poderemos recuperar a capacidade de investimento público tão importante para alavancar o crescimento econômico. Esse é o melhor caminho para que os contratos sejam honrados e o país recupere a liberdade de sua política econômica orientada para o desenvolvimento sustentável. Ninguém precisa me ensinar a importância do controle da inflação. Iniciei minha vida sindical indignado com o processo de corrosão do poder de comprar dos salários dos trabalhadores. Quero agora reafirmar esse compromisso histórico com o combate à inflação, mas acompanhado do crescimento, da geração de empregos e da distribuição de renda, construindo um Brasil mais solidário e fraterno, um Brasil de todos.

A volta do crescimento é o único remédio para impedir que se perpetue um círculo vicioso entremetas de inflação baixas, juro alto, oscilação cambial brusca e aumento da dívida pública. O atual governo estabeleceu um equilíbrio fiscal precário no país, criando dificuldades para a retomada do crescimento. Com a política de sobrevalorização artificial de nossa moeda no primeiro mandato e com a ausência de políticas industriais de estímulo à capacidade produtiva, o governo não trabalhou como podia para aumentar a competitividade da economia. Exemplo maior foi o fracasso na construção e aprovação de uma reforma tributária que banisse o caráter regressivo e cumulativo dos impostos, fardo insuportável para o setor produtivo e para a exportação brasileira. A questão de fundo é que, para nós, o equilíbrio fiscal não é um fim, mas um meio. Queremos equilíbrio fiscal para crescer e não apenas para prestar contas aos nossos credores.

Vamos preservar o superávit primário o quanto for necessário para impedir que a dívida interna aumente e destrua a confiança na capacidade do governo de honrar os seus compromissos. Mas é preciso insistir: só a volta do crescimento pode levar o país a contar com um equilíbrio fiscal consistente e duradouro. A estabilidade, o controle das contas públicas e da inflação são hoje um patrimônio de todos os brasileiros. Não são um bem exclusivo do atual governo, pois foram obtidos com uma grande carga de sacrifícios, especialmente dos mais necessitados. O desenvolvimento de nosso imenso mercado pode revitalizar e impulsionar o conjunto da economia, ampliando de forma decisiva o espaço da pequena e da microempresa, oferecendo ainda bases sólidas para ampliar as exportações. Para esse fim, é fundamental a criação de uma Secretaria Extraordinária de Comércio Exterior, diretamente vinculada à Presidência da República.

Há outro caminho possível. É o caminho do crescimento econômico com estabilidade e responsabilidade social. As mudanças que forem necessárias serão feitas democraticamente, dentro dos marcos institucionais. Vamos ordenar as contas públicas e mantê-las sob controle. Mas, acima de tudo, vamos fazer um Compromisso pela Produção, pelo emprego e por justiça social. O que nos move é a certeza de que o Brasil é bem maior que todas as crises. O país não suporta mais conviver com a ideia de uma terceira década perdidas. O Brasil precisa navegar no mar aberto do desenvolvimento econômico e social. É com essa convicção que chamo todos os que querem o bem do Brasil a se unirem em torno de um programa de mudanças corajosas e responsáveis.

Luiz Inácio Lula da Silva São Paulo, 22 de junho de 2002

---

## **O Socialismo Petista**

Parte do Documento do 3º Congresso do PT de 2007

O PT se formou em fins dos anos setenta e começo dos anos oitenta como resultado da luta dos trabalhadores das cidades e do campo por melhores condições de trabalho e de vida, e pelas liberdades de expressão e de organização. No seu enfrentamento com a ditadura militar e com as duras condições de exploração, os trabalhadores tiveram nesse projeto, desde o início, a solidariedade e participação de amplos setores da intelectualidade, de profissionais liberais, de defensores dos Direitos Humanos, de inúmeras comunidades reli-

giosas de base, vastos segmentos da juventude, sobretudo dos estudantes, além de integrantes de novos movimentos sociais que organizavam mulheres, ambientalistas, negros, homossexuais e tantos outros grupos discriminados na sociedade brasileira. Destacado papel coube igualmente a militantes das organizações de esquerda que haviam combatido a ditadura.

A luta do PT contra a ditadura, pela democratização da sociedade brasileira esteve na origem de nossas convicções anticapitalistas na medida em que a democracia é incompatível com a injustiça e a exclusão social, com a fome, a violência, a guerra e a destruição da natureza. Como já afirmamos em nossa história: “esse compromisso de raiz com a democracia nos fez igualmente anticapitalistas assim como a opção anticapitalista qualificou de modo inequívoco a nossa luta democrática”. De outro lado e coerentemente, esse compromisso com a democracia se traduziu em nossa organização interna o que contribuiu para que o PT setor nas se uma experiência inovadora e um patrimônio da cultura política brasileira.

A construção do Partido dos Trabalhadores, já nos anos oitenta, deu-se em um quadro internacional de crise das alternativas socialistas existentes. A partir da Polônia iniciava-se um movimento de contestação do socialismo burocrático, que se estenderia a todos os países da Europa do Leste, atingindo mais tarde a própria União Soviética. As chamadas “revoluções de veludo” no leste europeu e a posterior dissolução da URSS não propiciaram uma renovação democrática do socialismo, serviram de base para instauração de um capitalismo selvagem que atacou duramente as conquistas sociais que os trabalhadores haviam anteriormente obtido naqueles países. Por outra parte, as experiências social-democratas europeias, desenvolvidas em um período de forte expansão capitalista, abandonavam pouco a pouco o ideário reformista anterior e iniciavam o desmonte do Estado de Bem-Estar Social construído no pós Segunda Guerra Mundial.

A crise dessas alternativas socialistas foi acompanhada do renascimento do liberalismo econômico. O prefixo “neo” que se acoplou a esse liberalismo requeitado, não escondia o caráter conservador e regressivo de suas propostas. O neoliberalismo pregava a desregulamentação de toda a atividade econômica, fazendo do mercado seu elemento central, acompanhado da defesa de um “Estado mínimo”. O conceito de globalização servia para negar o Estado nacional. Em nome de um individualismo radical, que substituíu o cidadão pelo consumidor, negava-se a luta de classes e estigmatizava-se qualquer conflito social. A partir daí decretava-se o “fim da história”, que se transformava em um eterno presente. Suprimia-se qualquer alternativa ao capitalismo. Mais que isso, atingia-se duramente à própria democracia. Negando-se a soberania nacional, tornava-se irrelevante a soberania popular.

Ao se impor uma situação adversa, após a queda do Muro de Berlim, a humanidade passou a viver sob o domínio de uma única potência hegemônica – os Estados Unidos. A nova ordem internacional, sob a influência do Consenso de Washington promoveu reformas constitucionais nos países periféricos que possibilitaram a privatização de vários setores estratégicos das economias desses países.

Nos países da periferia do capitalismo – especialmente nos da América Latina – os efeitos dessas teses foram devastadores. As ideias do chamado “Consenso de Washington”, que codificavam os princípios neoliberais para a região, traduziam a hegemonia do capital financeiro e imperialista sobre as atividades produtivas. O neoliberalismo buscava uma saída para a crise fiscal dos Estados latino-americanos, que tinha como inquietantes expressões os surtos inflacionários e o endividamento externo. Os fortes ajustes aplicados em nossos países não atingiram sequer seu objetivo principal: resolver os fortes desequilíbrios macroeconômicos que nos afetavam. Além de agravar a situação macroeconômica, essas políticas, que tiveram no FMI um instrumento importante, contribuíram para a desindustrialização e a contra-reforma agrária, aumentando a pobreza e a exclusão social.

Os efeitos do neoliberalismo no Brasil foram tardios. Na maioria dos países da região eles se fizeram sentir a partir dos anos oitenta. Em nosso país, graças à resistência dos trabalhadores, de vastos setores das classes médias e, inclusive, de segmentos empresariais, a aplicação de políticas neoliberais foi diferida de praticamente uma década. Apesar da desconstrução nacional e social que produziu, nos anos noventa, seus efeitos foram menores do que em outros países. Os movimentos sociais, apesar de duramente atingidos, não perderam sua capacidade de mobilização e foram decisivos para reverter essa situação a partir de 2002. O PT teve um papel fundamental nessa resistência, junto com outros partidos de esquerda e de centro-esquerda.

A vitória eleitoral do nosso candidato em 2002 levou o PT para o governo, e o Partido passou a viver a experiência de ser Governo num país capitalista, numa sociedade de classes, em que o poder não é só o político, mas também o poder econômico, o da mídia e o militar. O sonho de uma nova sociedade, superior à ordem capitalista vigente, diante das enormes tarefas de ser governo, levou a que nossos militantes, dirigentes e líderes maiores tomassem consciência de que a conquista de uma nação soberana e democrática é parte integrante da luta pelo socialismo em nosso país.

A despeito das transformações pelas quais passou o Brasil nos últimos quatro anos, junto com outros países da América Latina, ainda é forte a presença das ideias neoliberais no país e na região. Vivemos hoje um

período de transição, de duração incerta, nos cabe construir uma alternativa pós-neoliberal. A superação do neoliberalismo no plano das ideias, mas, sobretudo, por meio de alternativas concretas, é de fundamental importância para clarificar nosso horizonte pós-capitalista, hoje obscurecido pelos impasses do pensamento e das práticas do socialismo. O século XX nos legou revoluções que não foram capazes de construir uma alternativa socialista democrática. O desafio que temos pela frente neste novo século é o de reconstruir uma alternativa socialista libertária.

A crise que afeta os mercados financeiros mundiais – de imprevisíveis consequências – não pode levar a enganos. Por certo ela demonstra a fragilidade do capitalismo realmente existente. Mas não devemos sucumbir ao catastrofismo que tantas vezes marcou o movimento revolucionário. Da crise não nasce necessariamente a revolução, a transformação progressista da sociedade. Na maioria das vezes o que ocorre são movimentos regressivos, contra-revolucionários.

Nesse sentido, as realizações do primeiro mandato do Presidente Lula e as que vêm ocorrendo neste segundo, no tocante à realização das tarefas democráticas e de defesa de nossa soberania são um importante passo para a acumulação de forças que vai permitir construir não só um Brasil socialmente justo, mas também independente e democrático. A firme posição do País, e das nações que constituem o G-20 na Organização Mundial do Comércio, contra o protecionismo das grandes potências, o fim do acordo com o FMI e a construção da comunidade dos países da América do Sul são importantes afirmações de soberania do Governo de coalizão do Presidente Lula.

Mantendo um diálogo crítico com a social-democracia e com os partidos comunistas, o socialismo petista definiu-se, desde a fundação do partido, como um processo de construção teórica e política. Parte importante de nossa crítica ao capitalismo e de nossa reflexão sobre os caminhos e descaminhos dos socialismos do século XX foi resumida no documento O Socialismo Petista, aprovado no 7º Encontro do partido, em 1990. Essa reflexão se enriqueceu no contato que mantivemos com dezenas de partidos e organizações do mundo inteiro, especialmente da América Latina que, como nós, realizavam um esforço de repensar uma alternativa pós-capitalista. Mas se enriqueceu, sobretudo, com as lutas sociais e as experiências parlamentares, nos governos municipais e estaduais que conquistamos, no diálogo permanente com as melhores tradições da cultura brasileira.

Diferentemente de muitas vertentes hegemônicas no século XX, o socialismo petista não tem uma matriz política ou filosófica única, abrigando ampla pluralidade ideológica no campo da esquerda. Associa a luta contra a exploração econômica ao combate a todas as manifestações de opressão que permeiam as sociedades capitalistas e que – segundo mostrou a experiência histórica – persistiram, e até mesmo se aprofundaram – nas sociedades ditas socialistas. Por ser libertário, o socialismo petista se insurge contra todas as formas de discriminação de gênero, étnica, religiosa e/ou ideológica, em relação aos portadores de deficiência, às opções sexuais, às preferências artísticas, aos jovens e aos velhos, enfim, às diferenças que marcam as sociedades humanas.

Para o socialismo petista a democracia não é apenas um instrumento de consecução da vontade geral, da soberania popular. Ela é também um fim, um objetivo e um valor permanente de nossa ação política. O socialismo petista é radicalmente democrático porque exige a socialização da política. Isso implica na extensão da democracia a todos e na articulação das liberdades políticas – individuais e coletivas – com os direitos econômicos e sociais.

O socialismo petista é defensor do irrestrito direito de expressão e de manifestação, pelo acesso aos bens materiais e simbólicos, à cultura e as condições de produção do conhecimento. Alicerça-se sobre a defesa e a ampliação dos Direitos Humanos. Propugna, enfim, o respeito ao Estado democrático de direito e a combinação da democracia representativa com a construção de um espaço público que garanta formas de participação cidadã capazes de garantir o controle do Estado pela sociedade. O socialismo petista implica práticas republicanas inseparáveis da democracia.

O socialismo petista pressupõe a construção de uma nova economia na qual convivam harmonicamente crescimento com distribuição de renda. Para tanto, é fundamental reabilitar o papel do Estado no planejamento democrático da economia. O socialismo petista admite a coexistência de várias formas de propriedade: estatal, pública não-estatal, privada, cooperativas e formas de economia solidária. No caso brasileiro ganha especial importância o aprofundamento da reforma agrária e a relação a ser estabelecida entre a agricultura familiar e a agricultura de caráter empresarial.

O socialismo petista deve dar especial atenção às relações de trabalho. Apesar das extraordinárias mudanças na produtividade, alicerçadas em não menos extraordinárias transformações científicas e tecnológicas, a jornada de trabalho se encontra estancada no mundo há muitas décadas. É fundamental reduzi-la. Multiplicam-se os mecanismos de precarização do trabalho que convivem com altas taxas de desemprego. A noção de pleno emprego – para alguns “obsoleta” – deve ser plenamente reabilitada. Formas institucionalizadas de controle dos trabalhadores sobre todas as esferas da atividade industrial, agrícola e de serviços, serão fundamentais no combate à alienação do trabalho.

O socialismo petista compreende que os recursos naturais não podem ser apropriados sob regime de propriedade privada, mas sim de forma coletiva e democrática, em sintonia com o meio ambiente e solidária com as futuras gerações.

O socialismo petista articulará a construção nacional – que na maioria dos países da periferia do capitalismo ainda é um processo inconcluso – com uma perspectiva internacionalista. As relações internacionais devem passar por um radical processo de mudanças. Necessitamos de um mundo multilateral e multipolar, que reduza as assimetrias econômicas e sociais e não esteja submetido à hegemonia de grandes potências. Queremos um mundo democrático, onde a paz seja um compromisso das nações, um mundo sem fome, enfermidades, crianças abandonadas, homens e mulheres desprovidos de perspectivas e de esperança. Lutaremos pela construção de uma solidariedade continental, com ênfase na América do Sul, capaz de alterar a atual correlação de forças internacional.

Composto de muitos sujeitos, o socialismo petista tem nos trabalhadores sua referência fundamental. Ele é um processo de sucessivas conquistas econômicas, sociais, políticas e culturais que abrem caminho para novas conquistas. É um caminho que se renova e se amplia à medida que o percorremos. Pode contemplar momentos de rupturas, mas se faz também no dia-a-dia. Não descuida do presente, mas tem seus olhos postos no futuro. Mas esse futuro não é um porto de chegada ou uma fortaleza a ser conquistada. É antes uma construção histórica.

### **Os principais traços do socialismo**

A mais profunda democratização. Isto significa democracia social; pluralidade ideológica, cultural e religiosa; igualdade de gênero, igualdade racial, liberdade de orientação sexual e identidade de gênero. A igualdade entre homens e mulheres, o fim do racismo e a mais ampla liberdade de expressão sexual serão traços distintivos e estruturantes da nova sociedade. O pluralismo e a auto-organização, mais que permitidos, deverão ser incentivados em todos os níveis da vida social. Devemos ampliar as liberdades democráticas duramente conquistadas pelos trabalhadores na sociedade capitalista. Liberdade de opinião, de manifestação, de organização civil e político-partidária e a criação de novos mecanismos institucionais que combinem democracia representativa e democracia direta. Instrumentos de democracia direta, garantida a participação das massas nos vários níveis de direção do processo político e da gestão econômica, deverão conjugar-se com os instrumentos da democracia representativa e com mecanismos ágeis de consulta popular, libertos da coação do Capital e dotados de verdadeira capacidade de expressão dos interesses coletivos;

**Um compromisso internacionalista.** Somos todos seres humanos, habitantes de um mesmo planeta, casa comum a que temos direito e de que todos devemos cuidar. O capitalismo é um modo de produção que atua em escala internacional e, portanto, o socialismo deve também propor alternativas mundiais de organização social. Apoiamos a autodeterminação dos povos e valorizamos a ação internacionalista, no combate a todas as formas de exploração e opressão. O internacionalismo democrático e socialista é nossa inspiração permanente. Os Estados nacionais devem ter sua soberania respeitada e devem cooperar para eliminar a desigualdade econômica e social, bem como todos os motivos que levam à guerra e aos demais conflitos políticos e sociais. Os organismos multilaterais criados após a Segunda Guerra Mundial deverão ser reformados e/ou substituídos, capazes de servir como superestrutura política de um mundo baseado na cooperação, na igualdade, no desenvolvimento e na paz;

**O planejamento democrático e ambientalmente orientado.** Uma economia colocada a serviço, não da concentração de riquezas, mas do atendimento às necessidades presentes e futuras do conjunto da humanidade. Para o que será necessário retirar o planejamento econômico das mãos de quem o faz hoje: da anarquia do mercado capitalista, bem como de uma minoria de tecnocratas estatais e de grandes empresários, a serviço da acumulação do capital e, por isso mesmo, dominados pelo imediatismo, pelo consumismo e pelo sacrifício de nossos recursos sociais e naturais;

**d) a propriedade pública dos grandes meios de produção.** As riquezas da humanidade são uma criação coletiva, histórica e social, de toda a humanidade. O socialismo que almejamos, só existirá com efetiva democracia econômica. Deverá organizar-se, portanto, a partir da propriedade social dos meios de produção. Propriedade social que não deve ser confundida com propriedade estatal; e que deve assumir as formas (individual, cooperativa, estatal etc.) que a própria sociedade, democraticamente, decidir. Democracia econômica que supere tanto a lógica do mercado capitalista, quanto o planejamento autocrático estatal vigente em muitas economias ditas socialistas. Queremos prioridades e metas produtivas que correspondam à vontade social, e não a supostos interesses estratégicos de quem comanda o Estado. Queremos conjugar o incremento da produtividade e a satisfação das necessidades materiais, com uma nova organização do trabalho, capaz de superar a alienação característica do capitalismo. Queremos uma democracia que vigore tanto para a gestão de cada unidade produtiva, quanto para o sistema no conjunto, por meio de um planejamento estratégico sob o controle social.

## **Socialismo Democrático e Sustentável**

O 3º Congresso do PT reafirma os conceitos e posições sobre o socialismo petista definidos pelo 1º Congresso do PT e pelo VII Encontro Nacional, agregando aos mesmos o conceito de sustentabilidade sócio-ambiental, redefinindo o socialismo petista como socialismo democrático e sustentável.

A civilização industrial gerada pelo capitalismo, baseada no domínio da natureza pelo homem, na crença de que a ciência e a tecnologia possam constituir novas forças produtivas cada vez mais avançadas – conceitos persistentes em variadas concepções de socialismo – foi duramente questionada na segunda metade do século XX, quando se percebeu a crise ecológica, as limitações impostas a este crescimento de produção e consumo que se supunha ilimitado.

Esta visão planetária da crise, que não é apenas ambiental, mas humanitária, e mais que isto, civilizatória, é compatível com a visão global da necessidade do socialismo, se nossa concepção de socialismo incorporar a visão da sustentabilidade ampliada; se superar o produtivismo, o antropocentrismo, o androcentrismo, o etnocentrismo, o consumismo e a alienação do ser humano diante do humano e do ser humano diante da natureza – estabelecendo um novo paradigma sobre o qual se funda o socialismo democrático e sustentável.

O socialismo petista é fundado na democracia: como projeto dependente da vontade livre dos cidadãos e cidadãs, cuja realização se alicerça em uma nova hegemonia na sociedade e no Estado. Para construir essa nova hegemonia é fundamental incorporar o conceito da sustentabilidade forjado nas lutas e experiências práticas sócio-ambientais, anunciadoras da utopia da sociedade socialista democrática e sustentável.

O socialismo petista ou será radicalmente democrático e sustentável, ou não será socialismo.

## **Pela superação da opressão de raça, gênero e classe**

Desde a sua fundação, o Partido dos Trabalhadores está comprometido com a luta contra o racismo. Consideramos o PT o melhor parceiro do Movimento Negro nessa agenda de combate ao racismo. Mas é preciso ir à frente com passos firmes. Os documentos, manifestos e programa de fundação do PT, mesmo que de forma não aprofundada, apontam para a superação do capitalismo como pressuposto para o combate ao racismo.

Queremos fortalecer este compromisso como estratégia na construção de uma cultura socialista capaz de romper com a opressão de raça, gênero e classe que causam sofrimento à cerca de 47% da população negra brasileira e, lá fora, no mundo globalizado, a combinação entre capitalismo e racismo têm aumentado o genocídio dos africanos e a diáspora negra.

O processo contemporâneo da globalização firma-se no ideário de que a lógica do mercado pode reger e corrigir tudo e todos. Seus propagandistas são os governos mundiais, o FMI e o Banco Mundial que são comandados por Washington e pela União Europeia. A prática destas instituições supranacionais é não interferir diretamente nos territórios nacionais, mas submeter seus governantes às medidas inglórias da regulação aos interesses da lógica do mercado internacional.

A principal consequência, segundo Milton Santos, é que “os atores efetivos da nova ordem são as empresas, cuja ação é egocêntrica e auto-referida. Por isso, não há propriamente um mercado global, nem pode haver um mundo regulado. Daí a desordem atual, mais ou menos generalizada”.

Diz o receituário da globalização que é preciso eliminar o déficit do Estado, e para tanto a solução é a privatização de bens públicos. Toda a atenção é dirigida à moeda e a um comércio que espolia e deforma o mercado interno, os gastos sociais são reduzidos, o desemprego aumenta, o crescimento da informalidade e da precariedade das condições de trabalho não chega a satisfazer o número cada vez maior de pessoas que ingressam nesse mesmo mercado o que empobrece toda a população em geral e, mais ainda, a juventude negra. Em nome da eficiência e da racionalidade capitalista o Estado se fragiliza diante dos interesses nacionais submetidos ao apetite insaciável do capital internacional.

É dessa forma que a soberania nacional se enfraquece. Abrimos as portas à desordem social para o enraizamento da socialização capitalista que, em última análise, significa a liberdade do capital – da mercadoria – e não a liberdade dos trabalhadores.

As condições atuais do capitalismo globalizado tornam mais evidente o *apartheid* racial à brasileira, na medida em que aprofunda a concentração dos bens, do poder, e consequentemente aumenta a selvageria urbana e a perspectiva genocida para os trabalhadores negros das periferias, principalmente crianças, jovens, mulheres e idosos.

Nos grandes centros metropolitanos, intensificam-se as distorções sociais, entre elas, a expansão da violência que se naturaliza em decorrência da diminuição da qualidade de vida, ação de extermínio da juventude negra por policiais ou traficantes e o desemprego. É o preço do progresso capitalista, cuja excelência é atribuída às tecnologias e não ao sistema social e político.

No passado, a população negra foi vítima histórica do colonialismo escravagista e hoje, sob o neoliberalismo, não tem acesso ao mercado de trabalho, aos equipamentos urbanos e a preservação material e imate-

rial da sua cultura. A sociedade brasileira não respeita nossa identidade étnica, racial e de gênero, nega nosso direito à terra e às terras das comunidades quilombolas, nega-nos o ensino de boa qualidade e as políticas públicas de ação afirmativa. Isolada nas periferias das cidades, nos povoados, vilas, encostas e favelas – regiões mais distantes do centro do poder, da distribuição da riqueza e do acesso à cultura e à comunicação – a população negra constitui-se nas maiorias excluídas das cidades e da cidadania.

Este *apartheid* racial à brasileira expressa, na prática, um tipo de racismo cotidiano, perverso e estrutural que, enraizado nas relações de produção e nas relações sociais, configura-se como instrumento de desigualdade sócio-racial e estratégia de exclusão de negros e negras do desenvolvimento material e espiritual produzidos coletivamente.

O conceito de raça não é uma acepção científica precisa, mas aqui no Brasil foi popularizado e amplamente utilizado com um viés conservador para estabelecer a ideia da hierarquia entre as raças com a valorização do padrão etnocêntrico, base para a ideologia do embranquecimento e o mito da democracia racial.

É interessante observar Marilena Chauí ao afirmar “que a palavra ‘racial’ surgiu apenas no século 19, particularmente com a obra do francês Gobineau, que, inspirando-se na obra de Darwin, introduziu formalmente o termo ‘raça’ para combater todas as formas de miscigenação, estabelecendo distinções entre raças inferiores e superiores, a partir de características supostamente naturais (...) e apenas no século 20 que surgiu a palavra “racismo”, que, conforme Houaiss, é uma crença fundada numa hierarquia entre raças, uma doutrina ou sistema político baseado no direito de uma raça, tida como pura e superior, de dominar as demais. Com isso, o racismo se torna preconceito contra pessoas julgadas inferiores e alimenta atitudes de extrema hostilidade contra elas, como a separação ou o apartamento total – o *apartheid* – e a destruição física do genos, isto é, o genocídio (...) Em outras palavras, o racismo é uma ideologia das classes dominantes e dirigentes, interiorizada pelo restante da sociedade”. (Chauí, “Contra a Violência”, Portal da Fundação Perseu Abramo, 2007).

Nos anos 1960, Florestan Fernandes cunhou a expressão “mito da democracia racial” e abriu brecha teórica para o entendimento da democracia racial como mito nacional, uma ideologia dominante criada pelas classes dirigentes para alienar os trabalhadores negros.

Em contraponto, o Movimento Negro brasileiro reinterpreta politicamente o conceito de raça para desconstruir o mito da democracia racial e afirmar a identidade de negros e negras, mobilizar a ação de protesto contra as péssimas condições de vida e fortalecer a consciência anti-racista dos trabalhadores.

Nesse contexto, reafirmamos “raça” e o racismo como uma construção histórica, social e política da sociedade brasileira, categorias de exclusão social, através das quais os negros e negras são despojados de direitos e sua condição de classe e étnico-racial atuam como elemento determinante do lugar social e político ocupado pela população negra, a cidadania de segunda classe.

Uma releitura crítica dos estudos de Florestan Fernandes demonstra que, com a chamada “abolição da escravatura”, o desenvolvimento das relações capitalistas de produção, longe de eliminar as desigualdades sócio-raciais, a recompõe sob a ótica da acumulação do capital. Isso ocorreu porque, com a transição do modo de produção escravista para o trabalho assalariado, o valor da reprodução da força do trabalho dos(as) trabalhadores(as) negros(as) foi determinado socialmente a partir de uma cultura política de discriminação, preconceito e desvalorização da matriz cultural africana. Sabemos que a força de trabalho é valorizada coletivamente, e não por currículos individuais com domínio da tecnologia. É na história concreta de uma nação que encontramos os nexos explicativos da valorização ou não da força de trabalho. Portanto, se na sociedade brasileira há uma desvalorização social das dimensões de raça e gênero, ela incide como fator de barateamento do valor da força de trabalho dos negros e das mulheres.

É a partir dessa compreensão teórica que afirmamos que é desigual a condição dos trabalhadores negros e negras. O processo de exclusão do trabalhador negro(a) é mediado por uma articulação ideológica que determina a absorção da população negra na estrutura de classe de acordo com a necessidade de reprodução do capital e a orientação ideológica vigente. Ou seja, o mito da democracia racial tem o papel de negar a desigualdade de oportunidade entre negros e brancos na sociedade brasileira.

Isso acaba por delinear um quadro no qual a condição racial do trabalhador se transforma num dado seletivo na competição do mercado de trabalho. Quanto mais o trabalhador for identificado com a matriz africana, maior será o grau de discriminação e preconceito, reservando-lhe a mais baixa posição na estruturado emprego ou o recebimento dos mais baixos salários. No dia a dia este fato é reconhecido no desemprego, no subemprego e na rotatividade da mão de obra, determinando o empobrecimento contínuo da população negra.

A compreensão da marginalização social dos trabalhadores negros, assim como a sua superação, só será possível se admitirmos a centralidade da contradição de raça, classe e gênero no interior da classe trabalhadora. Esse é o primeiro passo para construirmos a identidade política de negros e negras na luta pelo socialismo.

“O socialismo, para o PT, ou será radicalmente democrático, ou não será socialismo”. Ao relembrao esse princípio do 7º Encontro Nacional do PT, queremos ir mais além, reafirmando que socialismo e democracia não combinam com racismo, machismo e homofobia.

O 3º Congresso Nacional do PT consolida o caráter socialista do partido e compreende que o socialismo democrático é um processo histórico de construção permanente. O PT, como um partido democrático e popular, deve ampliar o espaço público de participação popular, o controle social do Estado e estimular a participação das maiorias e das minorias sociais.

A democracia é, para nós, a invenção permanente de direitos e reinvenção cotidiana da política. Portanto, a superação do racismo, do machismo, da homofobia e de todas as formas de preconceito e discriminação requer comprometimento e apoio efetivo do PT, dos governantes, gestores e parlamentares, além do engajamento político dos movimentos sociais para a superação das relações desiguais de raça, gênero e classe. Isso requer, além de uma ousada elaboração de um projeto político de inclusão social de negros e negras, o engajamento efetivo dos petistas, a participação concreta da liderança negra nos processos decisórios do PT e nos centros de poder do Estado brasileiro.

Se queremos ampliar o espaço público e controle social do Estado, se queremos construir o socialismo democrático, isso requer o compromisso do PT com a liderança negra no mesmo nível de respeito e dignidade com que trata e interage com outras forças políticas da sociedade brasileira.

Este é o segundo passo para construirmos uma nova sociedade com a tradição e experiência das lutas populares, como o Quilombo dos Palmares, a Conjuração Baiana ou a Revoltas dos Búzios, as greves dos trabalhadores negros e brancos por todo século 19 e 20, as lutas pela posse da terra e contra todas as formas de discriminação.

Uma sociedade onde o pluralismo, a auto-organização e a democracia são marcos fundamentais. O socialismo que queremos se constrói a partir das experiências da lutas dos nossos ancestrais, a exemplo de João Cândido, Carlos Marighela, Santo Dias, Lélia González e Hamilton Cardoso, que tombaram para garantir muitas das nossas conquistas.

O socialismo que queremos se constrói com a resistência das lutas populares. O socialismo que queremos tem a ver com a democracia social capaz de oferecer igualdade de condições e liberdade de participação para todos os grupos sociais, respeitando a diversidade étnica e cultural da nossa população.

Para avançarmos nesta direção com passos firmes é necessário planejarmos, inventarmos novas estratégias e definirmos metas de superação pauta das nas políticas de ações afirmativas. Até que atinjamos uma democracia econômica capaz de superar a lógica perversa da produção, circulação e distribuição capitalista das mercadorias e garantirmos o sentido social e coletivo dos bens na cidade e no campo. Uma democracia política que seja capaz de transformar o potencial dos diversos movimentos sociais em movimentos políticos na medida que amplie o espaço de poder desses mesmos grupos e movimentos.

### **O Socialismo que queremos construir**

A democracia será a referência estratégica para a construção do nosso modelo de socialismo. Uma democracia alicerçada na participação organizada das massas e que seja capaz de articular representação com participação direta.

A pluralidade também deve ser um referencial da ação petista para a construção do socialismo. Mesmo tendo clareza de que é necessária a existência de uma direção em todo o processo, não devemos propugnar pela direção de um único partido ou de uma força social. Ao contrário, devemos buscar nossos aliados estratégicos para a formulação de um projeto socialista para o Brasil. Da mesma forma, o PT deve afirmar compromissos públicos de que a direção deste processo, em todos os momentos e estágios, estará pautada pela democracia e pela pluralidade.

A separação entre as funções de partido e Estado deve ser a referência central das ações de um governo no regime socialista. As experiências vividas mundo afora demonstraram os equívocos cometidos nesta relação.

Se o compromisso primeiro é com a democracia, é preciso reafirmar que não há democracia sem liberdade de opinião e expressão, bem como distribuição de renda e riquezas. O PT deve avançar também na concepção de um socialismo libertário, comprometido com a superação de todas as formas de opressão e de discriminação. A reafirmação da defesa dos direitos humanos é um imperativo de luta.

Nosso compromisso com a humanidade se dá através da busca pela eliminação de todas as injustiças e formas de discriminação, contribuindo para a afirmação de novos padrões de relação social. Esta perspectiva – que inclui o reconhecimento dos direitos da infância, das mulheres, dos povos indígenas, dos idosos, negros e negras, das comunidades tradicionais, das pessoas com deficiência e altas habilidades, da livre orientação sexual, do direito a terra, à moradia, ao trabalho, à saúde, à alimentação, à vida em sua forma plena e tantos outros direitos – é profundamente anticapitalista, na medida em que o capitalismo se caracteriza por um anti-humanismo que se revela na naturalização da exclusão.

A relação com o meio ambiente deve constituir outro foco dentre os principais na luta pelo socialismo. Não há socialismo sem a defesa de um desenvolvimento sustentável. Hoje, a própria sobrevivência da humanidade está em jogo, independentemente do sistema sócio-econômico. O firme posicionamento em defesa da vida e da natureza deve ser um dos pilares de uma nova sociedade.

A transição de sociedade que o PT quer construir deve defender o controle dos trabalhadores sobre os meios de produção; a universalização da educação; os investimentos em conhecimento e pesquisa; o acesso universal aos bens culturais; o controle e taxação do capital improdutivo e das grandes fortunas; as reformas profundas nas estruturas de ocupação e de exploração das terras e no planejamento e desenvolvimento das cidades.

A defesa da paz em todas as circunstâncias e a denúncia da banalização da guerra e da violência precisam constar claramente em nosso projeto socialista. A guerra de qualquer natureza atinge fundamentalmente os trabalhadores e suas famílias, pois as classes dominantes têm seus meios de proteção, além de ser inaceitável utilizar a violência como meio de solucionar os conflitos internacionais. Da mesma forma, temos de desenvolver políticas para prevenir a violência na sociedade, especialmente por parte das forças repressivas, nas relações pessoais e no meio escolar. O compromisso com a paz faz parte da história da esquerda contemporânea e deve ser resgatada com muita ênfase pelo PT.

A construção do socialismo, na nossa visão, segue o processo de acumulação de forças previstos nas resoluções amplamente discutidas e aprovadas no V Encontro (1987), bem como na resolução “Socialismo Petista”, aprovada no VII Encontro (1990) e referendada no 1º e 2º Congressos. Esta reafirmação não dispensa que façamos um debate sobre as formas de transição ao socialismo adequadas à contemporaneidade.

Para que este debate tenha uma profundidade devida, a Fundação Perseu Abramo deverá promover uma mesa permanente de discussão sobre o tema em todo o país. Dela deverão participar, além da militância petista, intelectuais orgânicos de esquerda para possibilitar a reflexão sobre a totalidade das experiências vividas e propostas programáticas em voga sobre o socialismo.

### **Socialismo e Estratégia**

A partir de sua definição sobre o socialismo, nosso Partido deve elaborar uma estratégia adequada ao atual período histórico.

A estratégia que adotamos na primeira década de vida do Partido foi sistematizada por dois encontros nacionais: o 5º Encontro (1987) e o 6º Encontro (1989).

As resoluções destes encontros afirmavam que nosso objetivo estratégico é o socialismo. A luta pelo socialismo exigia, então, construir e conquistar o poder político; construir o poder exige acumular forças, através do Partido, dos movimentos sociais, de espaços institucionais, de alianças e através da formação de uma cultura socialista de massas.

O programa democrático-popular detalharia assim os objetivos da luta pela igualdade social, pela democratização política e pela soberania nacional, articulando as tarefas anti-latifundiárias, anti-monopolistas e anti-imperialistas com a luta pelo socialismo.

A eleição do presidente da República visava dar início, através do governo federal, à implementação de reformas estruturais de caráter democrático-popular. A execução destas reformas e a previsível reação das classes dominantes alterariam o patamar da luta de classes, criando uma situação em que ficaria claro, para amplos setores das classes trabalhadoras, a necessidade de passar da construção à conquista do poder. Para fazer avançar a estratégia democrático-popular e consolidar as conquistas programáticas que estiveram na origem do atual governo é fundamental constituirmos um eixo de esquerda.

Esta necessidade é acentuada pelas mudanças positivas, ocorridas desde 2002, na correlação de forças do Brasil e da América Latina.

Evidente que não cabe retomar, sem mediações, a estratégia democrático-popular, tal como definida no 5º e no 6º Encontros. Evidente, também, que ao reafirmarmos o PT como partido socialista e reconstituirmos a classe trabalhadora como sujeito histórico da transformação, não estaremos criando automaticamente as condições políticas necessárias para implementar na sociedade brasileira um projeto socialista.

Atravessamos um novo período histórico, tanto em nível nacional quanto internacional, que exige do PT e de todas as forças socialistas e democráticas uma elaboração estratégica mais audaz e rigorosa.

Trata-se de dar continuidade a elaboração estratégica dos anos 80, adequando a estratégia do PT a este novo período histórico. Mas mantendo a compreensão de que, com a posse do governo – portanto, de parte importante do poder do Estado – a disputa pela hegemonia passa a se dar em outro patamar, estando colocada para o PT e para as forças democrático-populares a possibilidade de iniciar um acelerado e radical processo de reformas econômicas, políticas e sociais, criando assim as condições para a conquista da hegemonia política e de transformações socialistas. Palavras do 6º encontro nacional do PT (1989), que continuam atuais, quase 20 anos depois.

## **A refundação da esquerda brasileira e a revolução democrática**

Juarez Guimarães

(Democracia Socialista – DS)

A contrarrevolução neoliberal já evidencia mais claramente hoje as suas razões: após derrubar um governo legitimamente eleito por meio de um golpe parlamentar inconstitucional, ela retoma e radicaliza o programa neoliberal histórico do PSDB desconstituindo os próprios fundamentos republicanos e democráticos da Constituição de 1988. Se já não há um governo legítimo no Brasil, após a provável aprovação da PEC 241 no Congresso Nacional, não haverá mais Constituição legítima.

Por sua vez, o STF, a Procuradoria Geral da República e o sistema judiciário centralizado no processo da Lava Jato já erodiram toda a base de um sistema legal de direitos humanos e do devido processo legal minimamente aceitável em qualquer Corte internacional democrática. Uma guerra assim tão afrontosa aos direitos do povo brasileiro só pode mesmo ir adiante com um alto grau de criminalização e violência contra a esquerda.

Com um grau escandaloso de ataque policial, judicial e midiático às forças de esquerda, em particular ao PT, os resultados das eleições municipais de 2016 foram largamente favoráveis às forças políticas golpistas. Houve eleições, mas não eleições democráticas, e seus resultados foram violentamente deformados. Por isso, elas não refletem uma crescente popularidade dos golpistas, em eleições nas quais aumentou muito o percentual de abstenções, brancos e nulos.

A coalizão golpista tem o controle sobre as principais instituições dos três poderes do Estado brasileiro, além do oligopólio das empresas de mídia e de uma grande frente de apoio empresarial, mas ela ainda não criou nenhuma legitimidade, nem muito menos popularidade para suas principais lideranças políticas. Às vésperas da votação do impeachment, diante das três possibilidades – permanência de Temer, eleições diretas e retorno da Dilma – o apoio à permanência do golpista no cargo era menor que 15 % em vários institutos. A popularidade do governo Temer beira, hoje, em torno de 10 %, e sua impopularidade crescente já se aproxima dos 50 %, em pesquisas recém realizadas.

Se o acúmulo de poder político, midiático, empresarial e geopolítico (ela tem claramente o apoio dos EUA e se insere em um contexto de contrarrevolução neoliberal na América Latina) da coalizão golpista liderada pelo PSDB tivesse apoio popular majoritário, ou mesmo tendencialmente majoritário, as forças de esquerda estariam condenadas já a uma derrota histórica irreversível por um longo período histórico. Mas claramente não é esta ainda a situação.

### **Limite da resistência democrática**

As esquerdas brasileiras já foram capazes de protagonizar três grandes miniciclos de mobilização na conjuntura atual. O primeiro deles, em 2015, organizado em torno das consignas Fora Cunha e Fora Levy, mobilizou centenas de milhares de pessoas em atos memoráveis e obteve vitórias parciais.

O segundo, já com uma tonalidade mais defensiva, centralizado em torno da consigna “Não vai ter golpe”, teve um sentido épico, com uma notável participação de mulheres, mas, após a derrota da votação do impeachment na Câmara Federal, sofreu uma clara descontinuidade. Estes dois ciclos deixaram como legado principal a constituição da Frente Brasil Popular e também da Frente Povo Sem Medo. Agora, há um terceiro ciclo de lutas de resistência – com base, principalmente, nos colégios secundaristas e nas universidades – à PEC 241. Houve também no período a mais longa e mais mobilizada greve nacional dos bancários desde os anos oitenta do século XX.

Nenhum desses três miniciclos de mobilização conseguiu chegar às consciências e aos sentimentos majoritários do povo brasileiro. Se a direita neoliberal continua majoritariamente impopular, houve, de fato, uma quebra dramática dos elos de confiança e credibilidade que tornaram possível quatro vitórias consecutivas da esquerda brasileira nas últimas eleições presidenciais.

Esta quebra dos elos de confiança e credibilidade deveu-se certamente a uma combinação entre os ataques continuados e articulados da direita brasileira e os erros programáticos e estratégicos da esquerda brasileira, com centralidade do PT.

É esta trágica combinação entre a unidade ofensiva da direita neoliberal e a crise das esquerdas brasileiras que precisa ser com urgência superada. Se ela não for superada o mais rápido possível, serão cada vez mais fortes as chances de vitória de um programa que se propõe a destruir a democracia, o setor público e os direitos mais fundamentais dos trabalhadores e do povo brasileiro.

### **A crise de identidade do PT e o impasse da estratégia eleitoral do PSOL**

O fato é que não há para a consciência do povo brasileiro, hoje, um partido ou uma frente política que se alinhe claramente com os valores, programas e estratégias do socialismo democrático. E sem este partido ou

frente política, a resistência à contrarrevolução neoliberal não pode ganhar nitidez, sentido e capacidade estratégica.

Há claramente uma crise de identidade do PT. As divergências sobre questões fundamentais que têm dividido o partido não dizem respeito àquelas típicas de um partido do socialismo democrático, entre o grau de reformas e a relação entre reforma e revolução. Mas são típicas de um partido que vive uma crise de identidade.

Nesse período decisivo, o V Congresso do partido não formou maioria para votar contra uma política econômica claramente neoliberal que vinha sendo aplicada pelo segundo governo Dilma. E até a queda do segundo governo Dilma, a maioria dos quadros dirigentes petistas que ocupavam cargos-chaves nos ministérios continuaram a defender uma política de ajuste fiscal, inclusive com prioridade para a reforma da previdência. Esta política foi fatal para a queda brusca de popularidade do segundo governo Dilma e para a perda de sua credibilidade.

Durante todo o ano de 2015 e até agora, o PT não conseguiu apresentar uma posição socialista e republicana em relação ao tema da corrupção. Há aqueles que continuam a defender que este tema não é central ou importante, já que seria uma agenda da direita, esquecendo-se que qualquer trabalhador ou cidadão brasileiro tem o direito legítimo de duvidar da palavra ou do compromisso daqueles que se apresentam em nome da justiça social, mas que são tidos como corruptos.

Há outros que continuam legitimando o uso instrumental da corrupção para fins políticos, já que concentram sua denúncia da Lava Jato de modo central e apenas em sua dinâmica seletiva contra a esquerda. Mas se a direita é corrupta e faz caixa-dois, a esquerda está justificada a competir com ela? A bancada federal do partido não conseguiu formar posição unitária ou partidária sobre o fim do financiamento empresarial das eleições. Ainda não se tornou claramente majoritária uma posição que o PT deva tomar a liderança da luta contra a corrupção, através de um programa democrático e republicano voltado para por fim à corrupção sistêmica no Estado brasileiro, e, a partir dela, ganhar legitimidade para denunciar a concepção policial e Tucana de combate à corrupção posta em prática pela Operação Lava Jato.

Mesmo após o golpe, o PT ainda não definiu um programa e uma estratégia clara de como enfrentá-lo. Enquanto debatia se assumia ou não uma proposição de defender a convocação de eleição diretas, então por iniciativa da presidenta Dilma, uma parte importante de sua bancada apoiava no segundo turno o presidente do DEM golpista para a presidência da Câmara. A participação do partido nas eleições municipais de 2016 deu-se sem uma orientação nacional clara de inserir nela centralmente a denúncia do golpe. É como se o partido, viciado em sua prática institucionalizada, não conseguisse imprimir uma radicalidade necessária à luta democrática.

Ora, não se pode enfrentar uma contrarrevolução apenas ou centralmente por dentro de suas instituições.

Um balanço geral da identidade até agora construída pelo PSOL, por sua vez, não reconhece nele uma clara identidade socialista democrática. Até hoje, o partido centralizou-se na disputa eleitoral e parlamentar, não se tendo notícia de nenhum protagonismo importante em relação aos movimentos sociais e, em particular, junto aos movimentos sindicais e movimentos populares. Em geral – com a importante exceção da luta contra o golpe – tem mantido posições sectárias, como ocorreu nestas eleições em relação ao PT e ao PCdoB. Mesmo em relação à corrupção, não tem denunciado o sentido claramente partidário e antirrepublicano da Operação Lava Jato. Como esta estratégia eleitoral, ainda nacionalmente bastante minoritária, com um certo viés sectário, pode responder aos enormes desafios colocados pela contrarrevolução neoliberal?

### **A centralidade do Programa da Revolução Democrática**

A identidade socialista democrática da esquerda brasileira só pode ser reconstruída no enfrentamento à contrarrevolução neoliberal. Sem um programa democrático, que centralize e dê um sentido comum às lutas, a resistência tende a permanecer desarticulada e a esquerda não acumulará forças.

Após intensos debates, prevaleceu no PT, na Frente Brasil Popular e na Frente Povo Sem Medo, assim como no PCdoB e no PSOL, a bandeira pela convocação imediata de eleições imediatas para a presidência. Mas esta aprovação não se tornou uma campanha: este é um grande desafio para o próximo período.

A popularização desta bandeira é ainda possível frente ao incontornável crescimento da impopularidade do governo Temer como fruto da luta central contra a PEC 241. Ela cumpre um importante papel tático de criar já uma alternativa democrática a uma eventual impugnação, em 2017, da chapa Dilma/Temer pelo TSE de Gilmar Mendes, e o sentido estratégico de acumular um sentido unitário e democrático das esquerdas.

Após a provável aprovação da PEC 241 pelo Congresso Nacional, será fundamental defender a convocação de uma Assembleia Constituinte Soberana para refazer o pacto republicano democrático dos brasileiros. Ela deveria ser o principal compromisso de um novo governo democrático-popular eleito pelo povo brasileiro. Se a PEC 241 for aprovada, como parece provável, não será mais possível um governo democrático progres-

sista no Brasil seja no plano municipal, estadual ou federal, pois todos estarão manietados por décadas a um regime fiscal ultraneoliberal.

A esta Assembleia Constituinte Soberana, deverão ser encaminhadas as reivindicações centrais de democratização do poder: reforma política, democratização dos meios de comunicação, sistema participativo avançado em todos os níveis da Federação, reforma da estrutura de segurança pública, medidas para por fim à corrupção sistêmica e de democratização do poder judiciário. São estas conquistas democráticas que possibilitarão legitimidade democrática para aprovar uma reforma agrária, uma reforma do sistema financeiro e uma reforma tributária progressiva que permita uma efetiva universalização das políticas sociais fundamentais, como na área da educação pública e da construção do SUS.

Sem esta consciência democrática radical – as classes dominantes brasileiras romperam com a democracia e cabe às forças populares restabelecê-la – não se fará uma luta de raiz e de futuro, com possibilidades de vitória, contra o golpe.

### **A centralidade da luta Revolucionária Democrática**

Do ponto de vista da tradição do socialismo democrático, não há sentido em discutir a estratégia sem referência ao programa. É o objetivo que queremos em uma determinada época histórica que orienta o caminho para alcançá-lo a partir das condições dadas.

Assim, ao não definir um programa central para a democratização do Estado brasileiro, os sucessivos governos do PT que chegaram, através de coalizões pluriclassistas, ao governo central do país, tiveram que ir adaptando sua estratégia de organização partidária, alianças eleitorais, de governabilidade no Congresso Nacional, de pactuação econômica com o capital financeiro, de relação com as empresas de mídia, com o agronegócio, a este limite programático. Afinal, governar era preciso e, assim, uma pragmática de governo foi transformando o próprio PT em um partido pragmático e cada vez menos programático, de um ponto de vista do socialismo democrático.

Foi este programa democrático adaptativo às dimensões estatais resultantes da transição conservadora da ditadura para a democracia que orientou a estratégia adaptativa do PT: quanto mais financiamento empresarial, menos potência nas organizações partidárias voluntárias e de base; quanto mais alianças com partidos de centro ou de direita, menos frente de esquerda; quanto mais pactuação com o capital financeiro, menos espaço para políticas anticíclicas mais robustas e distributivistas; quanto mais pactuação com as empresas de mídia, menos potência de um sistema de comunicação próprio ou de sentido público; quanto mais governabilidade parlamentar, menos impulso às formas de democracia participativa no governo: enfim, quanto mais pactuação com o agronegócio, menos políticas agrárias distributivistas de terra e de renda.

O que um programa de revolução democrática reivindica é que nem haja uma prioridade à luta institucionalizada – fortemente restringida, aliás, pela dinâmica do golpe – nem que se abandone a luta institucionalizada por movimentos populares de sentido insurrecional, que seriam fortemente reprimidos. O que este programa propõe é uma estratégia combinada cuja centralidade esteja voltada para a disputa de legitimidade em torno à construção de uma república democrática e popular no Brasil. Se em 1988, a pressão dos movimentos sociais conseguiu impor conquistas importantes a um Congresso Constituinte dominado por forças de centro e de direita, agora trata-se de construir as condições históricas para uma Assembleia Constituinte Soberana com hegemonia da esquerda e das forças democráticas e populares.

Enfim, a centralidade seria a da luta revolucionária democrática ao invés de estratégias de resistência ou centrada no plano institucional ou centrada no plano dos movimentos sociais.

### **Refundação da Esquerda e da Democracia Brasileira**

Caio Prado Jr., dois anos depois do golpe militar de 1964, em “A revolução brasileira” escreveu o argumento definitivo contra o programa e a estratégia da revolução brasileira defendida pelo PCB como revolução democrática-nacional, a ser feita em conjunto com a burguesia brasileira. Florestan Fernandes, oito anos depois, em “A revolução burguesa no Brasil”, postulava a tese de que a burguesia brasileira só podia ser dominante em regime de autocracia, em função de sua situação dependente e retardatária.

Estas duas grandes lições da derrota abriram o caminho para a esquerda brasileira se refundar em torno das relações entre a luta socialista e a luta democrática, a luta classista e a luta pelo fim da ditadura. O PT foi a grande convergência desta refundação.

Mas deixou em aberto, programaticamente, o processo histórico desta relação entre socialismo e democracia. O grande limite programático do PT até hoje foi o de não superar uma concepção liberal de democracia, apesar de, em vários momentos, como dos orçamentos participativos e das culturas da democracia participativa, ter constituído elementos de sua superação. Claramente foi prevalecendo os processos de adaptação à democracia liberal.

O PT formou-se em torno a uma cultura democrática, mas não coerentemente antiliberal. Para uma esquerda socialista democrática ser coerentemente antineoliberal, ela precisa desenvolver os valores republicanos em uma direção socialista.

Se para o republicanismo democrático, sem soberania popular não se constituem os direitos do cidadão, para o socialismo democrático, sem desenvolver formas avançadas de autogoverno, a submissão dos poderes mercantis capitalistas ao que é público não pode se desenvolver. A privatização liberal da democracia (financiamento empresarial, a privatização liberal da opinião pública [por] oligopólios de mídia), a prática da corrupção é incompatível com a República.

Talvez a lição maior da derrota do golpe de 2016 seja o de que, em época de domínio burguês neoliberal, nem mesmo uma política reformista de forte inclusão social, mas de baixo reformismo, pode ser levada adiante. Sem democratizar profundamente a república e sem republicanizar profundamente a democracia, os socialistas democráticos não apenas perdem a razão, mas a própria identidade.

### **Refundação do PT e Frente de Esquerda**

Sem refundar a esquerda não haverá como refundar a democracia brasileira. Como maior e mais influente partido liberal brasileiro, o PSDB decidiu, após quatro derrotas em eleições presidenciais, desertar da democracia. Os compromissos do PMDB com a democracia já eram, há muito tempo, de ordem pragmática senão fisiológica.

Não é preciso aceitar a tese fatalista de que toda derrota histórica da esquerda, leva a divisões e, depois, à impotência. Um processo de refundação e de renovação programática do PT, em um sentido de uma revolução democrática, deveria se dirigir exatamente no sentido de propor uma frente da esquerda brasileira para fazer frente e derrotar a contrarrevolução neoliberal. Um programa unitário e uma frente de unidade podem neutralizar e até inverter as tendências de divisão e dispersão, criando grandes atratores de unidade.

Vale aqui o sentido da dialética negativa de Adorno: nestes tempos, em que o sentido antidemocrático e neoliberal das classes dominantes brasileiras ganha uma dimensão agressiva e incontornável, por que não será possível que o PT e as forças de esquerda brasileira girem para a esquerda, em reação, retomando e aprofundando os seus valores democráticos e socialistas junto ao povo brasileiro?

Um novo ciclo histórico – de identidade socialista, de programa revolucionário democrático e de renovação das energias transformadoras – reclama vir à luz.

---

## **Cartilha 18 – Programa estratégico**

Consulta Popular

(...)

### **1 – O POVO BRASILEIRO**

1) O Brasil iniciou a sua formação, com uma classe dominante vinda de um Portugal mestiço. Essa classe dominante, ao encontrar aqui os povos indígenas, estabeleceu tensas relações, marcadas pelo conflito e a pela luta entre as duas forças que tinham interesses opostos. Nascemos como uma colônia. O desafio da exploração colonial de nosso país foi enfrentado por meio de um processo de bases capitalistas. Para sustentar esse processo, o território brasileiro e as sociedades que ele abrigava precisaram ser completamente reinventados. Tudo o que existia – a natureza e as pessoas – foi reconstruído para fins mercantis, tendo como horizonte o mercado mundial em formação. Nossa exploração econômica foi planejada, com cuidadosa escolha dos produtos rentáveis e das tecnologias mais avançadas da época. O ambiente natural preexistente foi adaptado a essas escolhas, com a substituição das florestas de espécies nativas pela nova geometria das plantações de espécies transplantadas, associada à extração e queima de madeira, em um enorme entorno, para produzir energia. Os habitantes originais foram dizimados em sua maioria e substituídos por mão de obra recrutada em continentes distintos. Gigantescos recursos foram mobilizados nas principais praças financeiras da Europa. Constituiu-se um eficaz sistema de controle contábil. Tudo estava voltado para o lucro e a acumulação de capital.

2) Devido à diversidade de bens naturais, clima quente e úmido e terras de boa qualidade, na divisão internacional do trabalho, coube ao Brasil ser fornecedor de produtos primários para a metrópole portuguesa, por meio do modelo agroexportador. Para cumprir essa função de fornecedor de açúcar, madeira e minérios, escravizaram os índios, tornando-os assim o embrião da formação da classe explorada até o século 17, quando esta foi ampliada com a captura e sequestro de trabalhadores escravizados africanos e fortalecida pelos colonos brancos europeus, dois séculos depois.

3) Aqui se formou um povo novo a partir dos grupos humanos que o capitalismo mercantil encontrou neste território ou transplantou para cá. Compreendemos as características fundamentais desse contingente

humano filho da modernidade. Vimos que ele é também um povo-nação, reconhecendo-se como tal, falando uma mesma língua, habitando um território bem definido e tendo criado o seu próprio Estado. Debruçados em ampla visão da aventura humana, nos percebemos como um povo que ainda está no começo de sua própria história e cuja identidade – por sua gênese e sua trajetória – não pode basear-se em etnia, religião, vocação imperial, xenofobias ou vontade de isolar-se. Um povo que tem na cultura – uma cultura de síntese – a sua razão de existir. Um Povo Nação.

4) Compreender o conceito de Povo Brasileiro não é uma questão secundária. Em torno dela se funda nossa autoestima e nossa própria identidade. Este é o conceito central para a formulação de um Projeto Popular para o Brasil. Iniciar nosso programa com o conceito de Povo Brasileiro representa, por si só, uma demarcação com a cultura eurocêntrica que vem permeando nosso pensamento de esquerda. Partimos do Povo Brasileiro, razão e sentido de nossa luta.

5) Constituído na exploração, nosso povo nasce na contradição com o Brasil-empresa. Ao mesmo tempo em que se aprofundava a escravidão, multiplicavam-se os levantes e enfrentamentos com o Estado e a classe dominante. Nossas revoltas foram intensas e marcaram cada momento de nossa história. Em nosso país, a burguesia nunca se propôs a ser revolucionária; ao contrário, optou por ser coadjuvante da burguesia e do capital internacional. Sempre considerou o Brasil uma empresa-para-os-outros.

6) A suposição de que as sociedades dominantes eram necessariamente modernas e as sociedades dominadas eram necessariamente tradicionais deriva de esquemas teóricos preconcebidos. Também nesse caso, a história inverteu a teoria. Fomos nós que nascemos radicalmente inseridos no mundo da forma-mercadoria. Fomos paridos por ele. A construção da periferia moderna, por meio da conquista, antecedeu cronologicamente a construção das sociedades modernas na Europa, por meio das revoluções.

7) Nascemos sob a exploração capitalista e o capitalismo foi introduzido por meio da dominação política. Ao contrário da Europa, a desagregação das sociedades tradicionais não foi um processo endógeno, e as sociedades resultantes foram governadas por elites mais articuladas para fora do que para dentro. As relações externas determinaram o sentido e o ritmo do desenvolvimento. A acumulação em regime de dependência e baseada na exploração de recursos naturais e no latifúndio monocultor formou com rapidez uma grande massa despossuída, que se reproduzia nessa condição, sem que, no outro pólo, houvesse interesse em absorvê-la em atividades modernas.

8) Essa massa marginalizada permaneceu imersa na mera luta pela sobrevivência. Constituiu apenas uma imensa reserva de mão de obra, que sempre deprimiu a remuneração do trabalho. Daí o papel pouco relevante dos mercados internos, papel reforçado pela integração subordinada no sistema internacional e pelo caráter extrovertido das economias periféricas, modernizadas a partir dos seus setores exportadores. Tais sociedades não tenderam a construir Estados nacionais burgueses acabados. Trata-se de uma nação incompleta e por isso, aliás, a questão nacional é diferente no centro e na periferia do sistema capitalista.

9) Completar esse processo, “fazê-lo chegar ao seu termo” – ou, ainda, na linguagem de Caio Prado, realizar a Revolução Brasileira – é fazer desabrochar uma grande nacionalidade do Ocidente moderno, uma nacionalidade tardia, cujos potenciais permanecem em grande medida incubados. Eis porque resgatar a importância do conceito de Povo Brasileiro não significa negar a divisão de classes em nossa sociedade como elemento central de nosso processo histórico. Ao contrário, ao falar em Povo Brasileiro, estamos reforçando a compreensão de que nossas classes dominantes sempre se organizaram em torno do Brasil empresa e jamais tiveram interesse em construir um projeto de nação que não fosse apenas uma mera caricatura. Nosso povo, que sempre contou apenas com sua força de trabalho, nasceu proletário; nossa identidade, valores e cultura se unem a toda a tradição revolucionária dos trabalhadores de todo o mundo. Pátria e Nação somente adquiram sentido num Projeto Popular e concebidas a partir do processo histórico de nosso povo não – se contrapõem ao internacionalismo proletário.

10) A memória coletiva de nosso povo traz a marca da lembrança de uma repressão implacável em que foram submetidos todos aqueles que foram à ação e tiveram iniciativa de lutar. Esse é um elemento forte e presente em nosso imaginário coletivo. Não podemos desconsiderá-lo na construção de uma estratégia transformadora. Exatamente por isso é fundamental identificar onde residem nossas energias.

11) Apesar de nunca ter podido viver para si, nosso povo fez a façanha de se construir enquanto povo. Mas não sabe disso, não lhe permitem reconhecer a grandeza desse fato histórico. Nós, brasileiros, sempre enfrentamos o alijamento de nossa identidade. Apesar de tanta opressão, construímos uma cultura rica, criativa e potente. Uma cultura que nos permite recordar quem somos. Uma cultura que representa a potência e a energia que constroem nossa identidade e auto-estima.

12) O Brasil, que, desde a origem, se organizou para servir ao mercado mundial, terá agora de se organizar para si mesmo. O Brasil de poucos terá de ser o Brasil de todos. Se formos incapazes de dar esse salto, nossa existência como Nação soberana e sociedade organizada estará em perigo. Seria mais realista dizer: já está em perigo. Eis porque falamos em uma Crise de Destino.

13) Antes de ser econômica, nossa crise é política, ideológica e cultural. O Brasil foi levado a se considerar um país frágil, pedinte, incapaz, necessitado de buscar salvação fora de si. O futuro da nação foi hipotecado a agentes que nenhum compromisso têm conosco, a não ser o de realizar negócios bem lucrativos, sempre com o pé na porta, prontos para ir embora. O tempo histórico da nação ficou subordinado ao tempo curto do capital financeiro.

14) Estamos assistindo à vitória temporária da perspectiva do Brasil empresa-para-os-outros sobre o Brasil nação-para-si. Impõe-se, pois, uma dura luta política e cultural. As alternativas são radicais para ambos os lados. Há uma bifurcação no caminho. O país terá de decidir: ou aceita tornar-se apenas um espaço de fluxos do capital internacional, ou assume seu processo de construção em novas bases.

15) Forças muito poderosas, internas e externas, atuam ativamente para desconstruir a ideia de povo brasileiro, tendo em vista consolidar a posição do Brasil como um mero entreposto de valorização do capital internacional. Para escapar desse destino, ainda temos alguns trunfos: amplo espaço geográfico, recursos naturais abundantes, capacidade técnica, as indústrias que constituímos. Mas o trunfo decisivo, aquele que vai decidir nossa viabilidade ou inviabilidade histórica, é o grau de consciência que tivermos sobre a nossa identidade coletiva, a nossa especificidade e o nosso potencial humano. Isso é que nos permitirá afirmar que o Brasil tem sentido e pode ter um projeto, pelo qual vale a pena lutar.

## 2 – O IMPERIALISMO – INIMIGO PRINCIPAL DA HUMANIDADE

16) O capital, cada vez mais concentrado, encontra-se principalmente nas mãos de elites situadas nos países avançados, dirigidas pelos Estados Unidos. Cada vez mais, tanto os interesses locais dos capitalistas quanto os grupos ligados ao capital financeiro transnacional se orientam pelos objetivos geopolíticos do imperialismo, especialmente o estadunidense. Depois da II Guerra Mundial, os Estados Unidos conformaram e hegemonizaram um bloco imperial mundial para fazer frente, principalmente, ao bloco dos países socialistas hegemonizado pela URSS, no Leste europeu, e impedir novos triunfos dos movimentos revolucionários espalhados pelo mundo, como ocorreu na China (1949), Cuba (1959) e Vietnã (1975).

17) Sob a liderança política, econômica e militar dos Estados Unidos, esse bloco imperialista adotou a estratégia de não apenas impedir novas vitórias do movimento revolucionário, mas também de fazê-los retroceder nos países onde já haviam ocorrido vitórias. Essa política já se mostrou exitosa em 1973 quando, sob o patrocínio estadunidense, os militares chilenos deram um golpe de Estado para destituir o governo do socialista Salvador Allende, democraticamente eleito em 1970.

18) Há que ressaltar que essa estratégia de domínio estadunidense já começou a ser desenhada no final do século 19 quando, frente aos processos de “independência” das ex-colônias europeias nas Américas, o governo daquele país definiu, em 1823, sua política externa, sintetizada na doutrina de “América para os americanos” – a doutrina Monroe.

19) Já no início do século 20, em 1903, essa doutrina recebeu seu complemento quando os Estados Unidos se outorgou o poder de polícia do mundo ao instituir a chamada a política do big stick – política do “grande porrete”. Essa doutrina já veio acompanhada de inúmeras invasões militares, principalmente de países da América Central e Caribe.

20) Terminada a II Guerra Mundial, em 1945, com os EUA detendo 50% da riqueza mundial e com apenas 6% da população do planeta, a política externa daquele país acentuou ainda mais a necessidade de manter e ampliar seu poderio imperialista sobre todas as partes do planeta. 21) Pela primeira vez na história, a hegemonia do planeta não seria restrita há uma disputa interimperialista dos países capitalistas. Assim, além de manter seu domínio frente aos países capitalistas, a política externa dos Estados Unidos abriu outras duas frentes de combate: contra o avanço dos países socialistas e contra as tentativas dos países capitalistas subdesenvolvidos de terem políticas próprias de desenvolvimento econômico.

22) Com o final da URSS e das experiências socialistas do Leste europeu, os governos estadunidenses iniciaram uma reestruturação do sistema de dominação continental. Essa reestruturação se materializou na invasão do Panamá em dezembro de 1989, na derrota sandinista em 1990 e no processo de transição democrático-burguesa no Chile, em março de 1990, proporcionando as condições para uma nova fase capitalista e para a implementação do neoliberalismo em nosso continente.

23) Historicamente, a política externa dos Estados Unidos é marcada por constantes agressões e intervenções militares ao redor do mundo. E, hoje mais do que nunca, após os ataques de 11 de setembro de 2001, em Nova York e Washington, a estratégia militar estadunidense é marcada por uma política de “guerra sem limites”. O atual governo dos EUA estabelece sua política externa a partir da imagem do mundo como um “campo de batalha”. Sua estratégia diante dos povos ou dos países considerados “inimigos” pode se expressar por meio de pressões políticas e econômicas, intervenções e combates militares diretos pelo controle de recursos que garantam o bem-estar ou a própria sobrevivência desses povos.

24) No continente latinoamericano, a política de dominação imperialista se dá em torno de três eixos centrais. No eixo político, pela afirmação das “democracias representativas” formais como única forma legítima de governo em nosso continente. No eixo econômico, por meio da estratégia configurada pela proposta da ALCA que envolve acordos bilaterais e sub-regionais e articulações na OMC. No eixo militar, pela ampliação substancial da presença de bases militares e do controle das forças armadas de cada país.

25) No plano militar, os gastos dos EUA com armamentos superam hoje, com folga, a soma de gastos realizada pelos outros 14 países que integram a lista dos 15 países mais bem armados do mundo. O sentido de tal acumulação de poder é consolidar uma nova ordem internacional unipolar.

26) A estratégia militar do governo estadunidense inclui o estabelecimento de bases militares, treinamento e presença de tropas em território estrangeiro, investimentos em tecnologias de monitoramento e espionagem e projetos de infra-estrutura. Essa estratégia está baseada em diversos pilares, desde a intervenção direta até campanhas de propaganda e difamação.

27) Como forma de garantir o controle da região, faz parte dessa estratégia os acordos militares, bilaterais, que os Estados Unidos procuram impor aos países latino-americanos, como o que, em 2005, foi firmado com Paraguai. Esses acordos prevêem uma série de exercícios militares, intercâmbio de informações militares e de “especialistas em assuntos civis”, seminários estratégicos com membros do Comando Sul – um setor do Pentágono que atua na América Latina –, programas de “imersão cultural” na Academia Militar dos EUA, entre outros. Além da criação de bases militares nesses países, com total autonomia do governo estadunidenses, o que garante, aos oficiais dessas bases militares, uma série de regalias, como imunidade diplomática e liberação alfandegária.

28) Por meio dessas e outras ações, o imperialismo assegura as condições para construir uma rede de mecanismos de dominação política, econômica e militar, pela sustentação de regimes democráticos formais, aprisionados à agenda neoliberal. O menor poder regulatório das nações significa maior poder regulatório do grande capital financeiro e monopolista.

29) As moedas nacionais foram gradativamente abandonadas, uma a uma, com a dolarização aberta ou ainda envergonhada das economias. A base produtiva e os recursos naturais sofreram um processo de desnacionalização galopante, de modo que agentes externos voltaram a comandar as decisões fundamentais e a determinar diretamente, sem mediações, nossa forma de inserção internacional. Ampliou-se intensamente a presença militar direta dos EUA por meio de bases militares e intervenções diretas como na Colômbia. Intensificaram-se as pressões para viabilizar a ALCA, por meio de acordos bilaterais e regionais.

30) O capitalismo estadunidense esgotou seu ciclo expansivo e ingressou num período de recessão profunda e prolongada. Tal situação acentua sua estratégia bélica de contornos fascizantes, transformando a agressividade militar numa necessidade permanente.

31) As guerras de agressão efetuadas pelo imperialismo estadunidense também são determinadas pela necessidade de obtenção e de controle estratégico de fontes de recursos naturais e não só da necessidade de consolidar seu poder hegemônico.

32) Na América Latina, a Campanha pela Desmilitarização das Américas (CADA) tem realizado estudos sobre a presença militar estadunidense. Essa presença se concentra em regiões ricas em recursos naturais, como a região do Plano Puebla-Panamá (Sul do México, América Central e Caribe), a região Amazônica e a Tríplice Fronteira (entre Brasil, Paraguai e Argentina).

33) As reservas de petróleo devem se esgotar ainda na primeira metade do século 21. Assim, o controle das reservas atuais e a alteração da matriz energética convertem-se em questões decisivas em médio prazo. O papel da chamada biomassa adquire importância estratégica nesse contexto. Isso significa que assegurar o controle sobre as regiões estratégicas converte-se em prioridade política.

34) O estoque de matéria-prima para as biotecnologias confere importância estratégica para o controle dos territórios ricos em biodiversidade. Cerca de 60% do estoque de material genético do planeta está concentrado na Amazônia.

35) A água doce tenderá a ser o principal recurso natural do futuro, pois começa a escassear e é o único recurso que jamais poderá ser substituído. A América do Sul detém reservas hídricas gigantescas, concentradas principalmente no Brasil.

36) Além dos objetivos de manter o controle sobre os bens estratégicos, que inclui recursos naturais, energéticos e biodiversidade, faz parte da política imperialista a implementação de um modelo econômico que promove a Novembro de 2006 14 privatização de “serviços” básicos. Estes “serviços” são, na verdade, direitos fundamentais, como saúde, educação, previdência etc., que passam a ser vistos como mercadorias que geram lucros gigantescos às corporações transnacionais. Assim, para alcançar seus objetivos, os Estados Unidos sempre encontram “causas nobres” para justificar suas guerras. Nunca admitem que “matam para saquear”.

37) Para manter sua hegemonia econômica e militar, os Estados Unidos também investem em um grande aparato tecnológico. Esse aparato inclui desde sistemas de comunicação e espionagem, armas militares cada

vez mais sofisticadas e com maior potencial destruidor, até em mecanismos de controle da reprodução da vida, como a biotecnologia.

38) Essa estratégia necessita de agentes que promovam uma política econômica articulada com a militar. Um deles é o Banco Mundial (Bird), que funciona como uma espécie de “cérebro”, elaborando conceitos incorporados por outras instituições, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e a Organização Mundial do Comércio (OMC). A atual liderança do Banco Mundial torna ainda mais evidente a relação entre as estratégias econômicas e militares.

39) As imposições do imperialismo por meio dos tratados econômicos e organismos internacionais, como a OMC, cada vez mais se vinculam com medidas de controle militar e apoio ao papel repressivo dos Estados nacionais. Suas necessidades econômicas impõem a militarização das relações sociais, abarcando desde situações propriamente militares, ações de contra-insurgência, criação de centros de inteligência e espionagem, criação de bancos de informação de dados pessoais, controle de fronteiras e alterações legislativas que criminalizam os movimentos sociais. Tal entrelaçamento fortalece a compreensão de que cada vez mais a luta antiimperialista adquire caráter anticapitalista.

40) No plano econômico, ao rasgarem unilateralmente o Tratado de Bretton Woods, a partir do anos de 1970, passaram a controlar a emissão do dinheiro mundial sem a obediência a nenhuma regra e completamente dissociada dos circuitos produtivos reais. Tal situação exige o permanente desenvolvimento de estratégias que assegurem, ainda que no plano militar, essa condição de supremacia do dólar.

41) A estratégia dos EUA para se manter hegemônico exige cada vez mais o controle dos processos de criação e apropriação do valor e das riquezas. Mesmo quando os indicadores econômicos são positivos, fica nítida a profundidade da crise dos EUA. O crescimento não gera novos empregos e se alicerça, sobretudo na captação dos fluxos mundiais de capitais a partir do controle do dólar. Por meio desse mecanismo, consegue compensar seus não conseguem coesionar as classes dominantes e sua capacidade de propaganda vai perdendo força.

### 3 – O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO NO BRASIL

47) O território brasileiro foi ocupado, ao longo de aproximadamente 40 mil anos, por povos que vieram da Ásia e aqui se reproduziram em agrupamentos sociais, clãs familiares e tribos que se constituíram como povos originários. Eles povoaram quase todo território, em especial a região litorânea e margens dos rios, e viverem durante esses anos todos sob a formação socioeconômica do comunismo primitivo. Alguns se mantiveram nômades, outros se consolidaram em territórios definitivos. Em 1500, quando esse território foi invadido pelos capitalistas europeus, havia aproximadamente 5 milhões de pessoas, divididos em aproximadamente 300 povos diferentes, com idiomas e culturas distintos.

48) A chegada dos colonizadores europeus ao nosso território foi resultante da necessidade de expansão do nascente capitalismo comercial que se desenvolvia na Europa, como um novo modo de produção baseado na acumulação de riquezas por meio do comércio de mercadorias. As navegações eram financiadas por capitalistas comerciantes, ávidos pelas altas taxas de lucro desse comércio de mercadorias. Espoliavam os novos continentes em busca de produtos que pudessem ser transformados em mercadorias na Europa.

49) Para atender a essas necessidades, as monarquias europeias se somaram aos novos investidores capitalistas, a burguesia nascente da época, e usaram seu poderio militar para transformar esses territórios – na Ásia, África e América – em colônias comerciais sob seu controle político, jurídico e econômico. Nosso território foi dominado e se transformou numa colônia de Portugal. E as riquezas naturais e os povos que aqui viviam passam a ser dominados pelas regras do capitalismo. As regras da lógica capitalistas buscaram: a) subordinar o povo e transformá-lo em mão de obra passível de exploração; b) usar o território, as riquezas e essa mão de obra para produção de bens necessários à metrópole.

50) Durante todo o período colonial, que vai aproximadamente de 1500 a 1900, o nosso território foi explorado para produzir bens agrícolas de clima tropical ou temperado, que a metrópole necessitava e não conseguia produzir. Assim, implantou-se por aqui os cultivos de cana-de-açúcar e algodão (trazidos da Índia), a pecuária, trazida das Ilhas Canárias e da Madeira, com o objetivo de produzir couro. Aproveitou-se a existência do tabaco e do cacau para transformá-los em plantações comerciais. Mais tarde, trouxeram o café, a pimenta e a seringa.

51) Por outro lado, um setor capitalista passou a investir na mineração, para se apropriar do ouro, prata, diamantes e levá-los para a Europa.

52) Esse modelo de organização da produção e do comércio imposto pelo capitalismo comercial-colonial se chamou de modelo agroexportador. Estima-se que 85% de tudo o que se produzia no país era exportado para a Europa.

53) As unidades de produção mineral e agrícola foram organizadas em todo território seguindo as seguintes características: a) concessão de grandes extensões de território a investidores capitalistas europeus; b) utilização das mais modernas técnicas de exploração agrícola; c) utilização da mão de obra escrava para o trabalho nas minas, na agricultura e nos serviços domésticos da “casa-grande” e da vida urbanizada.

54) Essa forma de organização foi chamada mais tarde de plantation, como um modelo específico de organizar a produção dentro do modelo agroexportador. E foi sustentada por um intenso tráfico de mão-obra escrava, trazida de povos aprisionados na África, comercializados por capitalistas europeus, que também acumularam muito dinheiro com o comércio de mão de obra escrava. Durante muito tempo foi a atividade mais lucrativa do território. Estima-se que nesse período foram trazidas mais de 7 milhões de pessoas da África, para sustentar esse modelo.

55) Quando os europeus aqui chegaram, havia uma população nativa estimada em 5 milhões de pessoas e, no transcorrer de quase quatro séculos, foram trazidas aprisionadas outras 7 milhões de pessoas. No entanto, em meados do século 19, quando entrou em crise a escravidão, havia no território brasileiro uma população estimada em apenas 5 milhões de pessoas, sendo que metade delas vivia como escravos. Isso nos permite afirmar que o modelo de plantation, durante esse período colonial do capitalismo comercial, promoveu um verdadeiro genocídio dos povos que aqui habitavam ou para cá foram trazidos.

56) Durante esse período, em função do modo de produção existente, a sociedade estava formada por diversas classes sociais. Havia uma classe de nobres, de origem europeia, que viviam nababescamente ao redor da Coroa, sem nada produzir. Em reduzido número, uma burguesia agrária e comercial. A ampla maioria do povo vivia como escravo. Os mestiços sobreviviam com qualquer trabalho, em especial relacionados com serviços. E os povos originários haviam se embrenhado sertão adentro. Essa formação socioeconômica marcou profundamente a sociedade brasileira até os dias atuais.

57) No início do século 19, já pressentindo o fim do trabalho escravo e preocupada com suas consequências, a Coroa fez ampla campanha na Europa para atrair mão de obra de camponeses pobres. Migraram para o Brasil, entre 1875 e 1914, nada menos do que 1,6 milhões de camponeses pobres, para substituir os 2 milhões de trabalhadores escravizados. Por outro lado, a Coroa promulgou a Lei no 601, de 1850, que introduzia a propriedade privada da terra, em substituição ao sistema de concessão de uso, transformando-a em mercadoria e liberando-a como objeto de compra, venda e reserva de valor.

58) No final do século 19 instalou-se a crise do modelo escravocrata. Contribuíram para essa crise: a) as revoltas dos escravos que fugiam e formavam os quilombos, causando grandes prejuízos às fazendas; b) pressão internacional do império inglês, que proibiu o comércio de trabalhadores escravizados na África; c) e o próprio desenvolvimento do capitalismo industrial na Europa, assentado sobre a exploração do trabalho assalariado fabril, como principal fonte de acumulação de riquezas. Com o fim legal da escravidão em 1888, o modelo atingiu sua crise terminal.

59) A transição de modelo de produção abrangeu o período de 1850 até 1930, quando, então, as elites se reorganizaram e implementaram um novo modelo: o modelo de industrialização dependente. Esse modelo representou a prioridade do investimento nas fábricas, na indústria e o surgimento de uma nova aliança de classes sociais, entre a nascente burguesia industrial, a velha oligarquia rural e os capitalistas industriais de capital internacional que vieram dos Estados Unidos e da Europa implantar suas fábricas, em busca de mão de obra barata. O Brasil oferecia, então, de novo, condições essenciais para o desenvolvimento do capitalismo industrial: matérias primas em abundância e mão de obra barata.

60) A implantação da indústria no Brasil, realizada tardiamente em relação à revolução industrial inglesa – meados do século 18 – foi resultado de investimentos de três formas básicas de capital. Primeiro, a transformação do capital da oligarquia rural, originário das exportações agrícolas, que foram investidos em fábricas. Segundo, o Estado brasileiro utilizou grande parte dos recursos públicos para realizar investimentos na indústria, seja na indústria básica, como siderúrgicas, e transportes, seja associado a outros capitalistas privados na indústria de bens de consumo. E, terceiro, foram os capitalistas estrangeiros que trouxeram suas indústrias e investiram sozinhos ou associados com os outros capitalistas acima descritos.

61) De novo, a expansão da indústria para o Brasil obedeceu a uma lógica dialética de associação subordinada dos interesses dos capitalistas brasileiros com o capitalismo internacional, que agora já se encontrava em sua fase imperialista. As empresas transnacionais vinham ao Brasil como uma necessidade para seguir ampliando seus mercados, em busca de mão de obra barata, para depois reexportar seus produtos para a metrópole e obter assim maiores taxas de lucro. E transferiam também, para as fábricas no Brasil, as máquinas e ferramentas (capital constante) já obsoletos tecnologicamente em seus países e já amortizados nos processos produtivos anteriores. E, pior, essas máquinas usadas entravam como investimento estrangeiro e geravam uma dívida externa das filiais, resultando em mais uma forma de transferir riquezas, às suas matrizes, através do pagamento desses empréstimos.

62) Assim, num primeiro período, o país recebeu investimento estrangeiro na forma de máquinas, equipamentos, tecnologia, para posteriormente se transformar em transferidor de capital líquido para os pólos de desenvolvimento capitalista dos países que já tinham alcançado a etapa imperialista. Estes, por sua vez, usavam os investimentos no exterior como forma de seguir acumulando e realizando suas taxas de lucro, restringidas pelo tamanho do mercado local.

63) Nesse novo modelo de produção, o pólo central de acumulação capitalista passou a ser a indústria. Ou seja, a exploração do trabalho operário e a ampliação do mercado local de bens e serviços. Assim, a agricultura passou a se subordinar a esse pólo hegemônico de acumulação do capital. A indústria passou a produzir os insumos para a agricultura, gerou um enorme mercado interno de alimentos formado pela nascente classe operária fabril e pelo desenvolvimento da urbanização acelerada da sociedade brasileira. Foi além: a indústria passou a beneficiar as matérias-primas produzidas pelos camponeses e transformá-las em alimentos, surgindo assim a agroindústria.

64) Por outro lado, a partir da década de 1950, por influência das transnacionais europeias e estadunidenses, passou-se a adotar a chamada “revolução verde”, que significava a adoção de técnicas agrícolas totalmente dependentes da indústria de agrotóxicos, de fertilizantes químicos e da mecanização no processo produtivo agrícola, aumentando ainda mais a dependência da agricultura em relação aos insumos produzidos pela indústria, como se esses insumos fossem fundamentais para o aumento da produtividade física das lavouras e do trabalho na agricultura. De fato, eles lograram aumentar em muito a produtividade da agricultura, mas isso não significa que eram as únicas formas possíveis de aumentar a produtividade da lavoura e do trabalho.

65) No período de transição do modelo agroexportador para a industrialização dependente, o processo de mudanças no mundo do trabalho fabril e agrícola havia levado ao surgimento de duas novas classes sociais no Brasil. Nas cidades, se desenvolveu, de forma vertiginosa, a classe operária. E, no campo, tivemos o nascimento da classe social dos proletários rurais, que passaram a viver do trabalho assalariado, assim, como surgiu o campesinato como uma nova classe social. Os camponeses brasileiros se conformaram a partir de duas vertentes. De um lado, os camponeses pobres migrantes da Europa, que compraram parcelas de terra do Estado, ou se associaram aos fazendeiros do café e da cana, reproduzindo-se como camponeses parceiros, no regime chamado de colonato. E, de outro lado, de Minas Gerais para o norte, se consolidaram os camponeses originários dos mestiços, que, não tendo direito a comprar terra, embrenhavam-se sertão adentro, interiorizando-se, e, por isso, receberam o apelido original de “sertanejos”. E lá, sem serem proprietários das terras, mas ocupando terras públicas, se dedicavam à agricultura de subsistência e se reproduziam como camponeses, com trabalho familiar, vendendo os excedentes nas feiras e mercados locais.

66) Ao longo do século 20, o processo capitalista industrial tomou conta da agricultura brasileira e formou então uma sociedade rural mais complexa, formada basicamente pelas seguintes classes sociais: os grandes proprietários de terra, que acumularam grandes extensões de terra, desde a lei de 1850. Essa burguesia agrária proprietária foi alcunhada de fazendeiros, latifundiários e oligarquia rural. Esse segmento representa, hoje, ao redor de 30 mil famílias. Em seguida, formou-se uma pequena burguesia agrária, modernizada pela industrialização e totalmente dependente do mercado capitalista, formada pelos médios proprietários de terra, de áreas entre 100 e 1000 hectares. Esse segmento representa ao redor de 300 mil famílias. Depois, temos os camponeses em geral, os pequenos proprietários de terra, ou arrendatários abastados, com menos de 100 hectares. Eles representam hoje ao redor de 5 milhões de famílias. Um estudo sociológico mais apurado pode detectar que, entre eles há camponeses abastados, medianos, e há camponeses pobres, semiproletários, e que o processo capitalista os marginaliza e os expulsa sistematicamente para as cidades. Temos também a classes dos camponeses mais pobres, despossuídos de terra, que em geral trabalham nas terras da burguesia e pequena burguesia agrária. São os chamados sem terras, que vivem como posseiros pobres, arrendatários, meeiros, filhos adultos de camponeses pobres. Representam um contingente de 4 milhões de famílias. E, finalmente, temos o proletariado rural, formado pelos trabalhadores assalariados na agricultura, alguns de forma permanente, outros de forma temporária, combinando sua condição de camponeses sem terra e com pouca terra com a condição de assalariados temporários. E, em todos esses segmentos, cresce a cada dia contingentes na condição de lumpens, sendo que seu número maior aparece entre os lumpemproletários e lumpencamponeses. Essas pessoas são desprovidas de tudo, inclusive de consciência, e facilmente migram ou caem na marginalidade social.

67) Todos os esses setores sociais, ao longo do século 20 e em especial a partir de 1945, depois da II Guerra Mundial, organizaram-se em movimentos, sindicatos, agrupamentos sociais e políticos. Alguns com maior consciência e capacidade de mobilização na luta em defesa de seus interesses, outros em menor grau e maior subordinação a outros interesses. Daí termos desenvolvido nesses últimos 50 anos várias formas de sindicatos, movimentos e mobilizações, intensificando a luta social, a luta de classes.

68) Na década de 1960, o modelo de industrialização dependente enfrentou sua primeira crise cíclica. Caíram os níveis de produção e emprego. A inflação alcançou níveis elevados. Gerou-se um processo de debate na sociedade e ao mesmo tempo um processo de mobilização de massas. Esse clima de crise e mobilização das massas populares foi beneficiado por um contexto internacional de uma correlação de forças favorável às classes trabalhadoras de todo mundo, que haviam produzido processos revolucionários e anticapitalistas em vários países da periferia do capitalismo. Havia um clima internacional de mudanças gerado pela ofensiva da classe trabalhadora e dos povos oprimidos, que levaram a revoltas populares e vitórias na China (1949) na Guerra do Vietnã (1950-1975), nos processos de libertação nacional das colônias africanas duran-

te o período de 1960-1975. E, na América Latina, também havia um ascenso dos movimentos de massa, com teses revolucionárias, que levaram a revoltas populares na Bolívia (1950-1954) Guatemala (1954), Cuba (1956-1959), República Dominicana (1963-1964) e em outros países.

69) Ao longo do período de 1930 a 1980, o modelo de industrialização dependente conseguiu fazer a economia crescer a uma taxa média 7,6% ao ano, que produziu enormes mudanças socioeconômicas na sociedade brasileira. Houve um processo de crescimento da riqueza nacional que praticamente dobrava o patrimônio da riqueza instalada a cada 10 anos. Gerou muitos empregos industriais, com um enorme contingente de classe operária fabril, que conseguia ascensão social, em relação à sua condição anterior de migrantes, camponeses etc. Gerou uma nova classe média vinculada aos serviços e ao comércio resultantes desse boom de crescimento. Urbanizou a sociedade brasileira, que passou de 20% da população na cidade para 80%, nesse período.

70) Esse contexto nacional e internacional produziu, no período de 1960, um amplo de debate na sociedade e agitação nas classes trabalhadores sobre a saída para a crise brasileira. De um lado, setores nacionalistas e de esquerda, influenciados pelas ideias da CEPAL (Comissão Econômica para América Latina e o Caribe), defendiam teses sobre a necessidade de se desenvolver a industrialização de bens de consumo, interiorizando as fábricas, mas combinando com distribuição de renda e reforma agrária, para ampliar o mercado consumidor nacional. Do outro lado, setores mais radicalizados da população defendiam propostas mais socializantes e de rompimento com o imperialismo, nas teses que foram aglutinadas pela Teoria da Dependência. E, finalmente, nesse embate, as classes dominantes brasileiras consolidaram sua aliança com o capital estrangeiro, em especial dos Estados Unidos, articularam-se com as Forças Armadas e aplicaram um golpe de Estado, que resultou num regime militar durante o período de 1964-1984.

71) Durante a ditadura militar, o capital internacional fez grandes investimentos na infra-estrutura econômica e social do país, na construção de estradas, portos, e também nas indústrias, gerando então um novo ciclo de crescimento econômico do país. Mas, como consequência do aprofundamento da subordinação da nossa economia ao imperialismo, resultou num maior domínio das empresas transnacionais nos setores mais lucrativos da economia e numa enorme dívida externa, que saltou de 3 bilhões para 100 bilhões de dólares em apenas 15 anos. O capital internacional encontrou, agora, uma nova forma de explorar nossa sociedade como um todo. Não era apenas através dos baixos salários pagos à mão de obra nas fábricas, mas, agora, se exigia que o governo transferisse para o exterior, em especial aos bancos privados e públicos, em nome de toda a sociedade, vultosos recursos na forma de pagamento de juros, amortizações e royalties para as empresas transnacionais. O Brasil transferiu para o exterior enormes quantidades de capital, para sustentar o processo de acumulação do sistema financeiro internacional, a nova forma do imperialismo atuar.

72) No início dos anos de 1980, o modelo de industrialização dependente entra em crise. Uma crise terminal, como modelo. A produção diminuiu. Surge o desemprego estrutural, que passa a marginalizar enormes contingentes de trabalhadores, acima de 15% da população econômica ativa, e, portanto, bem acima das taxas naturais de exército industrial de reserva (a ao redor de 6% da PEA), que faziam parte da lógica de funcionamento do capitalismo industrial. A economia não consegue mais gerar excedentes exportáveis para pagar os serviços da dívida externa. As reservas caem. A dívida externa e interna se multiplica, tanto para o setor público, quanto para as empresas capitalistas. Muitas empresas quebram. É a crise.

73) Há muitos estudos explicativos das razões da crise, que a natureza deste estudo não permite um aprofundamento. Há razões da lógica interna de acumulação e suas contradições, pois apesar do enorme crescimento econômico anterior, o modelo não permitiu um processo de distribuição de renda e, portanto, houve limitações de expansão do mercado consumidor do parque fabril instalado. A transferência permanente de riqueza nacional na forma de pagamento da dívida externa esgotou os recursos de investimentos públicos. E houve razões do contexto internacional do capitalismo. Crise geral na acumulação, diminuição das importações, sobra de capital financeiro líquido, elevação das taxas de juros internacionais etc.

74) A crise do modelo de industrialização dependente gerou uma rearticulação de classe e a gestação de uma nova aliança das classes dominantes, agora subordinadas ao capital internacional. Com um agravante: nessa etapa, o capital internacional está hegemônico pelo capital financeiro. Portanto, a partir da década de 1990, as classes dominantes brasileiras aceitaram a subordinação da economia brasileira ao capital internacional financeiro. Esse controle do capital internacional se aprofundou e se ampliou através dos bancos internacionais, das empresas transnacionais, dos acordos internacionais, dos organismos controlados pelo capital internacional, como Banco Mundial, FMI, Organização Mundial do Comércio, e das bolsas de valores e de mercadorias instaladas nos países centrais. Essa nova aliança se chamou de “neoliberalismo”.

75) Esse novo patamar de acumulação do capital internacional subordinou toda economia brasileira e se apoderou das principais empresas estatais e privadas. Desnacionalizaram os principais setores estratégicos, da indústria, do comércio e serviços. E passaram também a controlar a agricultura brasileira.

76) Os movimentos do capital internacional e financeiro sobre a agricultura operaram basicamente sobre a compra de ações das empresas que atuavam na agricultura. Isso gerou um movimento de concentração das

empresas, diminuindo seu número e formando verdadeiros oligopólios, em cada ramo da produção: fertilizantes, agrotóxicos, comércio agrícola, agroindústria etc. Produziu uma centralização do capital, em que uma única empresa transnacional passou a controlar vários ramos de produção, gerando uma maior dependência internacional, pois as empresas transnacionais passaram a controlar o comércio dos produtos, o mercado e os preços agrícolas. Passaram a fornecer os insumos de que os fazendeiros necessitam para produzir, assumindo compromisso de lhes entregar o produto. Dez grandes grupos internacionais controlam praticamente todos os segmentos de insumos para a agricultura, do comércio agrícola internacional e do beneficiamento da matéria prima agrícola nas agroindústrias aqui instaladas.

77) Do ponto de vista de classe, isso gerou uma nova aliança entre os grandes proprietários de terra, fazendeiros capitalistas e as empresas transnacionais. Essa aliança recebeu o nome de “agronegócio”. Representou uma nova forma de organizar a produção agrícola, nas fazendas, com as seguintes características: unidades produtoras em grandes extensões de terra, produção em monocultura, prioridade para o mercado externo, uso intensivo de mecanização, despedindo mão de obra para aumentar a produtividade do trabalho agrícola. Uso abusivo de agrotóxicos, como forma também de aumentar a produtividade da lavoura e do trabalho, à base de venenos, sem nenhum controle, causando todo tipo de degradação do meio ambiente. Pagamento de baixos salários para os trabalhadores rurais. Está em curso, portanto, um modelo de superexploração de mão de obra, de uso intensivo da terra e da natureza, depredador, com enorme custo e passivo ambiental para a sociedade brasileira, para poder produzir a baixos preços para o mercado externo. E, assim, repartir com as empresas transnacionais as taxas média de lucro, que os negócios agrícolas, agora, internacionalizados, permitem.

78) Nesse novo modelo agrícola do agronegócio, resultado dessa aliança com as transnacionais, há um processo de marginalização crescente dos camponeses, que perderam sua função, nem mesmo como fornecedor de mão de obra para o exército industrial de reserva. E o modelo vai, paulatinamente, substituindo a produção de subsistência e para o mercado interno pelas importações ou produção em larga escala. Por outro lado, o proletariado rural também é desbancado cada vez mais pelo uso intensivo de máquinas, restando-lhe então a marginalidade social, a migração e o êxodo rural para as cidades.

79) A reforma agrária sempre adiada. Analisando o desenvolvimento capitalista da agricultura brasileira, em comparação com o desenvolvimento de outros países, em nosso país as classes dominantes não utilizaram o instrumento da reforma agrária como uma medida republicana de garantia de acesso à terra de todos, ou de distribuição de renda e de desenvolvimento do mercado interno. As classes dominantes brasileiras, ao contrário de outros países, não quiseram promover a democratização do acesso à terra, como instrumento de desenvolvimento do capitalismo. Assim, perdeu-se uma primeira oportunidade no final da escravidão, em 1888. Perdeu-se uma segunda oportunidade com a introdução do modelo de industrialização dependente, que necessitava de mercado interno, a partir de 1930. Perdeu-se nova oportunidade, na primeira crise do modelo de industrialização na década de 1960, quando as classes dominantes, frente à pressão das massas e da sociedade, optaram pela ditadura militar. E finalmente, perdeu-se outra oportunidade, na nova crise do modelo, na década de 1980, com a redemocratização do país.

80) No setor energético, o modelo de desnacionalização e de uso de nossos recursos naturais (a água, energia de origem vegetal: biodiesel, óleo combustível vegetal e carvão vegetal) procura repetir a fórmula de elevadas taxas de lucro com a exploração do trabalho e depredação do meio ambiente por parte de grandes empresas transnacionais, que pretendem impor o oligopólio na energia elétrica e o modelo de agronegócio na energia de origem vegetal. Isso afeta toda a sociedade, ficando mais dependente dessas empresas que impõem seus preços e taxas de lucro. E milhares de camponeses que vivem nas margens dos rios e lagos formados são duramente afetados e obrigados a migrar.

81) Como consequência desse novo modelo de exploração agrícola, mudou a natureza dos problemas enfrentados pela população e pelos trabalhadores que vivem no meio rural, independente de sua condição social, categoria ou classe social. Agora, os problemas se ampliaram e não são apenas de acesso a terra, de ter o direito a ter terra própria, objeto de uma reforma agrária. Agora, os capitalistas disputam a propriedade dos bens da natureza, da biodiversidade, da água, das sementes, tentando impor sementes transgênicas que lhes dá o direito de patente. As empresas transnacionais disputam as hidrelétricas, os recursos naturais de madeira, carvão vegetal. Disputam a produção de alimentos, sem nenhuma responsabilidade com a soberania alimentar e com a qualidade dos alimentos para a população. Portanto, a questão agrária brasileira deixou de ser apenas a questão da propriedade e acesso à terra. Agora, está colocado para as classes populares, subalternas, a disputa da terra, da natureza, da biodiversidade, das sementes, da água. A disputa em torno do tipo de técnicas de produção agrícola, se serão dependentes das transnacionais e predadoras da natureza, ou se serão autoproduzidas e controladas pelos camponeses e em equilíbrio com a natureza. Estão em disputa dois modelos de produção agrícola: o modelo do agronegócio, que representa a aliança dos grandes proprietários de terra com as transnacionais, ou modelo camponês, que visa o mercado interno, a distribuição de renda e soberania alimentar.

82) Em todo o processo de desenvolvimento capitalista nesses 5 séculos, e mais ainda a partir do século 20, percebe-se o papel fundamental do Estado brasileiro como pólo central de acumulação capitalista. As classes dominantes, que possuem os meios de produção e que se dedicam à acumulação, sempre utilizaram o Estado como um parceiro nesse processo de acumulação capitalista. O Estado brasileiro não se restringe a normatizar as regras do processo de desenvolvimento capitalista, ele utilizou sempre seu poder concentrador de capital, de aglutinador da mais-valia social, arrecadada da população através dos impostos, para repassar parte desses recursos como capital financeiro para as empresas. Repassa na forma de financiamento subsidiado para investimentos, utilizando-se do sistema bancário público, Banco do Brasil, BNDES, BNB, Sudene, assim como o Estado foi o gestor da transferência de renda nacional para o capital internacionalismo a partir da década de 1970, no pagamento da dívida externa. E, a partir do modelo neoliberal, o Estado se transformou no principal fiador e viabilizador desse modelo.

83) O Estado brasileiro garante o modelo neoliberal ao se transformar no principal instrumento de concentração de renda e transferidor dessa renda para o sistema financeiro, através do pagamento de altas taxas de juros. O mecanismo da dívida pública interna não é mais utilizado, como no passado, para o Estado centralizar investimentos que recolhia nos bancos. Agora, a dívida interna é utilizada pelo sistema financeiro como uma forma de auferir recursos de toda a população, que são recolhidos pelo Estado e transferidos pelo pagamento de altas taxas de juros (as mais elevadas de todo o mundo). Na crise do modelo de industrialização, o capital internacional utilizou o mecanismo das privatizações das estatais como “explicação pública” para a necessidade de o Estado auferir recursos e pagar suas dívidas. Agora, no modelo neoliberal, argumentam que o Estado precisa honrar seus compromissos com o pagamento da dívida interna sob pena de colocar em risco toda lógica do sistema. Passados 15 anos de modelo neoliberal, a dívida pública interna do governo federal saltou de 60 bilhões de reais (no governo Collor, 1990) para mais de um trilhão (governo Lula 2006), e o governo transfere mais de 120 bilhões de reais por ano, dos cofres públicos para o sistema financeiro.

84) O mecanismo da dívida pública interna e as altas taxas de juros decididas pelo governo através do Banco Central, dominados por burocratas originários do sistema financeiro privado, é hoje o principal pólo de acumulação do capitalismo brasileiro. Temos, ainda, os detentores dos títulos da dívida pública que se apoderam da acumulação pública, de cujo montante, cerca de 33% dos recursos são transferidos para bancos estrangeiros e 67% para credores nacionais. Entre os credores nacionais, 55% do total são bancos comerciais, 8% são corretoras (que possuem clientes pessoas físicas da classe média e alta) e 4,5% são bancos de investimento. Na década de 1995 a 2005, o pagamento de juros da dívida pública representou uma transferência de renda nacional equivalente a 14% do PIB por ano, dos cofres públicos para o sistema financeiro nacional e internacional.

85) O segundo mecanismo de acumulação e concentração de renda garantido pelo Estado na etapa atual é garantir preços e taxas de serviços elevados para as empresas estrangeiras concessionárias de serviços, que antes eram públicos e agora são privados, como telefonia, energia elétrica, abastecimento de água e transporte. Portanto, o Estado brasileiro não é apenas um poder público, regulador, republicano, “acima das classes sociais”. O Estado brasileiro é parte e instrumento do poder das classes dominantes para viabilizar e garantir seu processo de acumulação de capital e suas elevadas taxas de exploração e lucro.

86) O processo de desenvolvimento do capitalismo brasileiro, ao longo desses anos, gerou em nosso território as consequências naturais de sua lógica de funcionamento, que é o desenvolvimento desigual, excludente, porém, combinado. Assim, o capital tomou conta de todas as formas de produção na sociedade brasileira, em todas os setores de bens e serviços e em todas as regiões. No entanto, a natureza do processo de desenvolvimento das forças produtivas, as taxas de exploração e de lucro, são diferenciadas. Assim como o capital internacional e financeiro seja o pólo mais dinâmico da economia e as empresas transnacionais e bancos vão se mesclando com os capitalistas locais e com as oligarquias rurais, essas alianças também são diferenciadas e representam, em cada região, repartições diferenciadas, repactuações distintas, da divisão do mercado e da taxa de lucro, em que se associam entre si.

87) Embora essa aliança de capitalistas, nacionais e internacionais, de origem industrial, comercial, financeira ou agrária, se mescla entre si, passando a dominar produção e mercados, nas mais diferentes e longínquas regiões de nosso território, a forma de inserção de cada região é sempre desigual, diferenciada e gera cada vez mais disparidades. Como o polo mais dinâmico de acumulação está centrado no capital financeiro e nas exportações para o mercado internacional, as regiões que não possuem esses produtos ou serviços passam a perder peso relativo no processo de desenvolvimento capitalista do país.

88) A dinâmica de atuação do Estado, com seus projetos e investimentos, e a lógica das empresas transnacionais quando atuam nas regiões obedecem à lógica das necessidades do capital financeiro e internacional e subordinam os processos produtivos das regiões a essa dinâmica. Daí, termos regiões altamente subordinadas ao capital internacional, ao mercado externo, e ao mesmo tempo com mais altas taxas de concentração de riqueza e os mais altos índices de desigualdade e pobreza. Por outro lado, mesmo nos pólos centrais de controle

do capital financeiro, como as cidades de São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, os indicativos de aumento da desigualdade social e a falta de mobilidade social entre a classe trabalhadora só aumentam.

89) A classe trabalhadora também sofre consequências por essa diferenciação do capitalismo nas regiões. E, assim, a classe dominante usa e abusa do estímulo às migrações dos trabalhadores, como forma de baixar o preço da força de trabalho, manter um exército industrial de reserva cada vez maior, desenraizar culturalmente os trabalhadores e provocar derrotas na organização sindical e política da classe. Daí que, ao longo de todo processo de desenvolvimento capitalista brasileiro, as classes dominantes, sempre utilizaram o estímulo à migração da mão de obra, como um fator preponderante para afetar a taxa de exploração e a organização da classe trabalhadora. No atual modelo neoliberal, que não se centra mais na mão de obra fabril, as classes dominantes usam a migração para criar os Novembros de 2006 29 Movimento Consulta Popular Programa Estratégico – Roteiro para debate bolsões marginalizados da periferia, onde passam a adotar os mecanismos de repressão policial e social para controle dessa massa desvinculada do processo produtivo. E, assim, é mais fácil controlá-la em regiões determinadas e ignorar a violência social entre eles, que acaba sendo um eliminador social perverso, do que adotar políticas de inserção no trabalho produtivo.

90) Essas mudanças no pólo hegemônico de acumulação capitalista traz mudanças também na composição das classes dominantes e na natureza da burguesia brasileira. Hoje, pode-se dizer que, a rigor, não temos mais uma burguesia industrial brasileira. O antigo pólo dinâmico da burguesia industrial agora está subordinado e mesclado com os interesses da burguesia financeira, nacional e internacional. Isso aparece nas sociedades que se formam para serem proprietárias das empresas e de seus lucros. Bem como aparece no controle dos mercados e dos preços. Tampouco, pode-se dizer que temos ainda uma burguesia nacional. Na década de 1960, quando da primeira crise do modelo de industrialização, parte das forças políticas da classe trabalhadora apostou na possibilidade da existência de uma burguesia de natureza e interesses nacionalistas. Foram derrotados, porque na época a burguesia nacional preferiu se aliar com a burguesia internacional para promover um golpe militar. Agora, é mais claro, não existe mais uma classe social unitária, que tenha interesses nacionalistas. Existe uma burguesia brasileira, que tem seus interesses capitalistas implantados em nosso território, mas não tem nenhum compromisso com o desenvolvimento do país, como nação, como um único povo. Seus interesses se mesclaram com o capital internacional, tem grande parte de seus lucros depositados ou investidos no exterior, e não pensa nenhum projeto para o país. Não há mais burguesia nacional no Brasil, apenas uma burguesia brasileira, associada e subordinada ao capital internacional. Essa assertiva é tão verdadeira que nem os partidos políticos tradicionais conseguem viabilizar candidaturas e projetos políticos de natureza nacionalista.

#### 4 – AS CARACTERÍSTICAS ATUAIS DO CAPITALISMO: MUDANÇAS E DESAVIOS

91) Há uma dificuldade em se garantir a permanente expansão do capital num tempo em que o planeta já está completamente convertido à sociedade produtora de mercadorias. Não existem mais mercados a serem conquistados. No século 20 o capitalismo tornou-se uma realidade mundial. Essa é uma razão que limita a possibilidade de programas desenvolvimentistas do tipo substituição de importações na periferia do capitalismo.

92) A inovação de produtos que, em outros tempos, sempre acompanhou a revoluções tecnológicas, foi suplantada desta vez pela inovação dos processos de produção. A segunda revolução industrial, iniciada nas últimas décadas do século 19, também trouxera impressionantes ganhos de produtividade com as novas matérias primas e fontes de energia criadas então: o aço, a eletricidade e a combustão com petróleo e todas as suas implicações em novos produtos, como os eletrodomésticos, o automóvel etc. Desta vez, porém, nenhum produto (telefones celulares, computadores etc.) tem a capacidade de sustentar uma longa onda de expansão como a anterior. Pela primeira vez na história do capitalismo, a inovação de produtos emprega menos pessoas que a inovação de processos desemprega.

93) O capitalismo contemporâneo, em sua configuração neoliberal, acentuou sua lógica destrutiva. Os processos estruturantes implementados ao longo do século 20, como a industrialização e a construção da identidade cultural, com todas as suas conhecidas injustiças e limitações, deram lugar a outros processos claramente desestruturantes. Em todo o continente, os Estados nacionais foram demolidos, esvaziados e desmoralizados; deixaram de ser agentes indutores do desenvolvimento e organizadores das sociedades, tornando-se reféns do sistema financeiro e desorganizadores das sociedades. O Estado nacional tornou-se refém do sistema financeiro. A desnacionalização da base produtiva atingiu níveis inéditos, conferindo a agentes externos amplo controle sobre nossas possibilidades de desenvolvimento e nossa inserção internacional. A fase neoliberal do capitalismo também se caracteriza pela negação dos direitos gerais dos trabalhadores e dos movimentos populares. Somente são reconhecidos direitos econômicos individuais, jamais coletivos ou sociais.

94) A história demonstra que reformas progressistas do capitalismo somente foram momentaneamente possíveis, nos breves tempos e espaços em que foram compatíveis com o processo de reprodução do capital. Na época em que o capitalismo representava progresso, reformas eram possíveis, e resultavam em transformações que não ameaçavam o sistema. Em uma época de crise do modo de produção, elas seriam conces-

sões transitórias, efêmeras, sempre ameaçadas. Mesmo assim, em todas as circunstâncias, reformas só ocorreram quando os sujeitos sociais explorados ou oprimidos demonstraram disposição revolucionária de luta.

95) Todavia, não existe tal compatibilidade no atual processo de desenvolvimento capitalista. Nem na América Latina nem em qualquer outra região do mundo. Somente uma transformação social revolucionária, que altere as bases estruturais do capitalismo, poderá enfrentar os problemas que enfrentamos em nosso continente.

96) Cada revolução tecnológica transforma radicalmente os modos de organização e produção do trabalho. Desmonta as formas preexistentes para reconstruí-las em torno de novos sistemas organizativos. As formas de luta e de organização das classes trabalhadores revelam-se impotentes para enfrentar as profundas mudanças que se produzem num curto espaço de tempo. Como toda mudança radical, gera uma situação caótica e, neste caso, possibilitando ao capital que se aproveite da impotência e paralisia gerada entre os trabalhadores.

97) A terceira revolução tecnológica, através da informática, genética, nanotecnologia, microeletrônica, matérias-primas sintéticas e novas fontes de energia, em particular a nuclear, possibilita a redução do trabalho direto e das instalações produtivas, gerando uma nova divisão do trabalho, calcado no trabalhador qualificado. Isso significa que se pode produzir muito mais riqueza com menor quantidade de trabalho.

98) A atual terceira revolução tecnológica também determinou uma nova composição orgânica do capital. O capital constante, que são os meios de produção e as forças produtivas (técnica, máquinas), isto é, o trabalho morto, excede, a ponto de começar a suprimir, o peso do capital variável, que são os gastos com a força de trabalho, isto é, o trabalho vivo.

99) Podemos afirmar que, no mundo contemporâneo, o processo de acumulação de capital precisa cada vez menos das pessoas. Isso significa que a criação da riqueza abstrata, que é o objetivo do capitalismo, descolou radicalmente das necessidades humanas. Por isso, para defender a humanidade, precisamos superar essa forma de organização social voltada para a multiplicação de riqueza abstrata.

100) O capitalismo não pode, em nenhum aspecto da vida social, gerar condições para eliminar a escassez e desenvolver a abundância em benefício de todos. Portanto, as condições objetivas que permitem a superação do capitalismo por outro modo de produção já estão presentes. Em outras palavras, é a contradição entre um processo de produção cada vez mais social e uma apropriação cada vez mais individual das riquezas o que possibilita falar em condições objetivas.

101) A característica principal das crises estruturais é a impossibilidade de as instituições sociais e os mecanismos de dominação conservarem sua eficácia. Os sinais de barbárie se multiplicam, seja na esfera material, com o processo de exclusão social galopante no Brasil e no mundo, seja nas esferas cultural e espiritual, com a crescente perda de sentido da existência humana. O capitalismo lança a humanidade numa crise civilizatória.

## 5 – OS SUJEITOS POLÍTICOS DA TRANSFORMAÇÃO

102) Aquelas massas humanas homogeneizadas e não qualificadas que caracterizaram o mundo do trabalho na sociedade moderna permanecem existindo e se reproduzindo em larga escala, mas já não estão sendo colocadas, pelo capital, dentro do mundo da produção. São remetidas para fora dele. Elas ocupam cada vez menos o coração do sistema capitalista e, por isso, perdem força política, embora sigam constituindo uma força determinante num processo revolucionário.

103) Reconhecer a importância desse novo proletariado não retira o papel fundamental da classe operária industrial no destino de um processo revolucionário. A classe social revolucionária tem de ter um duplo perfil – integrada e excluída, excluída e integrada – para ser forte e ter interesse na mudança. Identificar o potencial de um novo proletariado, ou “pobretariado”, não implica em deixar de reconhecer o papel central da classe operária industrial na transformação revolucionária. Um aspecto fundamental é não ter nada a perder, mas também é imprescindível poder de pressão enquanto força de trabalho capaz de paralisar a produção, acesso às experiências e tradições acumuladas pelo movimento operário e a solidariedade gerada pela necessidade da luta comum.

104) O proletariado deve ser entendido não apenas com aqueles que trabalham nas unidades fabris, mas todos os trabalhadores que vendem sua força de trabalho e que somente possam assegurar sua sobrevivência material através dessa forma. A redução quantitativa, perda de força política e mesmo as dificuldades momentâneas em razão da dispersão e de desorganização, não pode nos levar à mudança de interpretação do núcleo teórico e filosófico da teoria da revolução. O princípio do desenvolvimento das forças produtivas como propriedade individual coloca o proletariado na linha de frente para se extinguirem enquanto mercadoria e enquanto classe, e para isso é necessário extinguir a sociedade organizada em classes.

105) A redução acentuada do operariado manual, fabril, com trabalho regular, que predominou na fase de expansão capitalista da indústria verticalizada e concentrada, não significa que tenha perdido sua importância estratégica no processo de transformação socialista, nem que sua entrada em cena na luta de classes não siga sendo o elemento decisivo para alterar qualitativamente a correlação de forças.

106) A intensificação do chamado trabalho social combinado, através do qual trabalhadores de partes distintas do mundo produzem no mesmo processo ou atuam nos mesmos serviços, o incremento do trabalho multifuncional e a qualificação dos setores que controlam a linha de produção dificultam a preparação e o efeito das greves, impondo novos desafios para as experiências de organização.

107) A ampliação do número de trabalhadores superexplorados, tanto do setor formal quanto do exército industrial de reserva, não é mais um fato momentâneo, cíclico reversível, converteu-se num fator estrutural.

108) Os aumentos substanciais de um novo proletariado, que se reproduz na precarização (trabalho temporário, parcial, terceirizado, subcontratado, cooperativado), tendem a transformá-lo num elemento cada vez mais dinâmico dos processos de luta, embora coloque imensos desafios quanto às formas organizativas. Também é importante considerar que o proletariado informal e precarizado é marcado pela heterogeneidade e descontinuidade das formas de sobrevivência, sujeito a se organizar muito mais no espaço territorial do que em razão da produção. Tal situação, ao mesmo tempo em que revela um potencial de luta, reforça a necessidade estratégica de construir a unidade de classe com o movimento operário fabril.

109) Os sujeitos políticos se constroem na luta e a luta constrói os sujeitos. Identificar o potencial dinâmico de um setor do proletariado não pode acarretar o erro de menosprezar a importância do movimento operário fabril no processo de luta revolucionária. Evidente que o proletariado informal torna-se, cada vez mais, um sujeito histórico fundamental nas transformações anticapitalistas. Porém, é preciso distinguir que o pólo dinâmico, embora possa ter maior capacidade de radicalização e enfrentamento, necessita da presença estratégica do operariado manual e fabril para assegurar a continuidade e a consequência de um processo revolucionário.

110) O desafio central é construir a unidade de classe entre os trabalhadores formais, em processo franco de redução, com os trabalhadores em tempo parcial, precarizados, subproletarizados, em significativa expansão no atual cenário.

111) Esse desafio passa pela auto-organização dos desempregados e por iniciativas que possibilitem ações comuns entre os trabalhadores. Nossa tarefa é recompor a classe enquanto classe. Articulando empregados e desempregados, trabalhadores formais e informais, trabalhadores do campo e das cidades.

112) Nenhuma sociedade pode ingressar num período histórico com tais características sem enfrentar grandes turbulências. A atomização social gerada pelos impactos da atual fase capitalista é tão forte que penetra também nos indivíduos, buscando transformar seres humanos em animais de consumo aprisionados na lógica do mercado. Todas as ações de resistência, que resgatam a identidade enquanto povo e se enfrentam com a lógica capitalista, contribuem para a construção da consciência enquanto classe.

## 6 – AS DEMOCRACIAS REPRESENTATIVAS FORMAIS COMO MECANISMO DE DOMINAÇÃO

113) Estamos assistindo a uma crise estrutural das condições que possibilitaram, momentaneamente, o desenvolvimento do capitalismo num marco de democracia política. Isso transparece numa crise geral das instituições capitalistas de controle social e na crescente necessidade de fortalecer e acionar as funções repressivas do Estado.

114) O Estado segue sendo o lugar de organização estratégica da classe dominante em sua relação com as classes dominadas, mas é fundamental identificar a forma como exerce tal dominação. O Estado alargado do século 20, que se constituiu a partir de uma esfera pública marcada pelo direito ao dissenso, ao confronto e, por causa disso, produziu diversas conquistas sociais, tinha na função policial um recurso de última instância, acionado a partir de um mítico “legítimo direito de defesa”. Agora, essa função policial ocupa o centro do Estado, sem que com isso tenha se produzido qualquer comoção política. A repressão não incide no debate de ideias, já suficientemente neutralizado pelo terrorismo dos meios de comunicação, que, desde muito, não passam de vulgaríssimas agências de propaganda. Silenciosamente, o “Estado de bem-estar social” foi sendo substituído pelo “Estado penal” com o aparente consentimento de todos.

115) Em outras palavras, sob a forma de dominação por meio das democracias formais, as classes dominantes apostam em um Estado que exerça o papel de cooptação, marginalização, atomização, contenção e fracionamento dos processos de organização da luta popular, reservando a criminalização e a repressão aos setores que não aceitam as condições de luta política que impõe.

116) A dominação por meio das democracias representativas formais somente permite a alternância “democrática” entre líderes e partidos que se submetem às regras do projeto neoliberal. As margens de decisão política são estreitas e podem ser exercidas somente se não afetarem as bases determinantes da política e da economia. Nenhum contrato firmado nos marcos do neoliberalismo pode ser alterado. Decisões estratégicas envolvendo investimentos que contrariem interesses dos poderosos não podem ser efetivadas, tornando a disputa “democrática” e as estruturas do poder estatal (Executivo, Legislativo e Judiciário) apenas um espaço para resolução de contradições intraburguesas e de manipulação e controle das classes populares. O conjunto dos partidos políticos que se estabelecem nesse cenário político agem na prática como partido único.

117) As democracias representativas formais converteram-se numa forma eficaz de dominação de classe, constituindo uma barreira que impossibilita as massas populares desenvolverem qualquer projeto alternativo que enfrente questões estruturais. Por trás da idolatria a uma ideia genérica de democracia, cada vez mais desconectada da vida real das pessoas, o que se defende é a perspectiva do sistema de poder resultante da contra-reforma conservadora que predominou nas últimas décadas. Em outras palavras, a essência da eficácia das “democracias formais” como ferramenta de dominação se alicerça na ilusão de um consenso, permanentemente inculcado pelo Estado capitalista pelos meios de comunicação de massa e assimilado no senso comum, transmitindo permanentemente a crença na igualdade democrática de todos os cidadãos, de que todos são iguais perante a lei e que o Estado Democrático de Direito preserva os direitos de todos de maneira igualitária.

118) Nosso desafio estratégico é superar uma democracia formal burguesa que conta com níveis importantes de legitimação nas massas, ainda quando estas se expressam de forma passiva. Isso significa que tal estratégia deverá enfrentar não somente os aparatos de coerção política das classes dominantes, mas também seus mecanismos de construção de consensos e de hegemonia política, ideológica e cultural sobre os setores populares. Trata-se de enfrentar a direção cultural sobre a sociedade e a subordinação ideológica das classes dominadas.

119) Queremos acumular forças exatamente na compreensão da superação dos limites políticos do sistema democrático representativo e formal que conquistamos, sob muitos limites e concessões, após a ditadura militar, resgatando as liberdades democráticas como uma bandeira da luta popular, mas radicalizando sua extensão nas práticas de democracia direta e decisão política incidindo sobre a economia e sobre a solução dos problemas concretos da vida do povo.

120) A imposição da agenda neoliberal desmascara os limites da “alternância de poder”. Eleito no desgaste do governo anterior, cada sucessor se vê aprisionado pelos limites legais, impulsionando a mesma agenda neoliberal e desgastando em pouco tempo sua legitimidade. Cada vez mais, as classes dominantes são obrigadas a aperfeiçoar sua engenharia política e sua capacidade de criar ilusões no povo de forma a viabilizar seus candidatos.

121) Existe um elemento novo em nosso continente. As derrubadas dos presidentes Carlos André Perez, na Venezuela (1993); Abdalá Bucaram (1997), Jamil Mahuad (2000) e Lucio Gutierrez (2005), no Equador; Fernando de La Rúa (2001) e seus sucessores imediatos, na Argentina, e Sanches de Lozada e Carlos Mesa (2005), na Bolívia, demonstram que as democracias representativas formais já não são bastiões inexpugnáveis e presidentes podem ser derrubados por movimentos populares.

## 7 – A ESQUERDA SOCIAL COMO POLO DINÂMICO DE UM NOVO CICLO DA ESQUERDA

122) A centralidade na luta eleitoral determinou profundas mudanças entre as organizações de esquerda que apostaram nessa tática nos últimos 20 anos. As tentativas de implementar uma estratégia combinada entre a ação institucional e as organizações populares não se consumaram e apenas cumpriram o papel de cooptação e aperfeiçoamento da eficiência do sistema. Formou-se uma geração militante especializada em técnicas de gerenciamento dos conflitos sociais, sem qualquer perspectiva transformadora que contemple rupturas ou alterações estruturais. Pouco se acumulou na elevação do nível de consciência do povo e na auto-organização popular, fortalecendo as concepções reformistas e o abandono da estratégia revolucionária.

123) Existe uma relação indissolúvel entre a luta social e a luta política. Mas o processo histórico determinou características, específicas, bastante diferenciadas, entre os que se dedicaram à luta política e os que investiram centralmente na luta social. Os movimentos sociais que surgem nos anos de 1980, quase sempre a partir de um eixo específico, não desenvolvem inicialmente qualquer estratégia de poder, nem apontaram a necessidade de um programa nacional. Orientaram suas ações de resistências para evitar que as investidas neoliberais viessem destruir por completo as condições de vida, os valores culturais e a identidade enquanto povo. Não é casual que os pólos dinâmicos dessa resistência em nosso continente sejam exatamente os indígenas e camponeses.

124) Parte expressiva desses movimentos sociais, em especial os setores rurais, não perderam o seu horizonte de esperança e não foram absorvidos pela lógica da luta eleitoral. Sobrevivendo ideologicamente à grande crise do início dos anos de 1990, se convertem em principais referências de uma esquerda social desvinculada da centralidade dos processos eleitorais. Uma referência de ousadia, radicalidade e valores. Ao se consolidarem como uma experiência que se fundamenta no trabalho de base, que desenvolve lutas de massa e forma novos quadros, os movimentos sociais se transformam numa referência para os setores mais conscientes que não aceitaram a lógica pragmática dos limites institucionais, em especial entre a juventude.

125) Em nosso caso, a distinção que se faz não é entre uma esquerda política e uma esquerda social, mas muito mais apropriado seria distinguir entre uma esquerda limitada às condições das disputas partidárias e uma esquerda social buscando formas renovadas de expressão política. É evidente que não nos interessa aprofundar o fosso divisório entre esquerda partidária e esquerda social. Sem dúvida, é necessário construir pontes que viabilizem essa unidade. Mas isso não pode ser feito escamoteando o debate político e ideológico entre as profundas diferenças táticas e estratégicas existentes entre elas.

126) Entendemos a esquerda social como um elemento dinâmico do processo de reorganização de um novo ciclo político dos projetos transformadores, na medida em que manteve o trabalho de base, a formação político-ideológica de sua militância e a capacidade de gerar lutas que cumprem o papel de exemplos pedagógicos. Além disso, converteu-se num pólo capaz de criar espaços de poder. Mas o elemento principal é a capacidade de entender a política não como o acúmulo quantitativo de postos administrativos, mas como a arte de construir força social, tornando possível, no futuro, aquilo que hoje aparece como impossível.

127) Nenhuma forma de luta se mantém na ofensiva indefinidamente. A dinâmica da luta de classes impõe constantes avanços, ante a capacidade de adaptação e de repressão dos setores dominantes. Os dirigentes dos movimentos sociais vão percebendo gradualmente os limites políticos de suas organizações, compreendendo a necessidade de um programa nacional e de uma ferramenta que transcenda os limites específicos de cada movimento. Na medida em que essa esquerda social adquire uma visão ampla da sociedade e vai se apropriando de um programa nacional, vai se transformando em um sujeito político coletivo capaz de interferir na dinâmica histórica.

128) A questão do poder é o salto de qualidade na constituição de um sujeito político. Ao enfrentar o debate da construção de um projeto político, surge a necessidade da construção de uma organização que corresponda a esse projeto. O Movimento Consulta Popular surge a partir dessa necessidade e seu principal desafio é se converter na ferramenta desse sujeito político.

129) Todavia esse processo envolve grandes desafios. Não é fácil se desprender da lógica eleitoral. Toda uma geração militante se formou na crença de que a luta política limita-se à participação nas disputas eleitorais. Para a maior parte desta militância é inconcebível construir um projeto político que não seja uma ferramenta eleitoral.

## 8 – A NECESSIDADE DO INSTRUMENTO POLÍTICO

130) A história dos processos revolucionários confirma a necessidade de um centro organizador capaz de definir os passos políticos que assegurem a estratégia e identifiquem os elos mais débeis do inimigo. Por mais importantes que tenham sido os levantes populares ocorridos em nosso continente nos últimos anos, não passaram da categoria de mobilizações episódicas, incapazes de se colocar enquanto uma alternativa de poder. As massas que derrubaram os governos acabaram enfrentando a restauração das classes dominantes e mesmo dos grupos políticos neoliberais. Os movimentos sociais, desarticulados de um centro político, não constituem uma ferramenta adequada para disputar a contra-hegemonia e para construir uma alternativa de poder.

131) A ausência de um centro político constitui a principal debilidade da esquerda social. Construí-lo é o papel estratégico do instrumento político. Nosso desafio é contribuir para a construção dessa organização através de uma militância formada com a cultura política predominante no último ciclo da esquerda brasileira. O desafio de resgatar as contribuições expressivas dos movimentos sociais e combiná-las com a experiência acumulada pelas organizações revolucionárias.

132) O instrumento político, como organização dotada de uma estratégia de poder e de um programa nacional, é o salto de qualidade para a esquerda social. Uma organização que respeita a autonomia dos movimentos sociais e cujos militantes sejam verdadeiros pedagogos populares, centrados na construção da força social. Uma instância orientadora e articuladora dos movimentos sociais, horizontal e participativa, capaz e promover a articulação dos setores isolados em torno de uma mesma força social e programa político.

133) Irrigada pela permanente relação de diálogo com o povo, estruturada em torno do trabalho de base, a esquerda social também gerou uma forte cultura organizativa avessa à centralização, ao verticalismo e a tudo que se identifica com os métodos burocráticos da esquerda partidária. Isso gera uma forte tendência ao chamado ultrademocratismo, bem como a recusa à existência de uma direção central. Esse elemento, embora essencialmente positivo, carrega também resistências ao projeto de construir um centro político, dotado de disciplina e unidade de ação em torno dos mesmos objetivos táticos e estratégicos.

134) É a dinâmica da luta de classes que impõe o ritmo das decisões políticas a serem tomadas. O método de se aprovar por consenso, sempre desejável, pode se converter em um mecanismo autoritário na medida em que possibilita o veto a uma minoria e em um grave empecilho para conjunturas que exigem decisões e respostas rápidas. Um instrumento político vota suas decisões sempre que necessário, possui regras que asseguram sua democracia interna e constantemente avalia suas decisões políticas e ações. Tais conceitos, muitas vezes estranhos aos movimentos sociais, exigem a formação de uma nova cultura política.

135) A dinâmica da luta de classes não se coloca segundo nossas vontades e nem espera que estejamos preparados para ela. As organizações revolucionárias se constroem e se estruturam exatamente nos períodos definidos como não revolucionários. Exatamente porque, em tais períodos, dispõe-se de tempo e condições para estruturar seus quadros, experimentá-los nas lutas, formar uma direção, consolidar sua coesão ideológica e, principalmente, legitimar-se perante as massas.

136) A construção dessa organização, a ser realizada desde já, implica num longo processo. Num criterioso investimento na formação de quadros e no esforço persistente para criar estruturas de base. Na construção de uma cultura que valoriza e pratica a direção coletiva. Implica, antes de tudo, na retomada do trabalho de base e na capacidade de suportar o desânimo e a frustração ante as enormes dificuldades que se enfrentam.

137) O instrumento político que queremos construir deve ser de natureza partidária, mas de forma associativa. Ou seja, deve ser uma organização de princípios socialistas, ter unidade ideológica e de ação, nível de consciência elevada, meios de comunicação próprios, ser autônoma em todos os sentidos e ter a luta de classes como referência. A forma associativa diz respeito à constituição da estrutura organizativa e da participação efetiva do contingente revolucionário, que se aglutina por meio de núcleos e coordenações, orientados pelo princípio da direção coletiva.

---

## Sete teses sobre a revolução brasileira

Plínio de Arruda Sampaio Jr.<sup>1</sup>  
(PSOL)

Estas anotações sistematizam algumas questões debatidas no âmbito da Consulta Popular sobre as diretrizes fundamentais de um projeto nacional capaz de abrir novos horizontes para o desenvolvimento do Brasil. Não se trata de fazer um apanhado exaustivo do acúmulo alcançado nesta discussão coletiva, mas apenas de apontar algumas questões – inspiradas no pensamento de grandes intérpretes do Brasil – que devem orientar a reflexão sobre os desafios da revolução brasileira.

### 1. A teoria da revolução brasileira

Uma teoria da revolução brasileira é um programa de transformação das estruturas da sociedade com o objetivo de resolver os problemas fundamentais do conjunto da população. No Brasil, esses problemas são facilmente identificáveis: a extrema desigualdade social e regional que caracteriza a sociedade brasileira e a subordinação da vida nacional à lógica de acumulação do capital internacional. O grande desafio da teoria da revolução brasileira é desvendar as tendências efetivas da luta de classes a fim de impulsioná-la no sentido da superação dos nós internos e externos responsáveis pelas mazelas do povo. Caio Prado, um dos expoentes do pensamento socialista no Brasil, resumiu a questão nos seguintes termos: “A revolução brasileira, (...), se constitui do complexo de transformações em curso ou potenciais, que dizem respeito à estrutura econômica, social e política do país, e que, contidas e reprimidas pela inércia natural a toda situação estabelecida, se desenrolam de maneira excessivamente lenta e não logram chegar a termo. Nem por isso, deixam de estar presentes, e se revelam e fazem sentir através de perturbações que agitam a vida do país: desequilíbrios econômicos, desajustamentos e tensões sociais, conflitos políticos de maior ou menor gravidade e repercussão. Cabe precisamente à ação política revolucionária estimular e ativar aquelas transformações implícitas no processo histórico em curso e de que tais perturbações constituem, o sintoma aparente e mais diretamente sensível. É a programação das medidas necessárias ou favoráveis a esse fim que forma a teoria revolucionária”<sup>2</sup>.

### 2. O segredo da revolução está na história

Para que a reflexão coletiva sobre as possíveis alternativas de reorganização da economia, da sociedade, do Estado e da cultura possa funcionar como um guia efetivo para a ação política, é vital que ela não seja uma construção abstrata, mas o produto de uma interpretação das contradições existentes na sociedade brasileira. Donde a necessidade incontornável de que a teoria da revolução brasileira esteja fundamentada em uma análise dos dilemas históricos de nossa sociedade. Afinal, como já alertou Caio Prado, “Não é praticável propor reformas que constituam efetivamente solução para os problemas pendentes sem a condição de que essas reformas propostas se apresentem nos próprios fatos investigados. Em outras palavras, de nada serviria, como tantas vezes se faz, trazer soluções ditadas pela boa vontade e imaginação dos reformadores, inspirados embora na melhor das intenções, mas que, por mais perfeitas que em princípio e teoricamente se apresentem, não encontram nos próprios fatos presentes e atuantes as circunstâncias capazes de as promover, impulsionar e realizar. É de Marx a observação tão justa e comprovada por todo o decorrer da História, que os problemas sociais nunca se propõem sem que, ao mesmo tempo, se proponha a solução deles que não é, nem pode ser forjada por nenhum cérebro iluminado, mas se apresenta, e aí há de ser desvendada e assinalada, no próprio contexto do problema que se oferece, e na dinâmica do processo em que essa problemática se propõe”<sup>3</sup>.

---

<sup>1</sup> Plínio de Arruda Sampaio Jr. é professor do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas. Este texto foi preparado para a revista da APROPUC.

<sup>2</sup> Prado, Jr. C. *A Revolução Brasileira*. Ed. Brasiliense, p. 209.

<sup>3</sup> Prado, Jr. C. *A Revolução Brasileira*. Ed. Brasiliense, p. 6.

### **3. Os dilemas da formação nacional**

No nosso caso, o sentido das mudanças sociais é marcado pela longa transição do Brasil colônia de ontem para o Brasil nação de amanhã. Trata-se de um movimento condicionado pelas contradições que surgem entre a posição subalterna do país no sistema capitalista mundial e o esforço da sociedade brasileira de controlar o seu próprio destino. O dínamo da transição é a reação contra o sentimento de profundo mal estar gerado pela situação de pobreza, irracionalidade, corrupção e instabilidade que caracteriza a vida nacional. Isso significa que as esperanças e as aspirações da sociedade brasileira polarizam-se em torno de um objetivo maior: controlar os fins e os meios do desenvolvimento nacional. Trata-se de criar as condições necessárias para que o processo de modernização que caracteriza a civilização ocidental beneficie o conjunto da população e não apenas uma pequena parcela de privilegiados como ocorre quando o desenvolvimento é guiado pelo processo de modernização dos padrões de consumo. O problema fundamental da sociedade brasileira consubstancia-se, portanto, na necessidade de assegurar a continuidade de processos históricos responsáveis pela consolidação das bases materiais, sociais, espaciais, políticas e culturais do Estado nacional.

### **4. O objetivo da revolução brasileira**

Os interpretes do Brasil que refletiram sobre os desafios da formação a partir de uma perspectiva democrática, de um modo ou de outro, vincularam a construção do Estado nacional à integração do conjunto da população, em condições de igualdade, aos avanços técnicos e aos valores humanistas da era moderna. Acima de suas diferenças teóricas, históricas e ideológicas, um denominador comum unifica esta visão: a noção de que os problemas do país não serão resolvidos sem transformações socioculturais profundas, que criem as bases de uma sociedade equitativa e autorreferida. Elaborado em contraposição à tradição oligárquica, que defende a construção da nação com um fim em si, o pensamento democrático vê a estruturação do Estado brasileiro como um meio de submeter o desenvolvimento aos desígnios de uma sociedade irmanada na defesa de um destino comum para seus cidadãos.

Logo, antes de condicionar a emergência de nossa nacionalidade ao aparecimento de uma nova raça oriunda da mestiçagem, ao controle de um território de dimensões continentais rico em recursos naturais, às potencialidades de sua economia, à estruturação de um aparelho de Estado capaz de impor a autoridade da ordem, bem como a descabidos sonhos ufanistas de um hipotético Brasil-potência predestinado a um suposto destino manifesto – concepções chauvinistas que ocultam a natureza hierárquica e autoritária de nossa formação social – o pensamento democrático entende a afirmação da nacionalidade com a necessária cristalização de uma sociedade homogênea, portadora dos valores humanistas da sociedade ocidental, baseada em nexos morais entre as classes sociais e na existência de laços orgânicos entre as diferentes regiões do país.

### **5. Nacionalismo e internacionalismo**

Nesta abordagem, a instância nacional não passa de um instrumento temporário que serve para proteger a coletividade dos efeitos destrutivos das transformações que se irradiam desde o centro do sistema capitalista mundial, bem como para planejar a internalização das estruturas e dos dinamismos da civilização ocidental de modo condizente com o aumento progressivo do grau de autonomia e criatividade da sociedade, assim como com a elevação da riqueza e do bem estar da totalidade dos brasileiros. Pensada como um centro de poder que condensa a vontade política da coletividade, a forma nacional é aqui – única e exclusivamente – um meio de as sociedades que vivem sobredeterminadas pelo campo de força do imperialismo controlarem o seu tempo histórico. Trata-se, portanto, de um instrumento historicamente determinado que deve ser ultrapassado por formas superiores de organização social e política, de alcance supranacional, assim que o contexto histórico mundial o permitir, isto é, assim que a ordem mundial deixar de estar sob o domínio de concorrência intercapitalista e das rivalidades imperialistas.

Não há contradição entre o nacionalismo inerente à revolução brasileira e a tradição internacionalista das lutas operárias. Não se pode transplantar de maneira mecânica o internacionalismo desenvolvido nas nações mais ricas da Europa para sociedades de origem colonial da América Latina. O internacionalismo dos povos da periferia se manifesta na condenação de todas as formas de injustiças e exploração em qualquer lugar do mundo, a começar pelos que possuem problemas análogos. Concretamente, isso significa participar ativamente em todas as trincheiras contra o imperialismo. Na América Latina, trata-se de dar um conteúdo popular e socialista ao velho sonho de Simon Bolívar de criar uma federação latino-americana de povos autodeeterminados.

### **6. Reversão neocolonial e barbárie**

Dentro da longa transição do Brasil colonial de ontem para o Brasil nação de amanhã, a conjuntura atual caracteriza-se pelo fato de que a nova fase do processo de globalização dos negócios transformou em antagonismo aberto a secular contradição entre o desenvolvimento desigual do sistema capitalista mundial e a

formação do Brasil contemporâneo. De acordo com a interpretação de três dos maiores pensadores do Brasil – Caio Prado, Florestan Fernandes e Celso Furtado – o capitalismo dependente já não tem mais nada a oferecer à população brasileira. Os três autores convergem para um diagnóstico terrível: entre 1950 e 1980, a formação do Brasil começou a patinar. Ao contrário do que poderia sugerir a acelerada modernização dos padrões de consumo de uma exígua parcela da população e o avançado grau de industrialização, o capitalismo dependente teria esgotado todas as suas propriedades construtivas. A gravidade do momento histórico fica evidenciada tanto na conclamação de Caio Prado quanto à urgência da “revolução brasileira”, quanto na insistência de Florestan Fernandes no caráter antissocial, antinacional e antidemocrático da burguesia brasileira, assim como na eloquente advertência de Celso Furtado de que forças externas poderosíssimas que impulsionam a globalização das economias ameaçam a integridade do sistema econômico nacional e a própria unidade territorial do país. Em breve, uma formulação sintetiza a essência do momento histórico: reversão neocolonial e barbárie.

A visão destes grandes intérpretes de que o processo de formação do Brasil contemporâneo está ameaçado é tanto mais grave porque perfeitamente condizente com o que se observa no dia a dia da sociedade. Afinal, quem com um mínimo de lucidez e boa fé é capaz de ignorar as evidências de progressiva desorganização econômica, acelerada decomposição do tecido social, assustadora exacerbação das rivalidades inter-regionais e dramático colapso da capacidade de intervenção do Estado? O desaparecimento dos setores estratégicos do parque produtivo, o crescimento vertiginoso do subemprego e do desemprego aberto, a crise do pacto federativo, a corrupção como sistema de governo e os alarmantes sinais de perda da identidade nacional são os sintomas mais preocupantes do avançado estado da crise de reversão neocolonial que abala o Brasil. Não é difícil imaginar o efeito catastrófico dessas tendências em uma sociedade com um território de dimensões continentais, grande heterogeneidade regional e social, elevadíssimo grau de urbanização e um vasto parque industrial sem condições de suportar a fúria da concorrência internacional. O descontrole da violência urbana e as crescentes tensões sociais no campo são duas evidências gritantes de que vivemos em uma época de grande turbulência.<sup>4</sup>

### **7. A hora e a vez da revolução democrática**

O diagnóstico de que o Brasil vive um perigoso processo de reversão neocolonial aponta para a urgência de uma ruptura com a situação de dependência externa. Em seu livro, *Brasil: A construção interrompida*, Celso Furtado, intelectual notório por sua visão ponderada dos problemas nacionais, explicitou de maneira dramática o caráter decisivo do momento histórico. “Em meio milênio de história, partindo de uma constelação de feitorias, de populações indígenas desgarradas, de escravos transplantados de outro continente, de aventureiros europeus e asiáticos em busca de um destino melhor, chegamos a um povo de extraordinária polivalência cultural, um país sem paralelo pela vastidão territorial (...). Mas nos falta a experiência de provas cruciais, como as que conheceram outros povos cuja sobrevivência chegou a estar ameaçada. E nos falta também um verdadeiro conhecimento de nossas possibilidades e, principalmente, de nossas debilidades. Mas não ignoramos que o tempo histórico se acelera e que a contagem desse tempo se faz contra nós. Trata-se de saber se temos um futuro como nação que conta na construção do devenir humano. Ou se prevalecerão as forças que se empenharam em interromper o nosso processo histórico de formação de um Estado-nação<sup>5</sup>.”

Para evitar o risco de soluções retóricas, destituídas de qualquer eficácia real, o fundamental é apontar os nós que devem ser desatados para romper as relações externas e internas responsáveis pelo avanço do processo de reversão neocolonial. É a natureza dessas mudanças que vai condicionar o caráter do processo de transformação social. A propósito, não custa lembrar a advertência de Caio Prado: “O que, sobretudo, vale na ação revolucionária não é o que se proclama e, em última instância se projeta. E sim o sentido dialético dessa ação, isto é, sua potencialidade em projeção para o futuro e seu conteúdo, latente embora, inexpresso e até mesmo inesperado para a generalidade dos participantes, de transformações políticas, econômicas e sociais que nele se encerram e dele derivam como consequência e natural desdobramento”<sup>6</sup>.

Logo, mais do que uma listagem de medidas programáticas, a teoria da revolução brasileira deve indicar de maneira objetiva e clara as rupturas que significam uma mudança efetiva no curso dos acontecimentos. A análise dos dilemas históricos do povo brasileiro mostra que a abertura de novos horizontes históricos exige que se coloque na ordem do dia a superação das três principais mazelas da sociedade brasileira: 1. o caráter dependente de seu sistema econômico – uma forma de organização da vida material que deixa o país sujeito às vicissitudes do capital internacional; 2. a natureza assimétrica das estruturas sociais – um padrão de estratificação social que cria um abismo entre os brasileiros; 3. o pesado fardo do colonialismo cultural que

<sup>4</sup> A tendência à reversão neocolonial é analisada em detalhe em Sampaio Jr., P. S. A., “Os Impasses da Formação”, in José Luiz Fiori, *Estados e Moedas no Desenvolvimento das Nações*. Ed. Vozes.

<sup>5</sup> Furtado, C. *Brasil, a construção interrompida*. Ed. Paz e Terra, p. 35.

<sup>6</sup> Prado, Jr. C. *A Revolução Brasileira*. Ed. Brasiliense, p. 18.

impede a generalização dos benefícios da civilização pelo conjunto dos brasileiros – uma concepção de mundo estreita que transforma a cópia dos estilos de vida das economias centrais na prioridade absoluta a orientar a organização da economia e da sociedade.

Ao abrir novas perspectivas para o desenvolvimento nacional, a ruptura histórica com o capitalismo dependente representa uma alternativa criativa à discussão que circunscreve as opções da sociedade brasileira à escolha binária entre o modernismo desvairado dos neoliberais e a nostalgia extemporânea do nacional-desenvolvimentismo. Este é o caminho de quem não aceita o impasse que limita o debate sobre o futuro do Brasil a um estéril braço de ferro a respeito do ritmo e da intensidade do processo de modernização dos padrões de consumo. A extrema adversidade do momento histórico revela que não há atalho para o desenvolvimento nacional. O desafio é colossal e a urgência do problema inadiável. As forças políticas comprometidas com o futuro da nação devem transformar a revolução democrática – a erradicação do regime de segregação social –, a revolução nacional – a desarticulação da dependência econômica e cultural – e a revolução socialista – a ruptura com a modernização dos padrões de consumo e com os valores da concorrência e do individualismo – nos três principais objetivos da luta política. O ponto de partida dessa caminhada é a eliminação dos privilégios aberrantes que bloqueiam o acesso do conjunto da população à vida econômica e política do país. Na prática, isso significa transformar a luta por terra, trabalho e teto no eixo de articulação de um novo projeto para o Brasil.

---

## **Um partido à altura do povo brasileiro**

Ação Popular Socialista (APS-PSOL)

### **Tese do campo Unidade Socialista ao 5º Congresso do PSOL**

Mais de três mil militantes do PSOL apoiam estas teses

#### **INTRODUÇÃO**

1. O PSOL realiza seu 5º Congresso num momento em que a crise do capitalismo continua longe de ser superada e chega com intensidade ao Brasil.

2. Antônio Gramsci dizia que a crise é o momento onde a velha ordem já morreu e a nova ordem ainda não conseguiu nascer. Perplexidade, medo, inquietação, mas também desejo de mudança, são sentimentos compartilhados por milhões nas sociedades em crise. É desse mundo arriscado, porém cheio de possibilidades, que fazemos parte.

3. Um mundo que é sistematicamente negado pela mídia nacional e internacional, segundo a qual a crise de 2008 não foi causada pelo livre mercado, mas pelos “gastos públicos excessivos”. Para os comentaristas das grandes cadeias de TV, nunca houve menos fome, menos doenças ou mais prosperidade. A crise estaria restrita a países que gastaram acima de suas possibilidades.

4. Não se pode perder de vista o compromisso com a denúncia do lado sombrio do capitalismo. A nossa causa histórica, que nos torna diferentes de outros setores progressistas, é a luta por direitos sociais e pela defesa dos que vivem do trabalho. Abdicar dessa centralidade é optar por vias reformistas ou liberais incapazes de resolver os problemas históricos do Brasil.

5. Devemos lembrar sempre que pessoas não se revoltam quando as coisas estão difíceis, mas quando se sentem frustradas nos seus sonhos e expectativas. Ser capaz de ter empatia com os sonhos das pessoas é indissociável da ideia de “ser de esquerda”. Afinal, o desenvolvimento e o progresso no interior do capitalismo são desiguais, gerando ao mesmo tempo expectativas que não podem ser atendidas.

6. O Egito de Mubarak e, de forma semelhante, o Brasil após os anos Lula viveram esse processo: uma explosão de insatisfação decorrente da elevação dos critérios de satisfação de uma juventude que se tornou mais escolarizada e conectada à cultura digital de caráter universal.

7. Na Europa, vemos uma geração unida pela raiva e frustração contra um sistema que salva bancos ao mesmo tempo em que joga fora o futuro dos jovens. A pergunta “qual é a alternativa?” é respondida com a famosa frase de Thatcher: “não há alternativa”. Um paradoxo contemporâneo: governos socialdemocratas aplicando reformas neoliberais com mais eficiência que conservadores, mostrando a colaboração de classes é incapaz de enfrentar os problemas que afligem os povos.

8. Na melhor das hipóteses, como no caso do PT, aceitam no fundamental as regras do jogo e operam nas margens do modelo para garantir alguns ganhos de renda aos mais pobres. Porém, cedo ou tarde, capitulam aos ditames do mercado, respeitando religiosamente as dívidas adquiridas.

9. Por outro lado, temos que rejeitar a ideia de uma esquerda que só é verdadeiramente radical quando recusa a disputa do poder. Não queremos ser a esquerda que melhor teoriza sobre a realidade, sem modificá-la. Não pretendemos nos conformar com um papel marginal na luta política.

10. Por isso, precisamos fazer do PSOL um partido amplo, plural e de massas, dialogando com a diversidade cultural do povo brasileiro, lidando com suas contradições e acolhendo os que pelas lutas sociais se aproximam do partido, buscando elevar seu nível de consciência. Não é tarefa simples ou sem riscos, mas absolutamente necessária.

### **SITUAÇÃO INTERNACIONAL**

11. Após sete anos, a crise econômica mundial continua longe de ser superada. O fundamentalismo neoliberal tornou o sistema incapaz de abrir um novo ciclo de crescimento. Políticas econômicas garantiram os capitais financeiros privados com ajustes fiscais brutais ou simplesmente pela encampação dos riscos financeiros desses capitais por instituições públicas.

12. Nos EUA, mesmo a tímida retomada do crescimento se revelou de baixa sustentabilidade, o que tem forçado o adiamento da elevação dos juros. A China desacelera e muda o perfil do seu crescimento, agora menos intensivo em consumo de energia e materiais. Isso impacta o planeta, fazendo desabar os preços das commodities e reduzindo as receitas dos países dependentes de exportações de matérias primas ou semi-industrializados.

13. Se a partir de 2008 esse efeito atingiu mais fortemente os países da África do Norte, sendo a principal razão da Primavera Árabe, agora chega com mais força à América Latina e aos países africanos exportadores de petróleo.

14. Os movimentos que começaram na Europa com a ocupação das praças pelos “indignados” levantaram justificadas esperanças de que a velha ordem política europeia estivesse a ponto de ser derrotada. Esse processo, porém, se revelou complexo e desigual. Partidos como Die Linke, na Alemanha, e Bloco de Esquerda, em Portugal, tiveram seu auge em 2009, posteriormente perdendo popularidade, chegando em 2014 aos seus piores resultados em uma década.

15. Por outro lado, o Podemos, na Espanha, e, principalmente, o Syriza, na Grécia, se firmaram como alternativas de poder. Significativamente, são os dois países em que a crise se abateu com mais força, ao lado de Irlanda e Islândia. Índices de desemprego superiores a 25%, crise no pagamento de imóveis, despejo dos moradores e redução de pensões fizeram parte da maior crise das últimas décadas nestes países.

16. A vitória do Syriza representou uma afirmação alternativa à concepção da Troika. O governo enfrentou uma batalha difícil que não passou pelo convencimento de Bruxelas sobre a correção das suas teses, mas pela disputa da opinião pública. O mandato de Alexis Tsipras foi conferido pelo povo grego para renegociar os termos da permanência da Grécia na zona do Euro. No entanto, as instituições multilaterais europeias e os governos agiram para derrotar a Grécia e desestimular outros povos a escolherem a contestação.

17. Apesar da mostra de repúdio à continuidade da política de “austeridade” manifestada no plebiscito grego, o governo do Syriza sofreu uma enorme derrota ao aceitar um acordo que mantém na Grécia a política que há cinco anos vem infelicitando o povo, com consequências nas disputas na Espanha e Portugal, reforçando o discurso de que não há alternativas. Nestas circunstâncias, sem julgamentos morais, afirmamos que melhor teria sido não assinar o acordo e enfrentar suas consequências, partindo para o difícil processo de restauração da moeda nacional.

18. Grandes esperanças se abriram com as revoltas árabes no Egito, Líbia e Tunísia durante a Primavera Árabe. O desgaste dos regimes de origem pan-arabistas ou de inspiração nasserista e a sua crescente degeneração abriram possibilidades de mudanças que, no entanto, tiveram desdobramentos diferentes. A ausência de partidos de esquerda com peso de massa foi decisiva para impedir que fosse superada no Egito e na Tunísia a polarização entre secularistas conservadores remanescentes da velha ordem e os partidos de inspiração islâmica.

19. No Egito, o desfecho acabou sendo o golpe militar contra os islâmicos, desferido pelo exército com apoio da elite secular, enquanto na Tunísia esses dois setores mantêm algum nível de entendimento. Já a Líbia se esfacela em conflitos sectários que, grosso modo, refletem a divisão pré-colonial.

20. Na Síria, a guerra civil insuflada pelo Ocidente desde 2011 está num impasse. Se o regime de Bashar al-Assad não é defensável para a esquerda, o fato objetivo é que as alternativas gestadas no processo são certamente piores. Comprova-se, mais uma vez, que ingerências externas não fazem avançar o processo histórico, mas, com frequência, reativam forças que deveriam estar sepultadas no passado.

21. Cuba inicia um processo de reforma e modernização do seu modelo socialista, ao mesmo tempo em que reata relações com os EUA. A concessão à exploração privada de alguns setores da economia cubana, como serviços e agricultura, visa aumentar a produtividade. Mas o país também abriu a economia a investimentos estrangeiros sob regime de concessão, buscando alavancar o crescimento. Esse processo não ocorre-

rá sem riscos, pela formação de uma pequena burguesia ligada ao setor de serviços ou aumento dos interesses privados estrangeiros em conexão com o Estado. Só uma enorme legitimidade por parte do governo conseguirá impedir que se constitua a base material e social para disputar o retorno ao capitalismo. As reformas são necessárias, mas os riscos não podem ser desprezados. Outorgamos nossa solidariedade ao povo e ao governo Cubano e às mudanças em curso.

22. Na América Latina os efeitos da crise se fazem sentir principalmente pela queda dos preços das commodities. Na Venezuela, 15 anos após a vitória de Hugo Chávez, o país conseguiu democratizar os rendimentos do petróleo, antes destinados a enriquecer a elite e hoje meio para sustentar inúmeros programas sociais. Porém, a incapacidade de reduzir a dependência do petróleo cobra um alto preço.

23. A burocratização de setores da revolução bolivariana tem feito com que cresçam as denúncias de corrupção. Ao mesmo tempo, o boicote econômico de parte da burguesia nacional apoiada pelos EUA e a queda dos preços do petróleo mergulharam a Venezuela numa grave crise econômica. Os desdobramentos são de difícil previsão. Sem abrir mão das críticas que forem cabíveis, o PSOL deve se somar à defesa da Venezuela e do seu processo bolivariano, já que continuamos considerando-o como anti-imperialista e antimonopolista.

O PSOL deve ampliar sua interlocução com partidos e movimentos das esquerdas em nível mundial, orientado mais pela necessidade de ação comum nestes enfrentamentos e menos pela busca de afinidades programáticas mais estreitas.

24. A Bolívia é hoje a economia da América do Sul com o maior crescimento, com a nacionalização dos hidrocarbonetos possibilitando a elevação substancial das receitas do Estado. Em algumas áreas, o Estado fica com 87,5% da produção. Uma gestão econômica prudente capacitou o país a enfrentar o agravamento da crise sem reduzir crescimento ou diminuir programas. Ao mesmo tempo, o controle sobre projetos de infraestrutura menos agressivos soube associar desenvolvimento e respeito ao meio-ambiente.

25. Neste cenário, o PSOL deve ampliar sua interlocução com partidos e movimentos das esquerdas em nível mundial, orientado mais pela necessidade de ação comum nestes enfrentamentos e menos pela busca de afinidades programáticas mais estreitas. Isto é particularmente importante porque as transformações no processo produtivo fragilizaram profundamente as organizações das classes trabalhadoras.

26. A sociedade pós-industrial contém importantes modificações na sua estrutura de classes. Alguns conceitos definidores de classe social, como uma mesma forma de inserção no processo produtivo, certa homogeneidade de acesso à renda e ao consumo e, portanto, uma razoável consciência de si mesma, só com idealismo são encontradas no que chamamos de classe trabalhadora.

27. Trabalhadores assalariados, pequenos empreendedores urbanos, pequenos produtores rurais, trabalhadores rurais, “pejotizados”, informais ou de economia de subsistência não têm em comum a forma de inserção no processo produtivo. Trabalhadores assalariados especializados de grandes empresas não têm renda e possibilidades de consumo similares ao de outros, assalariados ou não, de baixa especialização.

28. Assim, a consciência de si mesma, característica central para que uma classe se comporte como tal, não está presente na maioria do que chamamos de classe trabalhadora. Esta é uma das raízes da crise do movimento sindical e das organizações das classes trabalhadoras.

29. A substituição da identidade de classe por outras, embora não seja fenômeno novo, tem se generalizado em escala global. Identidades étnicas, de gênero ou orientação sexual, religiosas e/ou nacionais estão por trás da maior parte dos conflitos deste século. O crescimento do fundamentalismo religioso, do racismo e da xenofobia no seio das classes trabalhadoras é a parte mais visível do fenômeno.

30. Afirmar a centralidade da contradição entre capital e trabalho e entender as dificuldades que a reestruturação produtiva criou para a formação da consciência de classe obrigam a esquerda socialista a aprofundar sua reflexão sobre esta questão.

## **O BRASIL E O ATUAL PERÍODO POLÍTICO**

31. O agravamento da crise e a deriva do governo Dilma para a aplicação de um ajuste fiscal conservador apontam o fim do ciclo petista.

32. Em 12 anos, milhões de brasileiros ascenderam entre a pobreza extrema, a pobreza e a classe média. A massificação dos programas sociais, o aumento real do salário mínimo e aposentadorias e a expansão do crédito incorporou milhões ao mercado de consumo. Essa inserção aconteceu, no entanto, pela ampliação do consumo e não pela extensão dos direitos sociais.

33. 54 milhões de brasileiros possuem plano de saúde particular num quadro de baixo investimento na saúde pública. A expansão da frota automobilística, turbinada por incentivos fiscais, agrava o problema de mobilidade urbana sem que os governos resolvam as graves insuficiências do caro e ruim transporte público. O aumento das matrículas nas redes privadas de ensino completa o quadro de busca de soluções individuais para problemas coletivos.

34. O fracasso dos governos Lula e Dilma em garantir estes direitos foi a senha para o “salve-se quem puder”. A ascensão pelo consumo, e não pela ampliação de direitos, formou consumidores e não cidadãos, fazendo com que os que ascenderam reproduzissem padrões de consumo, valores, comportamento e opções eleitorais das camadas sociais imediatamente acima de si mesmas.
35. Esse fenômeno explica a crescente retomada da influência eleitoral da direita tradicional e o significativo aumento de sua capacidade de mobilização. Já nas jornadas de junho de 2013, em que pese o seu caráter geral progressista, a direita começava a disputar a agenda política das ruas.
- A ascensão pelo consumo, e não pela ampliação de direitos, formou consumidores e não cidadãos, fazendo com que os que ascenderam reproduzissem padrões de consumo, valores, comportamento e opções eleitorais das camadas sociais imediatamente acima de si mesmas
36. A vitória eleitoral de Dilma por pequena margem, seguida da guinada conservadora representada pela política econômica, retiraram do PT o que lhe restava de base social mobilizável em sua defesa.
37. A ofensiva conservadora no Congresso, com Eduardo Cunha na Presidência da Câmara, recolocou em debate garantias e direitos já consagrados. A pauta conservadora se expressa também na agenda de direitos individuais, como na tentativa de aprovar o estatuto da família descaracterizando como tal as famílias homoafetivas e retroagindo em questões já garantidas pelo STF, como o casamento igualitário. A redução da maioria penal, bem como o recrudescimento do populismo penal, deve ser respondida com uma campanha de massas.
38. Em cada um destes temas cabe ao PSOL e à esquerda buscar as alianças para barrar o avanço conservador. Certamente não serão as mesmas em cada questão. Setores da direita liberal podem se somar na resistência contra o conservadorismo nas pautas de costumes. Setores religiosos não devem ser tratados como bloco homogêneo, mas como um setor que pode ser disputado.
39. Devemos ter especial atenção com partes da base do governo que vêm se movimentando em oposição ao ajuste fiscal de Dilma e Levy. Alguns poderão evoluir até o rompimento com o governo e com os partidos da base, em particular o PT. Outros farão apenas demarcações pontuais visando se posicionarem melhor na disputa do PT após 2018.
40. Entendendo as diferenças e limitações de cada caso, fortalecer este diálogo é fundamental, porque nos move para a defesa das classes trabalhadoras. Por isso, o PSOL deve fomentar a unidade de todos os que queiram lutar. O centro da tática no próximo período é fomentar uma frente social e política em favor de um programa à esquerda para a crise, onde o PSOL e as frentes de massas em que atuamos cumpram um papel central.
41. As classes trabalhadoras têm reagido à crise. Em 2014 mais de 1.800 greves ocorreram no país. A luta contra o aprofundamento da terceirização unificou quase todo o movimento sindical e movimentos de luta urbana por moradia, como o MTST, e por transporte, como o MPL. Esses vêm aumentando seu protagonismo, sendo hoje, por sua posição de independência em relação ao PT, nossos aliados preferenciais.
42. O ajuste promovido pelo governo Dilma tem como objetivo acalmar os mercados com relação à solvência da dívida. Estimada em R\$ 2,5 trilhões, a dívida pública bruta correspondia em dezembro de 2014 a 59% do PIB, enquanto a líquida, descontadas as reservas, chegava a 35%.
43. Se considerarmos que a dívida pública do Japão corresponde a 230% do PIB, a da Itália a 132% e a dos EUA a 101%, concluímos que o problema da dívida brasileira é menos o seu tamanho, relativamente baixo, e mais o seu custo, o maior do mundo.
44. Ao contrário do que dizem a mídia e o discurso conservadores, esta dívida não resulta de gastos excessivos do Estado em atividades fins ou em custeio, mas nas taxas de juros absurdas que a remuneram, criando o maior mecanismo de transferência regressiva de renda do planeta.
45. Enquanto as dívidas dos EUA e do Japão são remuneradas com taxas negativas, inferiores à inflação, desvalorizando-as de um ano para o outro, a dívida brasileira é hoje remunerada a 13,75% ao ano, pela taxa Selic, para uma estimativa de inflação de 8,5%.
46. Estes valores representam mais de seis vezes o custo anual do programa Bolsa Família. Desde a implantação do Plano Real, a dívida pública brasileira cresceu de pouco mais de R\$ 30 bilhões para 2,5 trilhões, sem que isso fosse, salvo exceção de alguns anos da década de 90 e de 2014, resultado de gastos públicos superiores à arrecadação tributária.
47. Esta é uma política deliberada dos setores rentistas da sociedade brasileira, que buscam compensar a perda dos seus ganhos, fruto do controle do processo inflacionário, com este mecanismo de obtenção de renda via dívida pública. Bancos, grandes empresas, pessoas físicas de alta renda e investidores estrangeiros se alimentam deste esquema perverso.
48. Em 12 anos de governos do PT, foi gerado mais de R\$1 trilhão em superávits primários para alimentar esse modelo. E mesmo assim, a dívida bruta aumentou significativamente. A urgência de uma auditoria que desnude este processo é condição para se formar uma base política capaz de derrotar os rentistas, checar a

legalidade do mecanismo e possibilitar que o Brasil retome o controle público total sobre os recursos arrecadados.

49. Outra questão central é a reforma tributária. Concentrada em impostos indiretos que oneram proporcionalmente mais a população pobre, com pouca progressividade no Imposto de Renda e baixíssimas alíquotas sobre o patrimônio, o sistema tributário brasileiro é profundamente injusto.

50. Enquanto nos EUA o imposto sobre a renda chega a 46,1% e no Chile a 45%, no Brasil a alíquota máxima é de 27,5%. Enquanto nos EUA o imposto sobre heranças chega a 55%, no Brasil o limite é 4%. Esta estrutura fiscal consolida patrimônios familiares por gerações, agravando a concentração de riqueza.

51. Avançar na regulamentação do imposto sobre grandes fortunas e heranças, bem como promover uma revisão na tabela do Imposto de Renda e reajustar a Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) dos bancos, abriria espaço para a redução dos impostos que oneram a produção e o consumo.

### **A CRISE AMBIENTAL**

52. A enorme desigualdade de consumo de recursos naturais e energéticos entre as sociedades ricas, ou entre as camadas ricas das sociedades mais pobres e bilhões de trabalhadores, é um dos mais graves problemas com que a humanidade se defronta. Por um lado, a aspiração legítima de trabalhadores em atingir os padrões de consumo da parcela mais rica; e de outro, a impossibilidade de que isso ocorra pela simples ampliação dos fatores de produção. Compatibilizar um programa que dialogue com as expectativas dos trabalhadores, mas opere pela mudança dos paradigmas de consumo é um enorme desafio.

53. Países como o Brasil ainda têm enormes déficits de produção energética para atender necessidades básicas. O mero discurso protecionista não convence os que legitimamente veem na produção energética ou num acesso a mais bens de consumo durável um direito a ser perseguido.

54. Qualquer política ambiental a nível global deve levar claramente em conta as desigualdades entre classes e países, responsabilizando mais os países centrais, penalizando mais o consumo das classes de mais alta renda e garantindo investimentos em novas tecnologias sustentáveis.

55. O atual ciclo de desenvolvimento capitalista tem se caracterizado pela transferência para os países da periferia das indústrias intensivas em consumo de energia e materiais, fazendo uma espécie de exportação da poluição. Esse movimento torna a luta ambiental no Brasil eminentemente anticapitalista e anti-imperialista.

56. Cabe à esquerda socialista associar a luta pelo planeta à luta pela igualdade, não aceitando a perpetuação da desigualdade já estabelecida. Da mesma forma, associar a preservação de formas de viver tradicionais – como de indígenas e quilombolas – com condições dignas de vida é dever de todos os socialistas.

57. Priorizar investimentos públicos em soluções de transporte coletivo, desestimular o transporte individual, ampliar a geração de energias com menor impacto ambiental e ampliar a reciclagem de materiais são medidas que devemos defender.

### **A CRISE POLÍTICA E AS ELEIÇÕES DE 2016 E 2018**

58. A guinada à direita na política econômica e os desdobramentos das denúncias de corrupção na Petrobrás fragilizaram o governo Dilma desde o seu início. O aumento das bancadas conservadoras no Congresso e a total dependência do governo em relação ao PMDB para garantir a “governabilidade” consolidam o quadro.

59. Embora setores da oposição flertem abertamente com o impeachment, esse a princípio não deve ser o “plano A”. Manter Dilma e o PT fragilizados até 2018, aplicando uma política econômica muito próxima à preconizada pela oposição conservadora e arcando com os custos políticos de fazê-lo, interessa muito ao PSDB e à direita.

60. Nosso problema é que ainda não temos no PSOL uma alternativa política com suficiente enraizamento de massas para que possamos nos colocar de forma realista como alternativa de poder em 2018.

61. Nosso acúmulo, embora crescente, foi inferior ao que precisávamos para que tivéssemos possibilidades concretas de fazer do PSOL uma alternativa de poder. Mas devemos apontar desde já a necessidade de apresentar uma candidatura da oposição de esquerda em 2018, mesmo sabendo de suas limitações.

62. A disputa eleitoral de 2016 adquire um papel importantíssimo. É inegável o crescimento do PSOL como referência política de esquerda particularmente nas capitais. Em cidades como Porto Alegre, Florianópolis, Rio de Janeiro, Recife, Fortaleza, Belém e Macapá temos a perspectiva de disputar o poder local ou pelo menos de ter peso real na disputa.

63. A demarcação política em relação ao governo Dilma e à oposição conservadora devem nortear as campanhas e a política de alianças. Disputar o apoio de movimentos organizados da sociedade, construir processos abertos e participativos de elaboração de programas e atrair todos aqueles que possam se somar a uma concepção de esquerda é nossa tarefa.

64. Afirmamos a necessidade de construir alianças com os partidos que nacionalmente se colocam como oposição de esquerda, como o PSTU e PCB. Devemos também dialogar com os setores mais à esquerda dos partidos da base do governo que estejam em contradição. Movimentos como o “petistas com Freixo” devem ser estimulados onde possível.

65. Alianças para além destes marcos deverão ser tratadas como exceção e analisadas criteriosamente pelas direções estaduais e nacional. Vencer a disputa eleitoral em cidades de porte médio e grande e assumir as responsabilidades e riscos de sua gestão é fundamental para o PSOL passar a ser visto como alternativa concreta para o Brasil.

### **O PARTIDO QUE PRECISAMOS**

66. O 5º Congresso Nacional precisa responder uma pergunta-chave: que partido é necessário para melhor posicionar-nos enquanto alternativa de esquerda numa conjuntura de encerramento do ciclo petista? Para isso é necessário fazer um balanço destes 10 primeiros anos e apontar os desafios que precisam ser superados.

67. Há uma década, havia entre nós um enorme otimismo com o ritmo de esgotamento do modelo petista. Esse otimismo previa um contínuo desgaste provocado pela continuidade das políticas neoliberais, mesmo mitigada com políticas compensatórias.

68. Enquanto a melhora das condições econômicas proporcionou a realização de concessões que não alteraram a lógica hegemônica, o processo de deslocamento da base social beneficiada por esse processo não ocorreu. A primeira evidência de que o esgotamento do projeto petista era irreversível veio em junho de 2013.

69. Podemos afirmar que nestes 10 anos a inserção política do partido nos movimentos sociais cresceu, em especial no movimento estudantil e na luta por direitos humanos, da população negra, LGBT e de mulheres – questões estratégicas para nós –, porém aquém das necessidades históricas de um projeto socialista de massas. Além disso, nossa atuação partidária nos movimentos é muito fragmentada, sendo vinculados às tendências internas.

70. A situação do movimento sindical é a melhor expressão desta dispersão de energias. Continuamos sem dirigir entidades nacionais relevantes. Apesar disso, de maneira contraditória, onde existe movimento de contestação percebemos a presença de algum militante do partido, participando, dirigindo ou apoiando as lutas.

Nestes 10 anos a inserção política do partido nos movimentos sociais cresceu, em especial no movimento estudantil e na luta por direitos humanos, da população negra, LGBT e de mulheres – questões estratégicas para nós –, porém aquém das necessidades históricas de um projeto socialista de massas

71. A votação do partido vem crescendo, mesmo aquém das necessidades. Aumentamos a nossa presença nas capitais, viabilizando o crescimento de nossas bancadas estaduais e municipais. Nossa atuação nestes espaços tem assumido um papel muito importante, ajudando o partido a se tornar referência e demarcando claramente a existência de um polo à esquerda.

72. Nossa organicidade também evoluiu. Tendo realizado quatro congressos nacionais, o partido hoje possui instâncias decisórias eleitas e reconhecidas pela militância, superando alguns aspectos de suas características iniciais, especialmente a dinâmica de “federação de grupos”.

73. A estabilidade alcançada após o último Congresso foi decisiva para dar o salto eleitoral de 2014, superar a renúncia de nosso candidato presidencial sem grandes traumas e viabilizar uma campanha unitária em torno de Luciana Genro e Jorge Paz, com a formulação de um programa que representou um ganho nas nossas formulações. Aquela campanha vitoriosa é, também, mérito da atual direção partidária.

74. Nossa formulação política é ainda frágil. Parte de sua produção é feita pelos mandatos parlamentares, pelas candidaturas majoritárias e um pouco pelos setoriais. Por isso se faz imprescindível atualizar nosso programa. O documento atual é insuficiente e demanda uma revisão, aprofundando nossa concepção de socialismo, estratégia, entre outros.

### **QUAL É O PSOL NECESSÁRIO?**

75. O PSOL precisa combinar dois movimentos simultâneos. De um lado, deve desenvolver uma operação de salvamento dos milhares de ativistas desiludidos com o fim do ciclo petista que, desorientados, não podem ser abandonados. Isso representaria enorme perda de potencial revolucionário e de experiência militante.

76. De outro, o surgimento de uma nova geração de militantes, especialmente na juventude, que cresceu em oposição à experiência petista, também precisa de um porto seguro para a reconstrução e oxigenação das ferramentas de luta das classes trabalhadoras brasileiras. Esse é o alicerce de uma nova esquerda no Brasil.

77. Para cumprir estas tarefas, precisamos de um partido que exerça a sua vocação de massas. Para isso é necessário elevar a inserção do partido nos movimentos sociais. E, para que isso aconteça, precisamos ser mais partido e menos frente de organizações nesses movimentos.

78. Por isso, precisamos consolidar a estabilidade política interna conquistada nos últimos dois anos, diminuindo o tempo dedicado à luta pelo aparelho partidário e aumentando a capacidade das instâncias de formulação de políticas conjunturais e para as frentes de massa.

79. Estabilidade significa superar a desconfiança e desestimular a perversa cultura de ataques pessoais e destruição de nossas lideranças. Disciplina, ética partidária e solidariedade interna devem ser fortalecidas. Devemos separar o que é conflito ético do que é divergência política.

80. Ao mesmo tempo, é preciso fazer um resgate do simbolismo e da radicalidade da esquerda. Um amplo processo de formação política de nossa militância é fundamental no próximo período. A Fundação Lauro Campos precisa de profunda reformulação para assumir a tarefa de uma verdadeira escola de quadros e militantes.

81. Várias medidas precisam ser tomadas neste 5º Congresso e desenvolvidas nos próximos anos:

a) Para diminuir a luta permanente pelo aparelho, é necessário discutir os intervalos dos nossos congressos nacionais, discutindo alternativas para politizar as discussões mantendo o atual formato.

b) Para democratizar os setoriais e torná-las polos de aglutinação e formação política de nossa militância, é necessário estabelecer regras, garantindo representação dos setoriais como convidados na direção nacional do partido.

c) Enxugamento e profissionalização da direção partidária. Nossos recursos devem ser investidos numa direção menor, com liberações para as tarefas partidárias (e não exclusivamente das correntes internas) e corpo de funcionários adequado (estável e profissional).

d) Investir em um plano nacional de formação política, com jornadas por região e a criação de um coletivo nacional de formação, além da utilização de recursos multimídia.

e) Agilizar o funcionamento da Comissão de Ética nacional, decidindo com rapidez, mas sempre assegurando o amplo direito de defesa de filiados.

f) Ampliar o investimento na comunicação do partido, com uma intensa produção audiovisual, equipe profissionalizada, e forte inserção nas redes sociais e outros meios de comunicação.

g) Formar um coletivo nacional para aprofundar relações com os partidos anticapitalistas de forma ampla, e, no âmbito regional, manter nossa solidariedade à Revolução Cubana e aos processos anti-imperialistas na América Latina.

82. A tarefa fundamental do 5º Congresso é, portanto, dar condições organizacionais para o PSOL disputar a hegemonia ao longo prazo, congregando lutadores e ativistas, disputando ideias no cotidiano. E afirmar a tolerância entre nós.

---

## **Manifesto por uma nova corrente revolucionária**

Insurgência (PSOL)

Contra a crise do capital, nasce uma organização política a serviço do movimento e pelo socialismo democrático, ecológico e libertário

1. As mobilizações populares que se espalham pelo mundo e pelo Brasil expressam uma indignação contra o sistema estabelecido, um anseio de participação e democracia, um clamor por direitos e justiça. As ruas estão dizendo que a vida sob o capitalismo é cada vez mais insuportável. O capitalismo significa exploração, opressão e sofrimento, mas também alienação no consumismo, indiferença e insensibilidade para com a dor alheia, disciplina das massas, destruição da biosfera da Terra. O capitalismo é incompatível com a felicidade humana, o desenvolvimento das potencialidades de nossa espécie e o respeito à natureza. As populações em movimento se chocam, por todas as partes, com poderes políticos sequestrados por funcionários das corporações globais e seus sócios locais e com aparatos repressivos a seu serviço. A democratização do poder, viabilizando que ele seja exercido diretamente pela população, e a distribuição da riqueza, possibilitando a justiça social e a superação da desigualdade, são demandas essenciais de nossa época, desafios que por vezes aparecem unidos sob a demanda de dignidade e que só serão resolvidos pela revolução socialista. Ela retorna, em nossa época, acrescida de uma urgência nova, uma ameaça inédita para a humanidade e a vida sob a Terra: o capitalismo global, que já produz uma extensa barbárie social, está nos conduzindo para um cenário de colapso ecológico da biosfera planetária.

Mas a revolução só será bem sucedida a partir da renovação da longa tradição da insurgência popular. Somente tomando a insurreição como método para o combate à burguesia e à burocracia, para a auto-emancipação das massas e a resolução do problema do poder, poderemos resgatar a utopia concreta da construção do novo homem e da nova mulher como seres humanos políticos, auto-organizados e autoconscientes, capazes de rechaçarem todas as formas de exploração e opressão, construir um novo aparelho político e econômico e estabelecerem uma relação não predatória com a natureza. Exige-se, pois, uma recusa muito clara de todas as formas autoritárias, tirânicas, de “socialismo”, sob quaisquer argumentos que sejam. Pois é impossível construir o sonho a partir do pesadelo.

Temos plena consciência de que as dificuldades da revolução são hoje maiores do que nunca. Porém, os riscos da nossa inação jamais foram tão grandes para a humanidade e a biota do planeta. Ou nos apropriamos diretamente da atividade política e construímos uma nova forma de organização social – um socialismo libertário, ancorado em uma democracia radical tanto política como econômica, exercida diretamente pelo conjunto da população – ou o século XXI terminará na maior catástrofe da história de nossa espécie e talvez da vida no planeta. Podemos ser bem sucedidos: a história não tem seu curso pré-estabelecido por leis de ferro, ela está aberta e seu desfecho dependerá do desenrolar da luta dos oprimidos e explorados.

2. Entramos em uma nova etapa histórica. Os marcos são múltiplos: o gradativo deslocamento do centro de gravidade do capitalismo para a bacia do Pacífico, o reconhecimento da gravidade da crise ambiental pelo Painel Internacional das Mudanças Climáticas (IPCC) em 2007, a crise capitalista de 2008, a explosão de protestos da “primavera árabe” e dos indignados depois de 2011. O novo momento acentua a necessidade e urgência de construirmos organizações revolucionárias, no Brasil e pelo mundo, internacionalistas em sua estrutura e prática, que contribuam para multiplicar e integrar as iniciativas populares e para impulsionar a construção de partidos socialistas radicais de massa, abertos, enraizados nas lutas, que expressem a indignação das ruas, intensifiquem sua chama e contribuam para juventude e os trabalhadores se organizarem como força capaz de destruir a ditadura dos mercados e construir outro poder, outra economia, outra vida – uma vida digna de ser vivida.

Nós, socialistas e revolucionários brasileiros sintonizados com os anseios de nosso tempo, somos parte do PSOL – um partido resultante da crise e colapso do PT como ferramenta de esquerda. Trabalhamos por um PSOL vivo, plural e militante, mas o vemos exposto e tensionado pelas mesmas tendências à integração ao Estado que cooptaram o PT para a defesa da ordem burguesa. Compreendemos que é tempo de o PSOL, que nasce para superar a experiência petista, realizar um acerto de contas definitivo com os vícios legado daquele passado, sintetizar as necessidades do presente e construir uma perspectiva de futuro capaz de oferecer um rumo e propiciar acumulação de forças para o movimento dos brasileiros indignados com a desigualdade, injustiça, exploração, opressão e devastação da natureza.

3. A construção de uma expressão política da luta e da democracia de massas da juventude e do povo trabalhador brasileiro deve se apoiar na experiência dos movimentos que buscaram, ao longo dos séculos XIX e XX, superar o capitalismo. Reivindicamos de tradições do marxismo revolucionário, de práticas e formulações insurgentes e libertárias das gerações passadas, tais como o internacionalismo e a compreensão da revolução como processo permanente, a metodologia das reivindicações de transição, a tradição crítica do pensamento revolucionário. A reapropriação deste patrimônio de conhecimentos e vivências nos oferece referências para restabelecermos o nexos entre as experiências das diferentes gerações de revolucionários, não repetirmos erros do passado e exercermos nossa criatividade e capacidade de inovação. Somente assim ao nosso inverno de lutas se seguirá uma primavera florescente e um verão construtivo.

Podemos mencionar algumas destas referências socialistas, comunistas e libertárias, ponto de partida para o trabalho coletivo de construção de um novo programa, de novas ferramentas organizativas e de uma nova estratégia de luta pelo poder e por uma nova sociedade.

a) A primeira dela é a necessidade de superarmos o capitalismo e o substituímos por alternativas socialistas de organização da sociedade. Entre as diretrizes do que podemos entender por socialismo estão: a superação da alienação da vida da imensa maioria da população, tratada como força de trabalho explorada, forçada a buscar um desempenho cada vez mais estressante, pela vida auto-organizada em torno do tempo livre; a superação das múltiplas formas de opressão herdadas do passado e mantidas e reforçadas pelo poder e pelo dinheiro, para uma vida baseada no respeito à dignidade de todo ser humano; a superação do consumismo como ideal de felicidade disseminado pelo mercado e sua substituição por formas compartilhadas de bem viver; a substituição das formas de propriedade privada da riqueza por formas de gestão coletiva e comunitária desta riqueza considerada como bem comum; a superação da visão normativa e disciplinar da vida social e a construção de uma nova sociabilidade, que reconheça e valorize a diversidade e o livre direito de escolha nas políticas de estilos de vida; a garantia de uma vida política e social plural e democrática, que

efetive as liberdades e direitos civis, a plena liberdade política, a liberdade de expressão, o acesso democrático aos meios e o direito à comunicação, a liberdade religiosa, o direito de reunião, a plena autonomia e independência da organização sindical e de todos os movimentos reivindicatórios; ao superação dos limites cada vez mais estreitos e opressivos dos estados nacionais em direção a estados plurinacionais, que reconheçam a diversidades de povos que habitam nosso território e que devem ter sua identidade como nações reconhecida e que em conjunto estabeleçam com nossos vizinhos de continente uma federação de nações e estados autônomos, soberanos, democráticos e socialistas; a substituição da relação predatória insustentável estabelecida pela sociedade produtivista contemporânea frente à natureza por um reequilíbrio capaz de manter a clima do planeta amigável à vida como a conhecemos.

b) As experiências “socialistas” do século XX foram marcadas por tendências autoritárias e totalitárias, em que governantes e burocracias suprimiram as organizações autônomas dos trabalhadores e do povo e as substituíram por instituições opressivas e mesmo tirânicas. Frequentemente essas mesmas tendências burocráticas se manifestam em organizações cívicas, populares e dos trabalhadores. Mas as condições de hoje possibilitam a efetivação de uma democracia participativa de massa em moldes eficazes, uma democracia socialista em formas e escalas inimagináveis no passado. As experiências revolucionárias recentes mostram que a juventude se apropria das novas tecnologias para se informar, estabelecer conexões, expressar-se e deliberar. A brecha entre governantes e governados cresce até se transformar em um abismo, em boa medida porque existem todas as condições para que a população possa se reapropriar e exercer diretamente sua soberania, eliminando enormes camadas de “políticos” que, cada vez mais, parasitam o corpo social. Isso não significa que se devem suprimir todas as formas de representação quando necessárias, mas que devem estar sempre submetidas a um forte controle social. E que a participação deve se generalizar como o princípio político de uma democracia socialista.

c) As condições do capitalismo contemporâneo, com a mundialização das finanças globais, introduziram uma nova lógica social capitalista, ainda mais perversa que as anteriores, estendendo a concorrência entre os trabalhadores para todos os países e levando-a para todas as esferas da sociedade, inclusive àquelas em que as lutas por direitos haviam imposto uma certa desmercantilização, em especial nos serviços públicos. Tornam-se competitivos aqueles países que retiram mais direitos dos trabalhadores, que barateiam mais o custo da força de trabalho. Essa lógica leva, ao lado do enrijecimento da disciplina na indústria e nos serviços, ao recrudescimento das formas de trabalho mais aviltantes e degradantes, similares ou iguais ao trabalho escravo, mesmo em países onde a luta anterior dos assalariados havia banido estas mazelas; mantém, dentro da mesma lógica, como trabalhadores sem direitos, milhões e milhões de crianças. O aumento do ritmo do trabalho a níveis insuportáveis e as condições sub-humanas em que ele se realiza cria uma legião de mutilados e dezenas de milhões de pessoas atingidas por doenças ocupacionais. Ao mesmo tempo, as novas tecnologias são utilizadas pelo capital para descentralizar o trabalho e reintroduzir formas de superexploração, como o trabalho doméstico e o pagamento por peça, o trabalho de crianças; para criar novas categorias de trabalho extremamente estressantes, com um novo proletariado nas áreas da informação e da comunicação; para criar condições de uma submissão espiritual da criatividade dos trabalhadores, em categorias que o fordismo havia ignorado, como na pesquisa científica e no desenvolvimento tecnológico. Sob o neoliberalismo, o capitalismo combina todas as formas de exploração, aprofundando a alienação da imensa maioria da humanidade de sua atividade vital.

Tudo isso destaca a centralidade daqueles que vivem de seu próprio trabalho na luta pela superação do capitalismo, ruptura viável somente se as maiorias exploradas e oprimidas se colocarem como sujeitos de seu próprio destino. Por isso, a importância da luta pela independência de classe dos trabalhadores e do conjunto dos oprimidos e a necessidade de suas organizações associativas, reivindicativas e políticas atuarem em bases democráticas e militantes. É essencial buscarmos a unidade de classe dos explorados na luta contra o capitalismo para a construção de um novo sindicalismo, independente, democrático, classista e de massas, não corporativo e internacionalista, que rompa com a atual estrutura sindical, no caso do Brasil, rompendo com a atual estrutura sindical. E defendermos de forma irrestrita do direito de greve, no caso do Brasil, rompendo com o fim do poder normativo da justiça do trabalho e dos interditos proibitórios.

d) A complexidade das formações sociais concretas destaca igualmente a importância das reivindicações democráticas, nacionais, populares e ambientais, em particular aquelas cujo esforço de conquista desencadeia uma dinâmica permanente de luta cujo sentido conduz ao confronto sistemático com o capitalismo e a transição para o socialismo; a valorização da mobilização direta e da auto-organização das massas como método decisivo da ação política dos trabalhadores e do povo.

Metade da humanidade vive uma situação que pode ser chamada de camponesa, cultivando a terra com seu próprio trabalho, ainda que muitos tenham passado a morar em cidades. O capitalismo neoliberal não precisa necessariamente assalariar os trabalhadores do campo para explorar seu trabalho, recorrendo a um grande número de formas de produção. Como tem destacado a Via Campesina, a luta dos camponeses contra

o agronegócio e pela agroecologia não é somente a luta pela manutenção das condições de vida destas populações, é a luta contra a degradação ambiental imposta pela introdução de sistemas fabris no campo. O camponato é um aliado estratégico dos assalariados na luta contra o capital.

Defendemos, na luta contra as opressões que sofrem mulheres, LGBTQs, crianças, jovens e idosos, populações negras, povos indígenas, distintas etnias, pessoas com deficiências, vítimas da chamada “guerra às drogas” e todas as camadas discriminadas da sociedade, a construção de movimentos específicos e autônomos por estes setores e o combate a todas as tendências disciplinares. Criticamos as políticas que afirmam o estado penal máximo, por via do encarceramento massivo, ampliação dos aparatos repressivos e da criminalização dos movimentos sociais e das populações pobres, em sua maioria jovens e negras.

Contra a privatização das cidades e dos espaços públicos, desfigurados pela segregação sócio-espacial, pela especulação imobiliária e pela matriz de transportes baseada no automóvel, segregada social e espacialmente, com as populações pobres e negras cerceadas em seus direitos fundamentais, defendemos políticas públicas que assegurem o direito a cidade para tod@s. A política é, em sua acepção original, a atividade de gestão da pólis, da cidade. Só é possível exercício da cidadania com a reapropriação do controle dos serviços e dos espaços públicos pelos próprios cidadãos. Com 85% da população brasileira vivendo em áreas urbanas e boa parte em grandes regiões metropolitanas, isso demanda não apenas a universalização de serviços de educação e saúde de qualidade, mas também políticas de habitação e de mobilidade urbana que garantam o acesso à cidade, com destaque para a tarifa zero.

E sustentamos as lutas dos povos indígenas e de comunidades singulares, como populações que trabalham a partir de formas de propriedade comum da terra, quilombolas, caçaras, ribeirinhas etc. pelo controle de seus territórios e de suas riquezas e pelo reconhecimento de sua identidade e de sua cultura. Valorizamos o seu protagonismo nas lutas contra o “neodesenvolvimento”, que impulsiona o agronegócio, o extrativismo mineral e megaprojetos de infraestrutura de beneficiam apenas pequenas elites locais e o capitalismo global.

e) Somos internacionalistas e defendemos a solidariedade ativa entre os explorados e oprimidos de todo o mundo. A articulação de suas lutas é uma necessidade concreta, decorrente do estágio atual de mundialização do capital, mais atual do que em qualquer outro momento da história humana. Ela deve encontrar expressões organizativas partidárias concretas. Mas vivemos em um mundo de nações e de estados, em que a opressão e a exploração se expressa no terreno internacional entre estados imperialistas e estados dominados. Nos conflitos combatemos as iniciativas imperiais. Mas reconhecemos que por vezes os dominados de ontem se tornam os dominadores de hoje e que Estados dominados são por vezes tiranias indefensáveis. Ainda existem muitas nacionalidades oprimidas que não dispõem do direito à formação de seus estados. A defesa da livre expressão da vontade democrática dos povos e nações é o fio condutor a guiar nosso posicionamento nestes conflitos.

Em contraposição ao sub-imperialismo brasileiro, uma dominação compartilhada com outros imperialismos, exercida sob as demais nações da América do Sul, pelos capitais controlados por grupos nacionais e reforçada pelas políticas emanadas de Brasília, estabelecemos uma solidariedade ativa com as lutas dos explorados e oprimidos de nosso continente, buscando tecer vínculos concretos entre as lutas travadas em nosso país e nos países irmãos e lutando pela construção de uma estrutura política regional – afroaméríndia – que permita aos povos de nosso continente se configurar como uma comunidade soberana e democrática de nações.

f) Compreendemos que o capitalismo produz um impacto crescente sobre o planeta que habitamos (natureza, Gaia, Pachamama...). Uma crise ecológica global se assoma com múltiplas dimensões: aquecimento global pelo efeito estufa, buraco na camada de ozônio, acidificação dos mares, perda de biodiversidade, etc. Esta situação transforma hoje a luta pela superação do capitalismo numa luta não apenas pela coletivização da propriedade dos meios de produção, como foi pensado o socialismo no passado, mas uma luta pela construção de um novo aparato produtivo, sob forças produtivas de outro tipo. Muitas das forças produtivas existentes sob o capitalismo visando gerar lucro são, sob quais aspectos racionais, forças destrutivas – das armas e matriz de energia fóssil à publicidade e estrutura de transportes baseada no automóvel, da produção generalizada de papel e plástico para embalagens e publicidade à agricultura e pesca em moldes industriais. Ademais, calcado em uma lógica de crescimento infinito da acumulação, com a necessidade cada vez maior recorrer ao crédito, à obsolescência planejada, ao desperdício, à descartabilidade o capital contradiz sua própria base material – natural e finita – que oferece sustento à nossa civilização e à nossa espécie. O conflito que Rosa Luxemburgo colocava como socialismo ou barbárie significará, no século XXI, para grande parte da humanidade, a luta em defesa da vida contra a morte: ecossocialismo ou barbárie!

g) Defendemos a construção do PSOL como uma ferramenta com independência de classe, frente à burguesia e suas instituições, de caráter internacionalista anticapitalista e de oposição de esquerda ao governo, a todos os partidos da ordem e seus aliados. Um instrumento que não tenha como estratégia a atuação no campo institucional, mas que contribua para organizar a classe que vive do trabalho e os processos vivos de luta nas ruas, e fazê-la avançar na sua consciência emancipatória. Construimos o PSOL com a perspectiva de

que se consolide como um organismo vivo, plural e militante, com funcionamento fortemente democrático, em que suas instâncias radicalizem a democracia direta, com participação ativa de toda a militância e com plena autonomia financeira.

Para dar conta de tal tarefa, a aposta que aqui fazemos é de iniciarmos um processo de unificação que aponta para a necessidade de uma organização política que seja internacionalista, com instâncias e mecanismos de funcionamento democráticos, em que os militantes expressem de maneira unitária as posições coletivamente acumuladas, com instrumentos de formação política e de comunicação permanentes, e com uma participação feminina de pelo menos 50% em seus organismos. É neste sentido que o Coletivo Socialismo e Liberdade, o Enlace e o Coletivo Luta Vermelha lançam-se no processo de construção de uma nova organização política que esteja à altura dos desafios de nossa época, convidando outras organizações, correntes e militantes para, conosco, tornarem-se protagonistas dessa iniciativa – a construção de uma organização revolucionária que esteja à altura de nossos sonhos.

São Paulo, 7 de julho de 2013

---

## **Notas à teoria de Lenin sobre a revolução de 1905**

Movimento Esquerda Socialista (MES-PSOL)

Por Roberto Robaina

(...)

**A experiência da Revolução Russa de 1905**

**As três concepções sobre a Revolução Russa:**

***Duas táticas de Lenin***

***Balanço e Perspectivas de Trotsky***

***Carta de Marx de 1850***

Greves econômicas, greves políticas, rebeliões de camponeses e marinheiros, manifestações de rua, confrontos armados entre operários e policiais, greve geral, organismos de massas surgindo. A Rússia se convulsionou, em 1905, num levante de massas contra o regime czarista, um regime policial, autoritário, onde os camponeses eram tratados como servos, e os operários eram superexplorados em jornadas de 12 a 16 horas, sem direito legal de greve, sendo perseguidos e mesmo surrados diante do menor sinal de protesto.

*La Marseillaise* era a canção revolucionária da insurreição que eclodiu na Rússia quando a vida industrial foi paralisada. Esta experiência da revolução de 1905 foi o laboratório para as teorias revolucionárias dos marxistas russos. A particularidade deste ensaio geral é que ele ocorreu num país de desenvolvimento capitalista atrasado cujo aparelho de estado era monárquico-feudal. Ao mesmo tempo, o mundo visto como uma totalidade permitia entender que o atraso russo combinava-se às mais modernas técnicas industriais capitalistas introduzidas no império pelo investimento estrangeiro, que resultou na concentração do operariado em grandes fábricas nas principais cidades do país, notadamente em Moscou e Petrogrado. Ou seja, um país de maioria camponesa com um operariado concentrado nas grandes cidades. Mais tarde, Trotsky apresentaria de modo científico esta explicação do desenvolvimento desigual e combinado, formulando uma lei com este mesmo nome.

A incidência das mobilizações revolucionárias de 1905 ultrapassou a fronteira do império czarista, entusiasmando os socialistas europeus, em particular o partido alemão, como atestam os textos e artigos de Rosa Luxemburgo e Karl Kautsky, dois expoentes do então partido mais forte da II Internacional. Havia passado mais de 50 anos das derrotas das revoluções de 1848 e mais de 30 anos da experiência da Comuna de Paris quando, durante dois meses, os operários controlaram a capital francesa. E o século XIX não passou em vão, insistia Trotsky. Em 1848, o movimento operário ainda não estava maduro, mesmo nos processos mais avançados. Trotsky conta como na Áustria os operários lutaram lado a lado com os estudantes, como Viena foi tomada pelas barricadas e numa ação determinada os operários derrotaram a monarquia. A República foi conquistada e ninguém percebeu. O poder estava vago. Apesar disso, os operários não tinham organização nem consciência para tomá-lo.

As revoluções da metade do século podem ser encaradas como a ponte entre as revoluções burguesas (Inglaterra em 1648, a francesa de 1789, quando foram realizadas tarefas como a queda da monarquia e a reforma agrária, e a dos EUA, em 1776, com a conquista da independência nacional e o não pagamento da dívida externa) e as revoluções socialistas, cuja primeira expressão foi a Comuna de Paris, em 1871. Ambos

os processos revolucionários – de 1848 e de 1871 – foram fundamentais na construção da compreensão estratégica de Marx e Engels, os dois fundadores do socialismo científico para os quais a revolução socialista constituíra-se como uma soma de revoluções nacionais cujo eixo geográfico e determinante eram os países centrais, Inglaterra, França e Alemanha, onde o capitalismo havia mais desenvolvido suas potencialidades, entre as quais a própria classe que seria sua negação revolucionária.

O prognóstico exato de Marx, porém, não se realizou. Mas as revoluções ocorreram transferindo seu centro de gravidade para o leste, para o oriente, como ele mesmo havia sugerido como hipótese perto do final da vida. Marx viveu a derrota da Comuna, uma derrota histórica que o movimento operário pagou com milhares de vidas e um prolongado refluxo, inclusive com a diluição da sua primeira experiência séria de organização internacional, a Associação Internacional dos Trabalhadores, da qual Marx foi um dos fundadores e autor de seu manifesto inaugural. Depois da derrota da Comuna, o mundo viveu três décadas sem efervescência revolucionária, numa situação marcada pelo desenvolvimento econômico capitalista. Foram anos de surgimento do imperialismo, isto é, do início do domínio da formação econômica e social capitalista pelo capital financeiro, união do capital bancário e industrial, regime dos monopólios privados dos países centrais. Ao mesmo tempo, os partidos operários cresciam cada vez mais e o marxismo conquistou a hegemonia nestes partidos. As revoluções, contudo, silenciaram nos países centrais.

Já no final do século XIX, no interior do movimento operário socialista havia se consolidado uma ala oportunista, capitalizada por Eduard Bernstein na Alemanha, defensora da tese segundo a qual o movimento operário avançaria via a conquista de sucessivas reformas, sempre mais avançadas, melhorando a vida e aumentando a força do proletariado, sem necessitar a revolução. A base objetiva dessa tese oportunista era o crescimento do capitalismo, quando as guerras entre as potências europeias haviam sido exceções ao longo dos últimos 70 anos e a exploração das colônias, a partir do final do século XIX, permitia a repartição dos superlucros da burguesia imperialista com seu próprio proletariado.

O ano de 1905 anunciou a mudança de época, o início da eclosão de uma nova onda revolucionária. Podemos dizer que a revolução russa de 1905 foi o primeiro sinal de que estava se encerrando a época reformista do desenvolvimento do capitalismo, isto é, um período de acumulação que derramava muitos benefícios também para a classe trabalhadora, permitindo concessões econômicas estáveis. Iniciava uma nova época revolucionária, onde o choque entre as classes seria mais direto, com o capitalismo com menores margens de manobra e empurrando sobre as costas dos trabalhadores o peso da crise. Em 1905, tivemos o primeiro trovão antes da eclosão da guerra imperialista de 1914 e dos processos revolucionários que se abriram depois da guerra mundial.

Vamos nos deter um pouco aqui nas três posições sobre a preparação da revolução de 1905 existentes entre os revolucionários russos organizados no Partido Operário Social-Democrata (nome dos marxistas organizados e ligados à II Internacional Socialista, fundada sob a direção de Engels).

a) Escrevendo esquematicamente, podemos dizer que os bolcheviques – tendência dirigida por Lenin – defendiam que a revolução para derrubar a autocracia czarista seria democrático-burguesa, isto é, a economia seguiria sendo dominada pelo regime da propriedade privada. Mas, diante da força social do proletariado concentrado em grandes fábricas e do temor da burguesia com relação à mobilização revolucionária, a revolução deveria ser dirigida pelo proletariado em aliança com o campesinato – maioria da população –, inaugurando uma ditadura democrática revolucionária, cujo objetivo, além da queda da autocracia e da conquista de amplas liberdades democráticas, seria o de adotar medidas de melhoria da vida do povo, sobretudo a reforma agrária a partir da qual se desenvolveria um capitalismo não asiático, moderno, estimulando a industrialização, e um novo regime político democrático onde a luta do proletariado diretamente pelo socialismo se daria em melhores condições. Para tanto, o papel do partido era determinante.

Em outras palavras, os bolcheviques e Lenin defendiam a realização de uma revolução burguesa **conquistada por uma luta democrática revolucionária em que o proletariado defenderia um novo governo e um novo poder cuja característica seria a ditadura democrática do proletariado e do campesinato a partir do qual se inauguraria a luta direta pelo socialismo, cujas tarefas estariam mais próximas quanto mais profunda fosse a revolução democrática**. Para o senso comum, parece antagônica a ideia de ditadura e democracia. Mas o marxismo demonstrou que mesmo a mais democrática das repúblicas burguesas é uma ditadura da burguesia sobre o proletariado, uma ditadura, no caso, de uma classe minoritária submetendo uma maioria. Assim, a ditadura defendida por Marx e Lenin era a inversão do domínio de classes, isto é, a ditadura da maioria sobre a minoria. A maioria seria todo o povo contra os defensores da autocracia e da contrarrevolução. Por isso, o conceito de ditadura democrática, acrescida da especificação “proletariado e campesinato”; indicação dos sujeitos sociais dominantes politicamente no novo regime político.

b) A posição dos mencheviques – tendência de oposição a Lenin – era de que a revolução também seria burguesa e que, por isso mesmo, quem deveria dirigir a revolução em a burguesia, cabendo aos socialistas impulsionar a revolução, mas serem cautelosos para manter a burguesia na oposição ao czarismo – para que

a mesma não abandonasse a luta contra a autocracia e deixasse desamparado o proletariado; defendiam não compor um eventual futuro governo no caso de vitória da revolução. Esta não participação era justificada porque, segundo os mencheviques, os socialistas não podiam se comprometer com o Estado burguês e deveriam acumular forças na oposição até se desenvolverem as condições de uma nova revolução, desta vez diretamente socialista. Toda sua estratégia, portanto, se centrava na defesa da instauração de um regime parlamentar burguês estável onde eles fossem a oposição.

c) E havia a posição de Trotsky – na época um político independente das duas frações – de que a revolução contra o czarismo e a autocracia assumiria um caráter socialista porque os operários seriam a vanguarda da revolução, perspectiva reforçada por seu peso social, sua concentração industrial e, nesta condição, não aceitariam conquistar o poder e manter a exploração da burguesia, o que quer dizer que o poder operário teria como desdobramento a **implementação de medidas socialistas, concretamente, a alteração do regime de propriedade com a expropriação da burguesia.**

Nas palavras do próprio Trotsky, sua posição foi assim resumida: “a revolução, que começará como uma revolução burguesa quanto às suas primeiras tarefas, depressa levará as classes hostis a enfrentarem-se e não poderá conseguir a vitória final se não transferir o poder para a única classe capaz de se colocar à cabeça das massas oprimidas, o proletariado. Uma vez no poder, este não só não quererá, mas não poderá limitar-se à execução de um programa democrático-burguês; (...) O programa democrático-burguês da revolução será ultrapassado, ao mesmo tempo em que as suas limitações nacionais e a dominação política temporária da classe operária se desenvolverão numa ditadura socialista prolongada (...). Uma vez tomado o poder, o proletariado não poderá permanecer nos limites da democracia burguesa: terá que adotar a tática da revolução permanente, quer dizer, ultrapassar as barreiras entre programa mínimo e programa máximo da socialdemocracia (comunistas), realizar reformas sociais sempre mais radicais, e procurar um apoio direto e imediato na revolução na Europa Ocidental (página 11, Prefácio da edição russa de 1919 do livro *Balço e Perspectiva*, Editora Antídoto – 1979).

Como se vê, a posição de Trotsky se aproximava dos bolcheviques ao definir o proletariado como a vanguarda da revolução, como sujeito social determinante do processo – separando-se, neste sentido, da posição menchevique. Por outro lado, se separava dos bolcheviques que sustentavam o caráter democrático-burguês, não socialista da revolução, definição sociológica comum entre estes e os mencheviques, embora, como veremos, suas políticas eram opostas. A posição de Trotsky, entretanto, não era que a revolução era diretamente socialista, mas se transformava em socialista porque sua dinâmica de classe empurrava nesta direção. Ao mesmo tempo, coincidia com os mencheviques em não defender a necessidade de um partido revolucionário centralizado. Na verdade, se contamos com Parvus, marxista Alemão, são quatro posições, não três, já que este último defendia que a revolução teria que ser feita pela classe operária, embora seu caráter de classe fosse burguês, dispensando o papel determinante do partido revolucionário para disputar a direção do processo.

Lenin identificava as posições dos mencheviques como expressão russa da ala oportunista da II Internacional. E criticava Trotsky por sua posição de aliança com os mencheviques na questão do partido, criticando também a este por não hierarquizar a importância da aliança com o campesinato para a realização da revolução que se avizinhava, embora tal crítica jamais tenha tido o conteúdo, como a atribuiu o aparelho stalinista, de modo calunioso, segundo o qual Trotsky se opunha à aliança operária e camponesa. Mais adiante, voltaremos à posição de Trotsky sobre o campesinato e seus limites, e os limites de sua posição.

Não é ocioso discutir estas distintas formulações. Defensores de uma política de conciliação com a burguesia nos processos revolucionários – sobretudo na história das últimas seis décadas –, os PCs, vinculados com as posições políticas da burocracia do Kremlin, ou da China, trataram de se apoiar na autoridade de Lenin para defender sua política de conciliação com a burguesia. Foi o caso do PCdoB quando apoiou a Nova República, dirigida por Tancredo e Sarney, em 1985. E atualmente, mesmo com a falência do aparelho stalinista soviético, entre as correntes e partidos que reivindicam o movimento dos trabalhadores, não são poucos os que defendem a ideia de que não se pode romper com a burguesia, de que apenas unidos com um setor da burguesia se pode avançar. Alguns setores do PT seguem sustentando esta tese para camuflar sua traição aberta.

Por outro lado, alas esquerdistas, ao reivindicar a posição de Trotsky, atribuem também a Lenin uma posição etapista, isto é, a ideia de que Lenin defendeu que primeiro se fizesse uma revolução burguesa democrática, para só depois da consolidação da mesma, da estabilização do novo regime democrático burguês, como resultado do desenvolvimento capitalista, se lutasse pelo domínio dos trabalhadores. Nisso tampouco os esquerdistas têm razão. Está mais do que na hora de reivindicar Lenin e a atualidade de sua obra. Aliás, Eduardo Almeida, dirigente do PSTU, é um dos que tratam de atribuir a Lenin uma posição etapista, como se ele apenas em 1917 tivesse mudado de estratégia e, aí sim, acertado, finalmente, adotando a posição de Trotsky. O mesmo Eduardo Almeida, que não entende Lenin, tenta nos equiparar às posições dos menchevi-

ques e stalinistas, embora não consiga encontrar em nosso resumo publicado uma única frase que sustente sua posição. Ao contrário, nosso texto define que a burguesia como classe não tem interesse na revolução, nem democrática, nem anti-imperialista, e muito menos na revolução socialista. Sustentamos, por sinal, o mesmo método de Lenin, alicerçado no chamado à revolução ininterrupta. Mas vejamos isso mais de perto.

#### “DUAS TÁTICAS” DE LÊNIN – UM CLÁSSICO DA REVOLUÇÃO

Ao longo deste texto, nos esforçamos por uma leitura mais autêntica, fiel ao pensamento de Lenin, cuja marca determinante é a compreensão da luta entre os contrários como fonte do desenvolvimento, dos saltos no desenvolvimento, da descontinuidade, da conexão entre os processos, portanto, da **luta ininterrupta e da oposição ao etapismo. E nisso está a base de sua unidade com Trotsky em 1917.** Começamos com o convite para que vejamos mais de perto a posição de Lenin expressa no seu livro “Duas Táticas da Socialdemocracia”. Segue uma **síntese da orientação de “Duas táticas”**:

a) definia que o eixo da tática era a luta pela derrubada revolucionária do czarismo, ao mesmo tempo em que insistia na natureza burguesa da revolução, acreditando no desenvolvimento de um capitalismo moderno, não asiático, a partir do qual o proletariado lutaria pelo socialismo em melhores condições; sustentava que a burguesia era inconsequente nesta luta e na própria revolução democrático-burguesa.

b) Defendia que o proletariado deveria assumir a direção do processo, em unidade, sobretudo, com o campesinato, constituído pela maioria da população russa e das demais repúblicas do império czarista.

c) Os bolcheviques lutavam pela mais radical democracia burguesa e pelas reivindicações do proletariado no interior deste bloco; em sua defesa da democracia burguesa, diferenciavam, porém, a democracia burguesa de um burguês e a de um camponês, sustentando sempre a aliança estratégica com este último. Criticavam, por exemplo, a proposta de Comuna, mas ao mesmo tempo queriam um novo governo que fosse radical contra qualquer vestígio do antigo regime.

d) Lenin aceitava a unidade com a burguesia mais democrática, definindo que neste caso teria duas alas da burguesia, uma mais ligada à monarquia e outra menos egoísta. Aceitava lutar pela revolução com esta, mas tampouco depositava confiança nela nem abandonava a tarefa da luta pela direção do proletariado nesta revolução democrática, sempre em aliança com o campesinato.

e) Discutia as condições de participação do partido socialdemocrata (nome dos revolucionários marxistas da época) num novo governo provisório revolucionário surgido da vitória da insurreição contra o czarismo, tendo a correlação de forças como uma das bases para a análise e a escolha acerca da participação ou não; o argumento menchevique (uma das alas do partido) de que participar de um governo em conjunto com representantes da burguesia seria cair no millerandismo (quando pela primeira vez na França os socialistas participaram de um governo burguês) –, ou seja, seria cair numa linha de sustentação do Estado burguês – era denunciado por Lenin como uma posição de esquerda apenas aparente, já que aceitava sem luta, sem tentativa de aproveitar para mudar o país “de cima para baixo” além de “de baixo para cima”.

A posição dos mencheviques era um sinônimo, portanto, de uma posição omissa, passiva, que entregava a direção da revolução e do governo, surgido da revolução, para a burguesia. Tratava-se, então, de uma política oportunista levada adiante com argumentos semianarquistas para não construir um governo da ditadura democrática do proletariado e do campesinato; Lenin, ao contrário, defendia a luta no interior deste governo: defendia que a entrada dos socialdemocratas dependia da correlação de forças, das possibilidades de intervenção real no processo de “cima para baixo” e que seu papel no governo era radicalizar a democracia, entregar a terra aos camponeses, defender as reivindicações mínimas do movimento operário – mas fundamentais para melhorar a vida dos mesmos – enfrentar a contrarrevolução e a própria burguesia que iria atacar os operários, e enfrentar inclusive a própria ala da burguesia que também pudesse integrar o governo.

f) Logicamente, defendia também que o governo podia ser formado sem qualquer fração da burguesia se a mesma recuasse, e que uma política revolucionária de mobilizações de massas deveria ser levada adiante sem temor de assustar a burguesia. Delimita, então, uma luta ininterrupta; não aceitava, por exemplo, a ideia de um novo governo que regulasse a luta de classes como defendia a resolução da conferência menchevique.

g) Como princípio fundamental de toda sua estratégia, defendia a organização independente do proletariado, um partido próprio que manifestasse com clareza e de modo sistemático os interesses do proletariado, suas tarefas imediatas e históricas e o objetivo socialista de sua luta.

Sua posição era derivada de Marx, do *Manifesto Comunista* de 1848 e dos textos de 1950, das experiências das resoluções de 1848 e das conclusões de Marx destas experiências, conclamando a revolução permanente. Marx, na revolução alemã de 1848, percebeu com clareza que a burguesia não queria levar adiante uma revolução democrática consequente, preferia negociar com a nobreza e compor uma transformação gradual – ou mesmo manter a situação como estava – e não unir-se com os operários e com o povo em mobilizações revolucionárias. A pequena burguesia também não era consequente, embora Marx defendesse a unidade entre o incipiente proletariado e os pequenos artesãos, camponeses, estudantes. Mas sua política expressa

na mensagem à Liga dos Comunistas de 1850 apresentava o corte classista em defesa da necessidade de uma organização independente do proletariado. E ao mesmo tempo defendia que o movimento de massas deveria levar adiante suas demandas de forma cada vez mais clara, sem parar.

Ou seja, quando a burguesia já não tinha mais nada a ver com os jacobinos, isto é, com os únicos que poderiam defender bandeiras democráticas – justamente as bandeiras do movimento operário nas revoluções de 1848 – foram os próprios trabalhadores que assumiram o compromisso de levar adiante as bandeiras democráticas. Marx apenas intui esta mudança na dinâmica da relação entre as classes sociais e suas tarefas, que fizeram com que algumas classes assumissem tarefas de outras, concretamente os operários assumindo as tarefas não realizadas pela burguesia. Marx não formula esta dialética deste modo claro, embora sua posição claramente tenha servido de inspiração para a posição de Trotsky. Algumas de suas formulações, notadamente a mensagem à Liga, jogaram luzes de visionários, reivindicando a luta permanente até a conquista do poder do proletariado, a conquista dos principais instrumentos de produção e o triunfo da revolução nos principais países. Mas foram luzes rápidas, não articuladas numa estratégia global consolidada. Cada um deve tirar suas conclusões, mas minha impressão é de que a posição de Lenin é mais próxima da de Marx do que a posição de Trotsky, porque a defesa da revolução permanente em Marx respondia ao conceito de luta ininterrupta, não havendo nela uma avaliação mais acabada sobre a dialética entre as classes e as tarefas revolucionárias. Neste sentido, embora inspirado em Marx, Trotsky fez um aporte original.

### A REVOLUÇÃO RUSSA DE 1917 E AS TESES DE ABRIL

A revolução russa de 1905 foi denotada. Sua experiência, porém, foi determinante. Sem ela, segundo Lenin, a revolução não teria triunfado doze anos depois. Nem a revolução de fevereiro, nem a de outubro de 1917. Posto isso, fazemos uma afirmação que retomaremos em seguida – foi a orientação de Lenin de 1905 que permitiu que os bolcheviques adotassem uma linha política correta – cuja palavra de ordem central era “abaixo o czar” para impulsionar a revolução russa, cuja primeira vitória ocorreu em fevereiro de 1917. E sem a vitória de fevereiro, as condições da revolução dirigida pelos bolcheviques não teriam se realizado.

A primeira revolução vitoriosa ficou conhecida como a revolução de fevereiro: caiu o czarismo, o governo provisório foi assumido pelos mencheviques (já conformados em partido, depois da divisão definitiva com os bolcheviques de 1912), partidos representantes da classe média, como os SR (socialistas revolucionários), e setores da burguesia. O governo foi encabeçado pelo advogado Kerensky, da ala direita do partido Socialista Revolucionário. Lenin, ainda no exílio, decidiu não entrar no governo. Ao contrário, criticou duramente os bolcheviques que estavam na Rússia, entre eles Kamenev e Stalin, que defendiam, das páginas do Pravda (jornal do partido), uma posição de conciliação com o governo, de apoio crítico ao governo provisório. A posição de Stalin representava a tentativa de aplicação dogmática, estreita, conciliadora da defesa de Lenin da ditadura democrática de 1905. Mas Lenin repudiava esta tentativa de misturar suas posições com a conciliação. Nada mais distante da ideia de apoiar o governo e acumular forças para um futuro indefinido. Seu chamado foi pela luta direta e imediata. Nada de etapismo.

A realidade, como sempre, foi mais rica que a teoria: a revolução democrático-burguesa vitoriosa de fevereiro foi mais rica que os esquemas anteriores dos bolcheviques. E isso deu margem para que uma determinada leitura, dogmática e não dialética, das teses bolchevistas de 1905 conduzisse à capitulação. Foi uma deformação da tese, embora alguma guarida encontrasse nelas. Por isso, Lenin, ajustou o curso e propôs as “Teses de Abril”, uma mudança no programa bolchevista.

O contexto da nova orientação foi no desdobramento da revolução de fevereiro. Ou seja, não tinha como ser elaborada antes da vitória da revolução porque justamente foi uma resposta à nova situação originada por esta vitória. Na Rússia, havia se estabelecido um regime de duplo poder. Em todos os lados, surgiram conselhos de operários, camponeses e soldados, cujos poderes – no controle da distribuição da produção, nas questões da segurança das cidades, nas decisões políticas etc. – muitas vezes eram superiores ao do governo provisório, embora, nos primeiros meses, os soviets apoiassem majoritariamente o governo, com os mencheviques e SRs tendo ampla maioria. O novo governo não resolveu o problema da terra e da paz, nem publicou os acordos secretos do czarismo. Não aceitava muito menos formalizar os soviets como instituição de centralização de todo o poder, tentando, na prática, esvaziar seu conteúdo e consolidar a força do governo provisório. Ou seja, a hegemonia do novo governo estava totalmente clara e não correspondia aos interesses da continuidade da revolução. Lenin seguiu exigindo as demandas não realizadas.

Diante do novo governo, cuja essência era contra a revolução, com os soviets em ascensão, a ruptura de Lenin com o velho programa se afirmava: abandonou a rejeição à Comuna e declarou o fim da separação entre o programa mínimo e máximo. Logo proclamou o caráter socialista da revolução. Foi o momento de aproximação entre Lenin e Trotsky, quando ambos defenderam uma nova revolução contra a burguesia, que abriria a etapa do poder do proletariado e do campesinato sob hegemonia do proletariado e do início da realização de tarefas econômicas e sociais anticapitalistas.

No prefácio da edição de 1919 de *Balanço e Perspectiva*, Trotsky reivindica sua teoria. A reivindicação é justa, porque de fato a segunda revolução russa, a de outubro de 1917, dirigida pelos bolcheviques, não desembocou num crescimento não asiático do capitalismo, mas num novo regime de propriedade, na expropriação dos expropriadores, tudo isso em questão de meses, não de anos. Em 1918, a expropriação da burguesia se confirma. A revolução não era burguesa nem ocorreu desenvolvimento do capitalismo, mas o início da construção socialista, como proclamou Lenin em 1917, negando suas posições anteriores. As teses de abril marcaram este giro, esta nova orientação, impulsionando a nova revolução. Tudo isso é incontestável.

De fato, Lenin abandonou a ideia de que a revolução traria um progresso do capitalismo, superando os traços feudais e asiáticos do mesmo na Rússia. Proclamou o caráter socialista e de abertura da revolução europeia. Então, é clara a ruptura, a mudança. Como apontou Löwy, Nahuel Moreno e outros autores, tudo realmente indica que a leitura da lógica de Hegel teve seu papel e também a eclosão da guerra mundial na evolução do pensamento político de Lenin. Apesar disso, Lenin jamais escreveu uma linha sequer de adesão à teoria da revolução permanente formulada por Trotsky. Isso pelo menos sugere que a relação entre a posição de Lenin e esta teoria foi mais complexa do que a maioria das escolas trotskistas supõe ao simplesmente defender a tese da adesão de Lenin à posição de Trotsky. Em 1915, por exemplo, a guerra já estava em curso e ele já havia estudado a lógica. Mesmo assim, criticava Trotsky duramente. “A tarefa principal de um partido revolucionário é esclarecer a correlação de classes na revolução que se aproxima (...) Trotsky propõe uma solução errônea no *Nashe Slovo*, repetindo sua ‘original’ teoria de 1905 e negando-se a refletir sobre as causas pelas quais, durante dez anos, a vida passou ao largo desta magnífica teoria” (página 83, acerca das duas linhas da revolução. Obras completas, Tomo 27).

Creio, então, que é incorreto definir que as teses de abril foram uma conversão pura e simples de Lenin à permanente de Trotsky defendida em 1905. Primeiro, porque Trotsky não dava importância em 1905 – como ele mesmo obviamente reconheceu –, ao papel do partido revolucionário na revolução para a realização de uma revolução como a de outubro. Em segundo lugar – e este neste caso é o fator mais importante – porque a política de Lenin em defesa de uma nova revolução era desdobramento de sua ideia de luta ininterrupta. Em inúmeros escritos de Lenin fica claro que as teses de abril foram uma ruptura, mas também uma continuidade. Foram uma superação. Tanto é assim que Lenin tinha claro duas questões que alicerçaram a teoria de Trotsky: a combinação de tarefas e o desenvolvimento desigual e combinado, embora não formulasse nenhuma destas questões com a genialidade e a clareza de Trotsky que, corretamente, definiu o desenvolvimento desigual e combinado como uma lei, hierarquizando a mesma em sua elaboração teórica.

Mantendo sua posição em que separava de modo ainda rígido a revolução burguesa da revolução socialista, Lenin já apontava a combinação de tarefas. “Naturalmente”, dizia Lenin em 1905, “numa situação histórica concreta se entrelaçam os elementos do passado e do futuro, se confundem um e outro caminho. O trabalho assalariado e sua luta contra a propriedade privada existem também sob a autocracia, nascem inclusive num regime de servidão. Porém isso não impede minimamente em distinguir lógica e historicamente as grandes fases do desenvolvimento. Todos nós contrapomos a revolução burguesa à socialista, todos nós insistimos na necessidade de fazer uma distinção rigorosa entre as mesmas, porém se pode negar que na história se entrelaçam elementos soltos, particulares de uma e outra revolução? Por acaso a época das revoluções democráticas não registra na Europa uma série de movimentos socialistas e tentativas socialistas? E por acaso a futura revolução socialista na Europa não terá todavia muito para fazer para dar fim ao que ficou incompleto no terreno da democracia?” (página 78, *Duas Táticas*. Editorial Progresso, Moscou).

(...)

#### A SITUAÇÃO ATUAL NA AMÉRICA LATINA

Nos últimos anos, a América Latina tem vivido inúmeros processos de mobilizações revolucionárias, de insurreições e semi-insurreições que não culminaram com a destruição do Estado burguês. Em algumas delas, notadamente Bolívia e Venezuela, surgiram destes processos – pela combinação de insurreições e eleições – governos que enfrentam o neoliberalismo – política econômica atual do capitalismo imperialista e desenvolvem políticas que conduzem estes países à condição de nações independentes no sentido conceituado por Lenin e pela III Internacional.

No que o estudo da experiência russa pode nos servir para discutir estes processos revolucionários? Durante muito tempo o trotskismo, mais especificamente os setores vinculados à escola de Nahuel Moreno, utilizou a analogia com fevereiro e outubro para examinar diferentes revoluções. Não tenho dúvida de que a analogia é um poderoso instrumento de conhecimento. Entretanto, seguir utilizando a analogia de revoluções de fevereiro e de outubro para definir estes processos atuais latino-americanos como se tal analogia fosse suficiente para explicar a riqueza e a complexidade destes processos me parece um grave abuso no qual caem as posições mais dogmáticas.

Para estes companheiros, os governos de Chávez e de Evo Morales, na melhor das hipóteses, seriam governos provisórios como foi o de Kerensky. Digo na melhor das hipóteses porque alguns sustentam que tais governos sequer foram produtos de triunfos revolucionários. E a ideia de identidade entre os governos atuais de Chávez e de Evo Morales com o governo de Kerensky conduz a uma posição de confronto permanente contra estes governos, como se a política revolucionária fosse preparar a nova revolução para derrubá-los. Esta é a posição defendida pelo PSTU e sustentada no texto de Eduardo Almeida supracitado. Assim, num período em que o imperialismo e as burguesias locais têm como objetivo isolar e derrotar os governos de Evo Morales e de Chávez, não é preciso ir muito longe para perceber o desastre desta armação.

O outro lado da moeda, neste caso distante da escola morenista, é a orientação etapista, cujo resumo pode ser dado pela defesa sem crítica destes governos, justificando toda e qualquer posição por eles assumida e não sustentando a necessidade de uma política e de uma organização dos revolucionários marxistas independentes no interior deste movimento amplo. (...)

(...)

#### UM PROGRAMA DEMOCRÁTICO E ANTI-IMPERIALISTA PARA A REVOLUÇÃO SOCIALISTA BRASILEIRA

Não quero terminar este texto sem lembrar um dos eixos de diferença e de confluência entre Lenin e Trotsky ao longo da construção do movimento revolucionário russo no século XX: a questão do partido. Apenas em 1917 Trotsky compreendeu a importância da construção de uma organização de combate disciplinada, de um partido centralizado. Quando compreendeu, segundo o próprio Lenin, Trotsky tomou-se o melhor bolchevique. Tal elogio não foi gratuito: revelou a profunda unidade que havia sido construída entre ambos os revolucionários. A história de Lenin foi de continuidade nesta questão, atuando sempre com este objetivo: construir um estado maior da revolução social. Mas, ao contrário dos que tentam apresentar a história do partido como uma construção linear de um núcleo de direção homogêneo que vai ganhando musculatura e influência de modo contínuo, paulatino, evolutivo, a construção deste estado maior passou por diferentes estágios e envolveu distintas formas de atuação. No livro que escrevi em comum com Luciana Genro colocamos:

“É conhecido o fato dos militantes dos quais Lenin era o principal dirigente terem se organizado como fração no interior do Partido Operário Social Democrata Russo de 1903 até 1911. Durante anos foram defendendo a construção deste partido com determinado perfil, com um programa revolucionário e um caráter militante. No POSDR, havia diversas outras frações, sobretudo os mencheviques, a ala oportunista do partido. Trotsky ficava numa posição intermediária, defendendo a unidade do partido, mas denunciando o trabalho de fração, como se ele mesmo não constituísse sua própria fração. Os bolcheviques por sua vez, ao mesmo tempo em que se organizavam como fração, defendiam a unidade do partido, exigindo apenas o respeito e a subordinação dos militantes e correntes às instâncias do partido. Apenas quando uma parte dos mencheviques defendeu a liquidação das estruturas que haviam sustentado o partido durante os anos de contrarrevolução, os bolcheviques chamaram o restante das frações a garantir a organização e a vida do partido sem os liquidacionistas. Somente aí, em 1912, se configurou a divisão definitiva entre bolcheviques e mencheviques.

Por que é tão significativo este exemplo? Justamente porque os revolucionários russos eram conscientes de que a construção de uma ferramenta política de massas para os trabalhadores não tem nada que ver com o autoisolamento e exige uma longa batalha ideológica e política para ir selecionando os quadros e ligando estes quadros com o povo. Nesta batalha, a vida do partido não exclui a existência de tendências nem de frações, mas as enquadra em determinadas regras. Também é notável a combinação feita pelos bolcheviques entre o trabalho de partido com o necessário trabalho de fração, não transformando a fração em partido a não ser que as circunstâncias forcem tal transformação, nem perdendo de vista a necessidade da organização no interior do partido por uma orientação autenticamente marxista e revolucionária”.

O PSOL tem que aprender com esta história. Isso significa não aceitar a concepção monolítica do PSTU, que apenas aceita tendências e frações durante os três meses prévios aos seus congressos, proibindo esse direito durante a maior parte do tempo; significa também combater a concepção oportunista que nega a unidade de ação e transforma o partido em uma soma de tendências e frações permanentes sem responsabilidades coletivas. Estamos tratando de construir o PSOL levando em conta estes desafios. Estamos entre os que sustentam que existem duas estratégias permanentes dos revolucionários: impulsionar a mobilização de massas até a tomada do poder pelos trabalhadores e o povo e construir o partido revolucionário dos trabalhadores. Estas definições são fundamentais para enfrentar tanto o sectarismo quanto o oportunismo. Tanto um quanto o outro se expressam no terreno político e organizativo.

Começando pelo oportunismo, podemos dizer que sua variante política, de uma forma ou outra, nega a importância primordial da mobilização de massas na orientação do partido, considerando, no seu caso extremo, como possível a mudança radical a favor do povo das estruturas da economia e da política sem o enfrentamento violento entre as classes sociais em luta, como se a burguesia pudesse abrir mão pacificamente dos seus privilégios fundamentais. O desdobramento prático de hierarquizar a mobilização como estratégia

é a valorização das greves, das ocupações urbanas e rurais, dos protestos, das lutas concretas, seja por reivindicações mínimas, econômicas, até políticas, orientando a intervenção partidária neste sentido, isto é, a participar, prestar solidariedade e impulsionar estes conflitos. Mas vinculando sempre esta intervenção com a luta política, clarificando nela os interesses de classe envolvidos e buscando apontar para a necessidade da luta pelo poder, o que implica, necessariamente, em construir o partido nestas intervenções, não caindo, portanto, no sindicalismo e no economicismo.

Justamente a outra variante do oportunismo, no terreno organizativo, nega de uma forma ou outra o papel determinante do partido, dilui sua tarefa de construção na defesa dos movimentos sociais, como se existisse política sem partido. Na prática, acaba fazendo o jogo dos partidos do regime, concretamente, no caso brasileiro, o jogo do PT.

Mas aos riscos do oportunismo se somam os desvios do sectarismo e do esquerdismo. Neste sentido, há dois erros graves que não podem ser cometidos: primeiro, a ideia de que o programa da revolução brasileira é necessariamente diretamente socialista; segundo, a negação de uma política de alianças de classes, como se a mera afirmação dos interesses da classe operária fosse suficiente numa estratégia revolucionária.

O primeiro erro representa uma posição que impede a disputa de massas porque não parte da hierarquia correta segundo a qual é preciso defender as tarefas mais urgentes, cuja realização não foi garantida pelas classes da grande propriedade mesmo que tenham sido historicamente por elas reivindicadas. Ou seja, no Brasil, tarefas democráticas são determinantes na elaboração do programa da revolução. Um exemplo bem simples é a questão da corrupção.

Revolucionários como Robespierre, que derrotaram a monarquia na revolução democrático-burguesa da França de 1789, eram líderes de reputação inatacável. A corrupção, por sua vez era marca da nobreza. Não se pode dizer, portanto, que esta luta seja uma luta diretamente socialista. O combate contra os privilégios e o parasitismo esteve entre os motores propulsores da revolução burguesa. Reconhecendo este fato, alguns setores do próprio PSOL assumem uma posição de crítica à ideia de adotar a luta contra a corrupção como um dos eixos centrais de uma política socialista. Dizem que se trata de uma bandeira burguesa e que o partido não pode ficar batendo somente nisso. Este é um “tipo ideal” de militante político com pensamento não dialético. É lógico que não se deve apenas denunciar e lutar contra a corrupção. Mas a luta contra a corrupção, embora não esteja ligada diretamente à luta socialista, apenas pode ser desenvolvida contra os grandes capitalistas, enfrentando os interesses do capital, hoje indissociavelmente ligados à corrupção, aos privilégios e ao parasitismo. Heloisa Helena definiu corretamente na reunião da direção nacional do PSOL de fevereiro de 2007: “denunciar a corrupção é revolucionário porque a corrupção tira dinheiro dos pobres para dar para os ricos”. Então, uma bandeira democrática é hoje um dos motores da indignação popular e uma arma poderosa para lutar contra o sistema capitalista e seus regimes e governos. Combatendo a corrupção enfraquecemos os partidos do regime e por essa via enfraquecemos os planos de ajuste econômico contra o povo que eles levam adiante.

Outro exemplo de bandeira democrática, não diretamente socialista, é a reforma urbana, além da reforma agrária. Estas lutas devem ser combinadas com as demandas econômicas e sociais como salário, emprego, defesa dos serviços públicos, além da defesa da nacionalização das empresas privatizadas, parte determinante de um programa de independência nacional.

Assim, cremos que se devem hierarquizar estas tarefas democráticas e anti-imperialistas, entre elas o combate contra a dívida externa e o controle dos capitais e da remessa de lucros. Uma luta consequente por estas medidas impulsionará a revolução brasileira, cuja dinâmica é socialista porque enfrentará, inevitavelmente, a classe burguesa, embora hoje seja impossível saber em que momento da revolução as tarefas econômicas e sociais diretamente socialistas, em particular a expropriação do grande capital, estariam postas na ordem do dia. Mas não há dúvida de que o não pagamento, nem que seja dos juros da dívida para o imperialismo, ou a realização de uma ampla reforma urbana, ou a prisão de grandes empresários e políticos corruptos, ou a abertura dos arquivos da ditadura militar, ou mesmo controlar os capitais provocaria choques tremendos com a atual classe dominante. Afinal, a burguesia não quer mudanças porque, como dizia Maquiavel, uma mudança leva a uma mudança sucessiva.

Logo, a dinâmica socialista da revolução está vinculada não com uma lista enorme de palavras de ordem, não com programas completos ou com várias medidas socialistas. Poucas medidas, muito poucas medidas, se por elas se luta de modo pesado, se são capazes de mobilizar multidões, são suficientes para fazer girar como nunca no Brasil a roda da história a favor dos interesses da maioria do povo e da construção do socialismo.

Por isso estamos vendo os choques entre as classes na Venezuela, com a burguesia e o imperialismo em oposição ao governo, por mais que as medidas iniciais de Chávez não tenham sido socialistas. Temos visto na Bolívia e no Equador. O exemplo contrário foi dado pelo PT. Nem mesmo seu programa moderado de Recife foi aplicado quando Lula chegou ao governo. E não foi aplicado porque, naquele programa, estava prevista a ruptura dos contratos com o FMI. Isso não poderia ter sido feito sem enfrentar a burguesia, sem romper a

aliança que o PT tinha aceitado fazer com a classe dominante. Ao não romper com a burguesia, rompeu com seu programa. Um programa que, não sendo socialista, se aplicado, teria revolucionado o país.

Portanto, estão errados os que dizem que a traição do PT foi ter defendido o programa democrático popular e não um programa claramente socialista. Estes setores são os que insistem na crítica de que o PSOL, nas eleições, cometeu um grave erro em “rebaixar” o seu programa. O tal “rebaixamento” foi a opção que fizemos em centrar nossa agitação, nosso pouco tempo, na denúncia da corrupção, na defesa da redução dos juros, no controle dos capitais, no combate às privatizações, na defesa dos serviços e dos servidores público, no direito de terra para quem nela trabalha e de moradia para o povo etc. Estas propostas não têm nada de rebaixadas. Estou convencido de que na campanha eleitoral do Rio Grande do Sul, com um discurso de diálogo com o povo, não centrado na propaganda socialista em abstrato, conseguimos deixar claro no debate político as relações de classe e os interesses de classe por trás dos problemas mais sentidos pelo povo.

Nahuel Moreno já escrevia na década de 40: “As teses da revolução permanente não são as teses da revolução socialista, sim da combinação das duas revoluções, democrático-burguesa e socialista. A necessidade dessa combinação surge inexoravelmente das estruturas econômico-sociais de nossos países atrasados, que combinam distintos segmentos, formas, relações de produção e de classe” (*Quatro teses da colonização espanhola e portuguesa da América*. Nahuel Moreno). Esta citação de Moreno é clara, mostrando que nossa posição não imanta nada, mas apenas resgata posições clássicas. Os que nos criticam deveriam ler toda obra de Moreno, não apenas suas elaborações dos anos 80, notadamente as mais unilaterais, justamente quando Moreno se atrapalhou com o excesso de utilização da analogia russa e adotou uma caracterização equivocada de que a situação mundial era revolucionária. Mesmo neste período, porém, Moreno não abriu mão da ideia correta de defender a revolução como uma combinação de tarefas, sendo em algumas situações ordenada pelas tarefas democráticas.

A chave de uma política revolucionária, portanto, não é a defesa de um programa diretamente socialista, não é a agitação de muitas palavras de ordem revolucionárias no papel – e apenas no papel – e, por isso mesmo, fraseologia revolucionária, não política marxista. A chave é insistir nas tarefas mais urgentes, nas necessidades mais sentidas pelas massas do povo, em bandeiras claras, que contribuam na mobilização das massas e, para tanto, levem em conta o seu nível de consciência. Propostas, aliás, que devem se vincular sempre com a necessidade de lutar por um novo poder.

Nesta luta, o PSOL deve apresentar-se defendendo a aliança dos trabalhadores com as classes médias urbanas, com os desempregados e excluídos, com os setores camponeses pobres e médios, com a intelectualidade progressista. A construção de uma política de alianças desta natureza não é uma tarefa fácil, até porque as superestruturas sociais e políticas representativas dos interesses de classes médias aliadas estão fragilizadas – bem como as instituições sociais do proletariado e dos excluídos – muitas vezes atuando de modo inconsequente, como é o caso do MST, sofrendo as pressões do governo e do regime. Assim, a responsabilidade do PSOL aumenta ainda mais: afirmando a construção de uma organização independente dos trabalhadores, deve tratar sempre, nas batalhas táticas, de demonstrar sua natureza não sectária, capaz de impulsionar um bloco social e político democrático, anti-imperialista e antineoliberal. Em cada conjuntura, diante dos problemas do momento, devemos sempre apresentar a necessidade de um novo um poder, um poder dos de baixo, dos trabalhadores, da classe média cada vez mais empobrecida, dos trabalhadores em geral, dos desempregados, camponesa, soldados etc. Para lutar por este objetivo, o PSOL existe. Para tanto, se postula a governar o Brasil. Esta é a essência do método do programa de transição elaborado por Trotsky.